

MULHERES NO PARADESPORTO

**ORGANIZAÇÃO
RUTH CIDADE**



M956

Mulheres no Paradesporto : contextos e perspectivas / Ruth Cidade (Org.) – Santos, SP : Paradesporto Brasil + Acessível, 2024.

131 p. : il. color.

Vários autores.

ISBN: 978-65-01-25535-4

Livro digital (e-book)

1. Mulheres. 2. Paradesporto. 3. Pessoas com deficiência. 4. Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto. 5. Equidade de gênero. I. Cidade, Ruth (Org.). II. Título.

CDD 796.087

Bibliotecária: Elisangela M. Santos CRB8/6657

Sumário

CURRÍCULO DAS AUTORAS.....	iii
APRESENTAÇÃO.....	1
CELEBRANDO OS 30 ANOS DA DECLARAÇÃO DE BRIGHTON SOBRE MULHERES E ESPORTE	2
MENINAS E MULHERES NO ESPORTE E OS PRINCIPAIS ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	7
EXPERIÊNCIAS EM CAMPO: ASPECTOS DE SAÚDE, LESÕES E DOENÇAS EM MULHERES ATLETAS PARALÍMPICAS.....	24
GESTÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL: MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO.....	36
POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS NO PARADESPORTO: ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES PARA MENINAS E MULHERES COM DEFICIÊNCIA	46
EDUCAÇÃO ANTIDOPING NO ESPORTE PARALÍMPICO	52
POLÍTICAS ANTIASSÉDIO NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE PARADESPORTO	57
ANTIASSÉDIO NO PARADESPORTO: EM BUSCA DE DIRETRIZES NAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	63
DE ROMA 1960 À PARIS 2024: A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM JOGOS PARALÍMPICOS	70
LUGARES DE “PARA MEMÓRIAS” DO PARADESPORTO: AS MULHERES NÃO ESTÃO NO MAPA	75
AS BRASILEIRAS NOS JOGOS PARALÍMPICOS DE TÓQUIO 2020.....	84
“UM JOGO DENTRO DO JOGO”: DISPUTAS DIVERGENTES DE MENINAS E MULHERES COM DEFICIÊNCIAS NOS ESPORTES.....	89
MULHERES ATLETAS NO MOVIMENTO PARALÍMPICO MILITAR.....	95
MÍDIA E ESTUDOS FEMINISTAS DA DEFICIÊNCIA: UM ENSAIO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DAS ATLETAS PARALÍMPICAS BRASILEIRAS NOS JOGOS DE PARIS	102
MULHERES E RUGBY EM CADEIRA DE RODAS	109
PIONEIRAS NO RUGBY EM CADEIRA DE RODAS: TRAÇANDO O PERFIL DAS ATLETAS PARTICIPANTES DO XV CAMPEONATO BRASILEIRO.....	115
PROMOÇÃO DA PARACANOAGEM PARA MULHERES NORDESTINAS: Relato de Experiência	122
MINHA JORNADA NA CANOAGEM OCEÂNICA Relato de Experiência	126
UMA MULHER NUM CARGO DE PODER E DECISÃO NO CHILE	130
PROGRAMA PARADESPORTO: EXPERIÊNCIA DE SUCESSO NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.	133

CURRÍCULO DAS AUTORAS

Ruth Cidade (Organizadora)

Graduada em Educação Física e Fisioterapia.

Doutora em Atividade Física e Adaptação pela UNICAMP.

Pesquisadora em duas Paralimpíadas (Atlanta e Sidney) e membro da Delegação Brasileira nos Jogos Mundiais da Special Olympics (Shangai)

Curadora do Repositório do Projeto Paradesporto Brasil + Acessível UNIFESP/Santos e Secretária Nacional do Paradesporto.

Coordenadora da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto

Adriana Ines de Paula

Licenciada em Educação Física/UNESP-Bauru; Especialista em Educação Física Adaptada/UNICAMP; Mestre e Doutora em Ciências da Motricidade Humana/UNESP-Rio Claro; Docente do Curso de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPR; Coordenadora dos Projetos de Extensão: "PROAFA" e "Coletivo STIM: o movimento autista na UFPR"; Coordenadora de Inclusão e Diversidade da Superintendência de Políticas Afirmativas, Inclusão e Diversidade; Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/NEAB-UFPR. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Alessandra Cristina Mapeli Lincoln

Graduada em Psicologia, com ênfase em Psicologia Cognitivo Comportamental. Terapeuta, coordenadora e treinadora do projeto de paracanoagem no Rio de Janeiro, Membro do comitê de ética e pesquisa do CCFEx.

Aline de Oliveira Galvan Venceslau

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), da ESEFID/UFRGS. Integrante do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte (NEHME), do Observatório do Paradesporto e Esportes Surdos (OPES) e do Centro de Memória do Esporte (CEME) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Aline Rita de Barros

Graduada em Educação Física licenciada e Bacharel pela (UNIFEFE).

Pós-graduada em Fisiologia do Exercício, Treinamento Personalizado e Grupos Especiais pela (Unifoa). Professora de Educação Física na rede estadual de ensino em Santa Catarina e na educação infantil da rede municipal de ensino de Itajaí. Atuou como Diretora de Paradesporto e Jogos Adaptativos na Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí. Coordenadora da Região Sul da modalidade de Bocha Paralímpica da ANDE – Associação Nacional de Desporto para

Deficientes. Técnica de Bocha Paralímpica na FMEL Itajaí e no Clube Roda Solta. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Andrea Jacusiel Miranda (autora convidada)

Graduada em medicina pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, com residência médica em clínica médica pela Universidade de Campinas - UNICAMP, especialista em acupuntura, pós-graduada em psiquiatria e medicina esportiva. Médica da delegação paralímpica brasileira em 03 edições de jogos paralímpicos de verão (Pequim 2008, Londres 2012, Paris 2024), 01 edição de jogos paralímpicos de inverno (Sochi 2014), 04 parapanamericanos (2011 - Guadalajara, 2015 - Toronto, 2023 - Santiago), inúmeros jogos mundiais de diversas modalidades, entre outras competições. Já atuou como médica chefe das seleções permanentes da esgrima em cadeira de rodas, atletismo paralímpico, natação paralímpica, ciclismo paralímpico. Atuou como médica assistente de diversas modalidades paralímpicas. No esporte convencional é médica da Conmebol.

Bruna Amato (autora convidada)

Mestre em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professora, Educadora Física, Psicanalista e Esquizoanalista. Pesquisadora com ênfase em gênero, sexualidade, teoria queer e teoria crip. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na Universidade Federal de Santa Catarina. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Bruna Bardella de R. M. Soares

Psicóloga graduada na PUC-SP, Especialista em Aprendizagem Motora pela USP e Mestra em Ciências do Movimento Humano e Reabilitação pela UNIFESP. Psicóloga do Comitê Paralímpico Brasileiro desde 2017 atuando com distintas modalidades, participação no Parapan de Lima 2019, Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020, Parapan de Santiago 2023 e Jogos Paralímpicos de Paris 2024. Psicóloga da Confederação Brasileira de Boxe Olímpico desde 2021. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Doralice de Souza Lange

Graduada em Educação Física pela UFPR. Mestrado e doutorado em Educação pela Universidade de Harvard. Professora da UFPR. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas socioculturais sobre o Esporte Adaptado (LEPSCEA).

Ester Liberato Pereira

Graduada em Educação Física. Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Efetiva do Departamento de Educação Física e do Desporto (DEFD) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Unimontes. Coordenadora

do Centro de Memória do Esporte (CEMESP) da Unimontes. Líder do Grupo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (GEHEF/Unimontes/CNPq). Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Fátima Fernandes

Graduação em Educação Física, Fisioterapia e Matemática

Especialização em Anatomocinesiologia do Aparelho do Movimento, Psicomotricidade e Educação Especial. Mestrado em Educação e trabalho, subárea Educação e Saúde. Doutorado em Tecnologia e Saúde

Gerente de Classificação Jogos Rio 2016. Classificadora Internacional - Federação Internacional de Canoagem. Membro do grupo de revisão do Código do IPC desde 2021. Professora da ESSU (Escola Superior de Saúde Única) da Uninter. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Geiziane Leite Rodrigues Melo

Doutora em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília-UCB (Bolsista CAPES), na área de concentração Atividade Física, Saúde e Desempenho Humano. Realizou Mestrado, Bacharelado e Licenciatura em Educação Física pela mesma instituição. Foi voluntária do Projeto Espaço Convivências, que atende pessoas com deficiência, com apoio da Secretaria de Educação do DF em parceria com a UCB. Foi integrante do Projeto Paradesporto Brasil + Acessível. Atualmente realiza Pós-doutorado na Faculdade de Ciências da Saúde em *Klaipeda University*. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Giandra Anceski Bataglion

Graduada e Mestre em Educação Física pela UFSC. Doutora em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS. Professora da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFAM. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFAM. Vice Coordenadora do Programa de Atividades Motoras para Deficientes (PROAMDE). Membro do Observatório do Esporte Paralímpico. Coordenadora do Observatório do Paradesporto do Amazonas. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Ianamary Monteiro Marcondes

Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2011). Possui Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco (2014) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2016). Doutora em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (2024). Docente no Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), atuando com Educação Física no Ensino Médio Integrado e na Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFMS - Campus Corumbá (Docência EPCT). Áreas de estudo: gênero, esporte paralímpico,

políticas institucionais e cobertura midiática esportiva. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Isabella dos Santos Alves

Graduada e Mestra pela Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Especialista e Doutora em Atividade Física Adaptada pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, é membra do corpo docente do curso de Educação Física da Faculdade Multivix, em Vila Velha (ES) e, professora de goalball no projeto intitulado "Esporte Paralímpico e Inclusão" pela ONG ALDEeA (Associação Latina de Desenvolvimento Esportivo, Cultural e Ambiental). Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Janice Zarpellon Mazo

Licenciada em Educação Física. Mestre em Ciência do Movimento Humano pela UFSM. Doutora em Ciências do Desporto pela UP. Professora Titular da UFRGS. Coordenadora do Centro de Memória do Esporte (CEME) e do Observatório do Paradesporto e Esportes Surdos da ESEFID UFRGS. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Juliana Soares

Graduada em Educação Física pela FMU, Pós- Graduada em Esporte Paralímpico pela Unicamp e MBA em Gestão de Projetos pela FGV.

Gerente do Departamento Anti-Doping da IBSA - International Blind Sports Federation, World Abilitysport- Global governing body for Wheelchair Fencing, Para-Dance and Powerchair Hockey Virtus - International Federation for Athletes with Intellectual Impairments, além de consultora em outras federações internacionais como Powerchair Soccer e BWF - World Badminton Federation.

Nacionalmente, responsável pelo Departamento Anti-Doping na CBBB - Confederação Brasileira de Badminton, além de já ter trabalhado em outras entidades como CPB- Comitê Paralímpico Brasileiro, ABCD- Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, e diversos eventos esportivos nacionais e internacionais como Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, Mundiais de Ciclismo - UCI, Mundiais de Bocha - BISFED/ANDE, Copa América de Futebol - Conmebol, Pan e Parapan Americanos - IPC/APC e outros Mundiais e Major Events das Federações atuais. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Lucyana de Miranda Moreira

Graduada em Educação Física e Fisioterapia. Mestre e Doutora em Engenharia Biomédica pela Universidade de Mogi das Cruzes. Especialista em Ortopedia e Esporte pela Faculdade Inspirar. Fisioterapeuta das equipes paralímpicas do SESI-SP. Sócia e gerente administrativa da Clínica Reconnect de Fisioterapia. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Maíra Naman

Graduada em Educação Física pela FURB. Mestre em Ciências do Movimento Humano pela UDESC. Doutoranda em Educação pela UFPR. Professora do Curso de Educação Física da UNIVALI. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Mayra Barbosa dos Santos

Graduada em Educação Física e Mestranda em Atividade Física Adaptada pela Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Integrante do Grupo de estudos do Laboratório de Atividade Motora Adaptada (LAMA) da FEF Unicamp. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Maria Angélica de Jesus Rozalen

Formada em Educação física pela Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN) 2009. Treinadora de canoagem olímpica e paralímpica desde de 2010. Curso técnico para treinadores de lá Solidariedad Olimpica- Comité Olímpico Internacional (COI) Canoe/kayak Sprint Coach's Certification- Level I e II- 2014. Curso para treinadores canoagem velocidade, canoagem maratona e Paracanoagem nível I Confederación Panamericana Canoas (COPAC); Fevereiro 2021. Participação em mundiais pela canoagem olímpica, paralímpica e jogos paralimpico de Tokyo 20/21 como treinadora pela Confederação Brasileira de Canoagem (Cbca). Primeira mulher a atuar como treinadora pelo Brasil em um jogos na história da Confederação Brasileira de Canoagem. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Maria Beatriz Rocha Ferreira (autora convidada)

Graduada e Mestre em Educação Física pela Universidade de São Paulo, Doutorado em Antropologia pela Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos Livre Docente pela UNICAMP. Professora Visitante na Universidade Católica de Leuven, Bélgica e Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná. Professora Visitante Sênior da CAPES na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados e Pesquisadora Visitante no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, UNICAMP e Núcleo em Inclusão, Movimento e Ensino à Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora (até o presente). Atualmente desenvolve pesquisas na linha de Educação e Diversidade com enfoque em Antropologia, atuando principalmente em temáticas sobre processos civilizadores, gênero, interculturalidade, inclusão. Assessora do Programa Agita São Paulo. Consultora Ad hoc - CNPq, FAPESP e CAPES e diferentes periódicos científicos. Vice Presidente da IAPESGW - International Association of Physical Education and Sport for Girls and Women e membro do Comitê Executivo do ICSSPE - International Council of Sport Science and Physical Education.

Milena Pedro de Morais

Graduada em Educação Física pela Faculdade de Educação Física de Santo André (FEFISA). Doutora em Educação Física pela Universidade São Judas com período de estudos e pesquisa na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra. Professora no curso de Licenciatura em Educação Física na Universidade Federal do Norte do Tocantins. Membro da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada. Membro do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Membro do Comitê Científico do Grupo de Trabalho Temático Inclusão e Diferença no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Mónica Hernández Carreño

Professora de Educação Física, Pós-graduada em psicomotricidade e Educação Física para idosos. Atualmente é arbitra Internacional de Canoagem de Velocidade e Paracanoagem, Pan-Americano de Slalom e Nacional de Stand Up Paddels. Surfski e Dragon boat. Treinadora em diferentes modalidades da canoagem. Classificadora. Diretora Continental de Paracanoagem. Secretária Geral da Federação Chilena de Canoagem. Presidente da Federação Nacional de Canoagem do Chile. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Roberta Martins de Medeiros.

Graduada em medicina pela Universidade Estadual do Pará. Pós-graduada em medicina do Esporte e Exercício e pós-graduanda em Endocrinologia.

Médica voluntária do Projeto social de paracanoagem BRAVAA.

Médica convocada pela CBCA para o Mundial de paracanoagem na Alemanha em 2023 e Hungria 2024. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Tércia Ferreira Figueiredo

Graduada em Educação física. Pós-graduação em Educação e Treinamento Esportivo. Mestrado em Educação e Gestão Desportiva.

Tenente Reformada do Exército. Coordenadora dos Projetos Sociais da Fetriece. Diretora Técnica da Fetriece. Paratleta de Tiro com Arco e Tiro Esportivo. Medalhista mundial, parapanamericana, nacional e estadual. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Vania Tie

Graduação em Fisioterapia pelo Centro Universitário da Grande Dourados (2004), especialização em Fisioterapia na Saúde da Mulher pela Universidade de Ribeirão Preto (2005), mestrado pela Universidade de São Paulo (2009) e doutorado em Reabilitação e Desempenho Funcional pela Universidade de São Paulo (2016). Orientadora de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Amapá. Atualmente é Coordenadora-Geral de

Programas e Projetos Paradesportivos – CGPRO. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

Vitória Crivellaro Sanchoten

Graduada em Educação Física - Licenciatura e Bacharelado - UFRGS. Mestre e Doutora em Ciências do Movimento Humano - UFRGS. Especialista em Treinamento Desportivo - UFRGS. Professora da Faculdade SOGIPA. Membro do Observatório do Esporte Paralímpico e Esporte Surdo. Membro da Academia Paralímpica Brasileira - CPB. Membro do Centro de Memória do Esporte - CEME/UFRGS. Membro da Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.

APRESENTAÇÃO

Em colaboração com o Observatório do Paradesporto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto apresenta esta coletânea de 24 textos, intitulada **“Mulheres no Paradesporto: contextos e perspectivas”** abordando temas fundamentais, invisibilizados e, por vezes, controversos que ilustram as múltiplas dimensões da realidade dessas mulheres, sejam elas atletas, treinadoras, técnicas, fisioterapeutas, psicólogas, enfermeiras, médicas e tantas outras envolvidas nesta área.

A criação da Rede, em 16 de novembro de 2022, representa um marco na promoção da equidade de gênero no Paradesporto e na academia. Composta por pesquisadoras dedicadas, a Rede busca aprofundar os estudos sobre as experiências, desafios, conquistas e a visibilidade das mulheres no contexto esportivo adaptado. Através de uma abordagem multidisciplinar, seu trabalho contribui para transformar a percepção e o tratamento das mulheres com deficiência no cenário esportivo.

O Paradesporto, marcado historicamente por uma predominância masculina, ainda apresenta obstáculos importantes para a inclusão feminina, tanto nas práticas esportivas quanto em posições de gestão, liderança e pesquisa. A Rede surgiu como resposta a essas lacunas, criando um espaço colaborativo onde pesquisadoras podem compartilhar investigações, desenvolver iniciativas conjuntas e promover discussões sobre a presença das mulheres no Paradesporto, incluindo temas como a representação midiática e políticas públicas que incentivem sua participação.

A atuação da Rede vai além da academia, assumindo também o papel de influenciar políticas públicas. Com orientação para gestores e formuladores de políticas, a Rede destaca a importância de iniciativas que promovam a equidade de oportunidades e ampliem as possibilidades para meninas e mulheres com deficiência, desde a base esportiva até o alto rendimento.

Agradecemos ao professor Dr. Ciro Winckler, Coordenador do Projeto Paradesporto Brasil + Acessível, cuja parceria e apoio foi fundamental para a concretização desta obra.

Ruth Cidade
Organizadora

CELEBRANDO OS 30 ANOS DA DECLARAÇÃO DE BRIGHTON SOBRE MULHERES E ESPORTE

Ruth Cidade

Há 30 anos, em 1994, foi endossada a **Declaração de Brighton sobre Mulheres e Esporte - DB**, da qual o Brasil é signatário por meio do Comitê Olímpico do Brasil. O objetivo central da Declaração é fomentar uma cultura esportiva que promova e valorize a participação plena das mulheres em todos os aspectos do esporte. Para alcançar esse objetivo, a Declaração estabeleceu uma série de princípios que devem orientar ações para aumentar a participação feminina no esporte, abrangendo todos os níveis e funções, seja como atletas, treinadoras, dirigentes, árbitras ou outras funções.

Dada a importância dos princípios da DB e a relevância das questões abordadas, é essencial que este documento sirva como um guia para ações estratégicas no Brasil. A implementação efetiva desses princípios pode contribuir para a construção de um ambiente esportivo mais inclusivo, justo e diversificado, onde as mulheres tenham oportunidades reais de participação e protagonismo.

Para entender a formulação da DB, a primeira conferência internacional sobre mulheres e esporte reuniu formuladores de políticas e tomadores de decisão na área, tanto em nível nacional quanto internacional, em Brighton, Reino Unido, de 5 a 8 de maio de 1994. Ela foi organizada pelo Conselho de Esportes Britânico e apoiada pelo Comitê Olímpico Internacional. A conferência abordou especificamente a questão de como acelerar o processo de mudança para corrigir os desequilíbrios que as mulheres enfrentavam em sua participação e envolvimento no esporte. A(o)s 280 delegadas(os) de 82 países, representando organizações governamentais e não governamentais, comitês olímpicos nacionais, federações esportivas internacionais e nacionais, e instituições educacionais e de pesquisa, endossaram a **Declaração de Brighton**.

Além disso, a conferência de Brighton concordou em estabelecer e desenvolver uma estratégia internacional sobre mulheres e esporte que abrangesse todos os continentes. Essa estratégia deveria ser endossada e apoiada por organizações governamentais e não governamentais envolvidas no desenvolvimento esportivo. Essa abordagem estratégica internacional foi projetada para permitir que programas modelos e desenvolvimentos bem-sucedidos fossem compartilhados entre nações e federações esportivas, acelerando assim a mudança em direção a uma cultura esportiva mais equitativa em todo o mundo.

Durante as duas décadas seguintes (1994–2014), o **Grupo de Trabalho Internacional sobre Mulheres e Esporte** foi estabelecido para monitorar a resposta à DB, fornecer apoio àqueles que

trabalhavam em nível nacional e regional e estabelecer uma rede internacional de ativistas e defensores que trabalhavam para alcançar os objetivos e princípios da Declaração.

Conferências internacionais foram realizadas em Windhoek (1998), Montreal (2002), Kumamoto (2006) e Sydney (2010), cada uma focando nos meios de avançar com a Declaração. Ao longo dos 20 anos, houve um crescimento significativo de evidências e compreensão sobre as barreiras e dinâmicas que impedem a participação plena e o alcance de meninas e mulheres no esporte e na atividade física; além de evidências crescentes do efeito positivo da participação no esporte e na atividade física na saúde, bem-estar, capital social e envolvimento e desempenho educacional de meninas e mulheres.

Esses esforços contribuíram para uma mudança significativa na maneira como o esporte feminino é percebido e promovido, destacando a importância de criar um ambiente inclusivo e de apoio para a participação de mulheres e meninas em todos os níveis esportivos.

De 12 a 15 de junho de 2014, mais de 800 delegadas(os) de cerca de 100 países participaram da 6ª Conferência Mundial do IWG sobre Mulheres e Esporte, realizada em Helsinque, com o tema "Lidere a Mudança, Seja a Mudança". A conferência também aprovou uma nova declaração intitulada "**Declaração de Brighton mais Helsinque 2014 sobre Mulheres e Esporte**" - DB+H, que incorporou a atividade física como uma extensão essencial do esporte organizado, especialmente para meninas e mulheres.

A DB+H claramente estabeleceu a necessidade de uma abordagem inclusiva para o esporte e a atividade física, destacando a importância de remover barreiras e promover um ambiente esportivo que atenda às diversas necessidades de todas as mulheres, incluindo aquelas com deficiência. A implementação desses princípios requer políticas concretas, infraestrutura acessível, programas de apoio, e a coleta de dados específicos para garantir a participação plena e equitativa de meninas e mulheres com deficiência no esporte.

TA seguir a linha do tempo das Conferências da IWG desde 1994 a 2022



Mulheres no Paradesporto

Linha do tempo

7ª Conferência

Gaborone, Botsuana, 2018



Realizada de 17 a 18 de maio. O legado, “Botswana Big 5”, apresentou cinco ações estratégicas para melhorar o acesso ao esporte para meninas e mulheres de diversas identidades e origens.

8ª Conferência

Aotearoa, Nova Zelândia, 2022



Realizada de 14 a 17 de novembro de forma presencial e online. Foi a maior conferência até então, com foco em desafios como a baixa representação feminina em posições de liderança, a violência de gênero no esporte e a falta de treinadoras e instrutoras mulheres. A principal recomendação foi a aplicação contínua de uma perspectiva de gênero para avaliar e acompanhar o impacto de projetos e programas.

Mulheres no Paradesporto



Essas conferências subsequentes mostraram um contínuo esforço global para promover a igualdade de gênero no esporte, buscando não apenas aumentar a participação feminina, mas também garantir que as mulheres tenham voz e representação em todos os níveis da administração e liderança esportiva.

Para efetivas os princípios da **DB+H** no Brasil, é essencial uma abordagem integrada que envolva governo, organizações esportivas, instituições educacionais, sociedade civil e setor privado. Entre as estratégias principais está a atualização das políticas esportivas para incluir a promoção da igualdade de gênero, garantindo o acesso igualitário de mulheres e meninas a oportunidades esportivas. A criação de leis que protejam seus direitos, incluindo medidas contra discriminação e violência de gênero, é imprescindível.

Aumentar a representatividade feminina em cargos de liderança nas organizações esportivas e paradesportiva, também, é fundamental. Isso pode ser alcançado por meio de cotas de gênero, programas de mentoria e capacitação, focados no desenvolvimento de habilidades de gestão e liderança. É igualmente importante investir em **infraestrutura esportiva segura e acessível** para todas as mulheres, incluindo aquelas com deficiência, pautado na criação de programas comunitários inclusivos que atendam a

diferentes necessidades e preferências. A coleta sistemática de dados por gênero sobre a participação de mulheres no paradesporto é necessária para fundamentar políticas baseadas em evidências, acompanhada pelo incentivo à pesquisas acadêmicas sobre o tema.

Formar parcerias multissetoriais entre governo, ONGs, setor privado e organizações paradesportivas para desenvolver programas de promoção da igualdade de gênero é outra estratégia vital. Além disso, a participação ativa em redes internacionais, como a **IASPEWG** (International Association of Sport and Physical Education for Women and Girls) e **IWG** (International Working Group on Women and Sport) é importante para compartilhar boas práticas e aprender com experiências internacionais. A relação entre IASPEWG e IWG é de cooperação e apoio mútuo, onde ambas as organizações trabalham na direção da promoção, inclusão, igualdade de oportunidades e empoderamento de meninas e mulheres no esporte e na atividade física. Elas se complementam em suas áreas de atuação, fortalecendo o movimento global em favor da igualdade de gênero na atividade física, no esporte e no paradesporto.

Finalmente, destacamos que é necessário desenvolver programas paradesportivos e oferecer capacitação especializada para profissionais do paradesporto sobre como criar ambientes acessíveis e inclusivos para meninas e mulheres com deficiência. Essas ações combinadas podem ajudar a proporcionar um cenário paradesportivo mais justo e equitativo no Brasil, no qual meninas e mulheres com deficiência tenham oportunidades reais de participação e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CIDADE, Ruth. Atletas paralímpicas, figurações e sociedade contemporânea. 2004. 271 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br>.

IWG – International Working Group on Women and Sport. Site oficial. Disponível em: <https://iwgwomenandsport.org>. Acesso em: 5 set. 2024.

MENINAS E MULHERES NO ESPORTE E OS PRINCIPAIS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Maria Beatriz Rocha Ferreira

Ruth Cidade

O século XX trouxe profundas transformações para as mulheres em diversas áreas. Durante esse período, esportistas e simpatizantes iniciaram um debate sobre a presença feminina na Educação Física e no Esporte. O papel das mulheres e a percepção sobre a igualdade entre gêneros passaram a ser questionados e reformulados.

As associações nacionais e internacionais de representação feminina começaram a se organizar, desafiando muitos setores estabelecidos. O impacto dessas mudanças tem sido significativo, promovendo uma vida mais saudável e melhor para mulheres de todas as idades. Um exemplo desse esforço é a UNESCO Mulher, que tem desenvolvido várias ações para apoiar meninas e mulheres no esporte, incluindo a publicação¹,

Neste texto, abordaremos quatro das principais associações, apresentadas em ordem cronológica de sua criação:

- *IAPGESGW - Internacional Association of Girls and Women for Physical Education and Sport* - Associação Internacional de Educação Física e Esporte para Meninas e Mulheres (criada em 1949)
- *Women & Sport Foundation* – Fundação do esporte da mulher (criada em 1974).
- *IWG - International work group* – Grupo de trabalho internacional de mulher e esporte (criada em 1994).
- *WSI - Women Sport International* – Esporte internacional da mulher (criada em 1994).

Essas organizações internacionais têm como mote os direitos humanos, a equidade de gênero, seja para a prática do esporte e atividade física na educação física, lazer, promoção da saúde ou alta performance, independentemente de sua raça, cor, língua, religião, credo, orientação ou identidade sexual, idade, estado civil, deficiência, crença política ou filiação, origem nacional ou social da menina e mulher no esporte. Segue breve histórico das organizações.

¹ <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Cartilha-BoasPraticas-Unase-EsporteeJuventude-web.pdf>

IAPESGW – International Association of Physical Education and Sport for Girls and Women

Na década de 1940, antes da 1ª guerra mundial, a Associação Americana de Educação Física de Mulheres Universitárias (mais tarde denominada Associação Nacional de Educação Física para mulheres universitárias) começou a discutir sobre a possibilidade de realizar um evento para conhecer a situação da Educação Física em outros países, esse movimento teve a liderança de Doroty Ainsworth.

No entanto, em função da guerra foi somente possível organizarem um congresso internacional em 1949, com o apoio da rainha Ingrid da Dinamarca em Copenhagen. Neste evento começou a ser delineada a IAPESGW, com o foco inicial na Educação Física e a partir de 1953, no congresso de Paris, a temática do esporte é incluída.

O papel de liderança de Doroty Ainsworth foi intenso para divulgar as ideias sobre meninas e mulheres na educação física e esporte da nova Associação. Participou de eventos internacionais na Guatemala (1955), a seguir na Ásia, África e Oceania. O 3º congresso ocorreu em Londres na Inglaterra 1957 e partir daí tem ocorrido a cada 4 anos.

Congressos Mundiais.

As informações dos webinários e publicações encontram se no site.

A IAPESGW na sua trajetória histórica fundamenta suas ações nos seguintes eixos:

- Facilitar o crescimento e o desenvolvimento nas áreas de educação física, esporte, atividade física e dança por meio de contatos e redes globais;
- Fornecer experiências educacionais e profissionais, incluindo oportunidades de pesquisa para apoiar a defesa baseada em evidências e o desenvolvimento de liderança; 3. Fornecer experiências educacionais e profissionais em e por meio do desenvolvimento de liderança.

WSF - Women & Sport Foundation – Fundação do esporte da mulher (criada em 1974)

A Women & Sport Foundation foi fundada em 1974 por Billie Jean King [fundadora], ex ícone no tênis, uma das pessoas mais respeitadas e influentes do século XX, dedicada a defesa de mudanças sociais e igualdade no esporte e outras áreas. A lei federal nos Estados Unidos - Title IX de 1972, na área de Educação fundamentou juridicamente a criação da WSF que declara:

“Nenhuma pessoa nos Estados Unidos deve, com base no sexo, ser excluída da participação, ter os benefícios negados ou ser submetida a discriminação em qualquer programa ou atividade educacional que receba assistência financeira federal.”²

² https://www.womenssportsfoundation.org/advocacy_category/title-ix/

Ao longo dos anos a lei foi aprimorada. Fazendo um recorte histórico mencionamos uma das últimas ementas de 8 de março de 2021. O presidente Biden divulgou a Ordem Executiva 14021, que “Garantindo um ambiente educacional livre de discriminação com base no sexo, incluindo orientação sexual ou identidade de gênero”. Ela declarou o objetivo da de garantir a todos os alunos “um ambiente educacional livre de discriminação com base no sexo, incluindo discriminação na forma de assédio sexual, que abrange violência sexual e inclui discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero”,

Os princípios que a WSF advoga são:

- Participação - colocar mais meninas no jogo, jogando, crescendo, prosperando mental e fisicamente, por meio do poder do esporte.
- Abuso e Assédio –Implementar políticas para proteger meninas e mulheres.
- Liderança e treinadores – Exigir mudanças para garantir a equidade de gênero.
- LGBTQ+ As escolas e os órgãos reguladores do esporte devem fornecer ambientes inclusivos que ofereçam oportunidades seguras e equitativas de participação.
- Atletas de elite e mídia - 4% da cobertura da mídia esportiva é dedicada aos esportes femininos. Exige-se mudanças.
- Saúde - Meninas e mulheres que praticam esportes ganham benefícios de saúde para o resto da vida, incluindo aumento da autoestima, menor risco de certos tipos de câncer e menor incidência de comportamentos de risco à saúde.

IWG - International Working Group (criada em 1994)

O International Working Group (IWG) sobre Mulheres e Esporte é a maior rede do mundo dedicada a promover a equidade e igualdade de gênero no esporte, educação física e atividade física. Estabelecido em 1994, o IWG defende e executa programas globalmente durante todo o ano. Ele desenvolveu e continua sendo o guardião da DB+H, que agora tem o compromisso de quase 600 signatários em todo o mundo. Em setembro de 2021, ele lançou o primeiro Insight Hub do mundo - uma coleção interativa de pesquisas, estudos de caso, kits de ferramentas e notícias contribuídas de todo o mundo. No final de 2022, o IWG lançou o mais recente Relatório de Progresso do IWG.

A cada quatro anos, o IWG organiza a Conferência Mundial do IWG sobre Mulheres e Esporte, o maior encontro desse tipo no mundo. O evento mais recente foi realizado de maneira híbrida com a parte presencial em Aotearoa, Nova Zelândia, e online em novembro de 2022. Mais de 1.850 líderes esportivos globais de mais de 300 organizações em 90 países compareceram.

O IWG é governado pelo Executivo Global voluntário do IWG e o atual Secretariado de 2022-2026 está sendo sediado pelo Reino Unido. É uma organização sem fins lucrativos com financiamento de diferentes setores de subsídios e fundos, arrecadação de fundos e doações, e parcerias comerciais.

Plano Estratégico:

O plano de 2022-2026 é centrado em nossa visão de esporte e atividade física contribuindo para um mundo onde todas as mulheres e meninas prosperem, com ênfase em reunir as partes interessadas para fazer as mudanças necessárias nas estruturas e valores do esporte em todo o mundo. As prioridades estratégicas são:

- **Conexões:** Aumentar o ritmo e o impacto da mudança por meio de redes conectadas e colaborativas, ou seja, plataformas de comunidade digital inclusivas e fortes parcerias estratégicas globais.
- **Insight:** Oferecer uma abordagem de pesquisa e insight para a igualdade de gênero conduzida por um IWG Insight Hub com curadoria que reunirá e disponibilizará conhecimento e ferramentas de classe mundial.
- **Liderança e Defesa (Advocacy):** Demonstrar o valor e o impacto da igualdade sistêmica de gênero para ajudar a influenciar políticas e estratégias. Isso inclui colaborar com mais organizações para assinar a DB+H.
- **Temas chaves:** Dados e Metodologias de Pesquisa; Salvaguarda; Recursos e Investimento; Governança; Visibilidade e Representação; Liderança; Mudança Social; Vidas Ativas; Alto Desempenho.

A organização está alinhada aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

WSI - Women Sport International (criada em 1994)

O WSI foi formado para enfrentar o desafio de garantir que o esporte e a atividade física recebam a atenção e a prioridade que merecem na vida de meninas e mulheres e para atender à necessidade de uma organização internacional que possa trazer mudanças positivas para meninas e mulheres nessas áreas importantes de suas vidas.

O WSI é uma organização baseada em questões e ações. Os membros representam mais de 30 países e uma ampla gama de conhecimentos e interesses nas seguintes áreas: medicina da ciência esportiva, saúde e condicionamento físico, nutrição, treinamento, administração e educação, bem como atletas, meninas e mulheres que desejam a oportunidade de fazer do esporte e da atividade física uma parte contínua de suas vidas. Nossa missão é incentivar maiores oportunidades e mudanças positivas para mulheres e meninas em todos os níveis de envolvimento no esporte e na atividade física.

Os objetivos incluem:

- a. identificar e promover questões de importância
- b. servir como um grupo de advocacia internacional
- c. fornecer suporte para indivíduos ou grupos que trabalham para promover mudanças positivas
- d. produzir e/ou disseminar materiais educacionais e outras informações relevantes para aumentar as oportunidades ou melhorar a experiência de meninas e mulheres no esporte e na atividade física
- e. trabalhar com órgãos internacionais de governo esportivo e outras organizações para promover a maior participação possível de meninas e mulheres no esporte e na atividade física em todos os níveis de envolvimento
- f. operar como uma câmara de compensação para compartilhar pesquisas, informações, ideias e boas práticas.

Para atingir os objetivos as ações são as seguintes:

- a) identificar questões de importância para mulheres e meninas e atividade física
- b) desenvolver redes e vias de comunicação entre grupos membros e países
- c) trabalhar com órgãos governamentais esportivos específicos e outros grupos para promover maior envolvimento de mulheres e meninas no esporte em todos os níveis de participação
- d) promover pesquisas sobre problemas e questões relacionadas à atleta feminina
- e) servir como um grupo de advocacia promovendo maiores oportunidades para mulheres e meninas no esporte e na atividade física
- f) desenvolver redes para compartilhar informações e trocar ideias e práticas
- g) recomendar, ou quando apropriado, projetar e implementando estratégias para mudança

REFERÊNCIAS

CIDADE, Ruth. Atletas paraolímpicas: figurações e sociedade contemporânea. 2004. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

IWG – International Working Group on Women and Sport. Equity and equality in society and sport. Disponível em: <https://iwgwomenandsport.org/brighton-declaration/equity-and-equality-in-society-and-sport/>. Acesso em: 27 out. 2024.

UN WOMEN; UNESCO. Enfrentando a violência contra mulheres e meninas no esporte: um manual para formuladores de políticas e praticantes de esportes. 2023. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-07/3343_unwomen_unesco_vawg_handbook_6a_singlepage.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

IWG – International Working Group on Women and Sport. Brighton Declaration. Disponível em: <https://iwgwomenandsport.org/brighton-declaration/>. Acesso em: 27 out. 2024.

IAPESGW – International Association of Physical Education and Sport for Girls and Women. Associação Internacional de Educação Física e Esporte para Meninas e Mulheres. Disponível em: <https://www.iapesgw.com>. Acesso em: 27 out. 2024.

Women's Sports Foundation. Fundação do Esporte da Mulher. Disponível em: <https://www.womenssportsfoundation.org/>. Acesso em: 27 out. 2024.

IWG – International Working Group on Women and Sport. Grupo de Trabalho Internacional de Mulher e Esporte. Disponível em: <https://iwgwomenandsport.org>. Acesso em: 27 out. 2024. **WSI – Women Sport International.** Esporte Internacional da Mulher. Disponível em: <https://womensportinternational.org>. Acesso em: 27 out. 2024.

QUANDO UMA POPULAÇÃO AVANÇA EM DIREITOS, NENHUMA OUTRA RETROCEDE

Bruna Amato³

O preconceito, que pode resultar em ações discriminatórias, criminosas e violentas, se instala em cada uma de nós a partir de estruturas práticas e discursivas que são criadas e alimentadas com base no tipo de sociedade que o Estado prevê constituir. Boa parte desses discursos, investe em uma alta dose de informações equivocadas que são estrategicamente difundidas e que servem como base para organizarmos nossas opiniões, nossos gostos, nossos desejos, vontades e nossos sentimentos de afeto e ódio. Como uma história é contada, quais personagens são sempre colocados como protagonistas, quais sempre são vilanizados, que partes são obscurecidas e quais delas sempre estão sob os holofotes, evidenciam a aposta de que uma narrativa pode manipular a história de uma nação e moldar uma cultura societária.

O capacitismo, o racismo, a misoginia e a lgbtfobia são exemplos de manipulação de narrativas para condução e coerção de uma sociedade que celebra o branco, o eficiente, o normal, o homem e o heterossexual; ao passo que rechaça, violentamente, tudo que se apresenta como diferente.

Como podemos mudar isso?

Eu não tenho uma resposta única e simples. Mas ao olhar para minha própria realidade, percebi que só consegui mudar de lado (sim, precisei mudei radicalmente de lado, mesmo sendo uma mulher lésbica, gorda e periférica) quando entendi duas coisas: a primeira delas é que nenhum direito se perde quando mais direitos são conquistados, e a segunda, quando cansei de odiar tudo que eu tinha aprendido a odiar, inclusive a mim mesma.

Esse texto-intervenção tem a pretensão de elucidar alguns aspectos obscurecidos e, com sorte, mitigar a cristalização de posições vilanizadas historicamente.

Capacitismo → É a maneira que as pessoas com deficiência são entendidas e tratadas por meio de aspectos reducionistas e preconceituosos, sempre como incapazes, limitadas, incompletas, disfuncionais e improdutivas. Seja pela falta ou redução de mobilidade, ausência de um ou mais membros, cegueira, surdez, agravamento de sofrimento psíquico, neurodivergência ou por qualquer distanciamento físico, psíquico ou cognitivo de ideais sociais de normalidade ou corponormatividade. O capacitismo pode ser expresso de diversas maneiras, por exemplo: ações (espaços sem acessibilidade ou que impeçam a

³ Mestre em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professora, Educadora Física, Psicanalista e Esquizoanalista. Pesquisadora com ênfase em gênero, sexualidade, teoria queer e teoria crip. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na Universidade Federal de Santa Catarina.

presença e permanência de pessoas com deficiência), discursos (religiosos de culpabilidade, agressões verbais, dentre outros), formas de tratamento (manco, toco, anão, retardado, dentre outros), institucionais (baixa capacidade, incompetência, intelecto reduzido, dentre outros) ou recreativo (mais perdido que cego em tiroteio, dando uma de João sem braço, dentre outros).

Anticapacitismo → Conjunto de práticas (ações e discursivas) que têm como objetivo combater, enfrentar e mitigar o capacitismo. Indivíduos, grupos e instituições podem (e devem) promover o anticapacitismo em todos os espaços, públicos ou privados. Importante lembrarmos que antes de exigirmos ações anticapacitistas, é necessário nos identificarmos como pessoas capacitistas - pelo caráter estrutural que orienta nossa sociedade como um todo - e nos colocarmos para uma reeducação em moldes anticapacitistas. Com essa primeira ação, que pode se dar por meio de leitura, aproximação com os movimentos de pessoas com deficiência e conscientização política, teremos elementos para praticar e exigir a prática do anticapacitismo.

Corponormatividade → ideia hegemônica sobre funcionalidade corporal, intolerante à qualquer tipo de heterogeneidade e atipicidade, que vai ser problematizada por Robert McRuer (2021) quando ele aponta que, dos movimentos sociais de pessoas com deficiência, ancorados numa política identitária, vão surgir questionamentos e deslocamentos das noções naturalizadas de corpo normal e como esses corpos foram social e historicamente posicionados na sociedade, às margens dela.

Defiça → A palavra “defiça” tem sido utilizada por ativistas com deficiência como autoidentificação. É uma abreviação carinhosa de “deficiente”, por este ter caráter ambíguo de substantivo ou adjetivo, ao passo que “defiça” aniquila a adjetivação e torna-se apenas substantivo, reforçando a identificação com um marcador da diferença positivado (Mello; Aydos; Schuch, 2022, p. 8). Pensando a partir dessa noção, outras articulações podem ser feitas com o termo, como: orgulho defiça e ativismo defiça. Expressões carregadas, não só de luta, mas de engajamento ético-político por parte de movimentos e pessoas com deficiência. Orgulhar-se é fundamental, quando avaliamos o enquadramento histórico das pessoas com deficiência na sociedade, sempre às margens, invisibilizadas, carregando sentimentos de exclusão e vergonha. Parte do ativismo, é resgatar esse lugar de sujeito de direitos sociais e políticos. Ativismo defiça, não é só por direitos equânimes, é pelo direito de se relacionar positivamente com o fato de sermos corpos e existências que não se alinham com as noções de normatividade que foram criadas para separar normal de anormal, saudável de doente, produtivo de improdutivo, dicotomias que hierarquizam existências e,

com isso, subalternizam pessoas com deficiência. É, em especial, pelo direito à diferença. E que essas diferenças sejam acolhidas, respeitadas e celebradas.

Aleijar → Em inglês, um termo utilizado de forma pejorativa para se referir a pessoas com deficiência, era *cripple*, que significa aleijado. Quando as organizações dos movimentos sociais de pessoas com deficiência passaram a ser observadas dentro do espaço acadêmico, e a maneira como se relacionavam consigo mesmas e com as outras pessoas, possibilitando a produção coletiva de subjetividades plurais, essa reorganização social passou a ser chamada de *crip theory* que, em português, significa teoria crip. Acontece que, nós brasileiras, não nos relacionamos com os termos em inglês e, para criar uma identificação - não só com o termo, mas com o movimento social e acadêmico -, a antropóloga Anahí Guedes de Mello (2019) e o cientista social Marco Gavério (2015), ambos acadêmicos e pessoas com deficiência, passaram a traduzir o termo *crip* para **aleijado** → **aleijar** → **aleijamento**. Em luta, os termos são ressignificados de modo a serem compreendidos e experienciados de maneira positiva e para indicar uma ação de resistência. Portanto, aleijar significa criar uma fissura nas estruturas sociais capacitistas, de modo a transformar lugares, modos de existir e formas de pensar, que abarque todos os tipos de corpos, existências e experiências.

Racismo → Forma de discriminação e preconceito praticadas por pessoas, grupos ou instituições contra pessoas que foram historicamente racializadas. No Brasil, as mais atingidas são as populações preta e indígena. O racismo pode acontecer em forma de injúria racial, com xingamentos ou da negativa de acesso e trânsito em espaços públicos ou privados, que configuraria, para a lei, o ato racista em si. O racismo pode ser velado, explícito ou recreativo. Proposital ou sem intenção. Cometido por pessoas desconhecidas, mas também por pessoas amigas, familiares e, inclusive, em relações afetivas/românticas/sexuais (em relacionamentos de curta ou longa duração). Em qualquer desses casos, racismo é crime inafiançável. Como a história do nosso país é calcada na escravização de povos indígenas e africanos, o termo racismo estrutural funciona como alerta para entendermos que, independentemente do processo de escravização que lemos nos livros de história não estar mais em vigor, as estruturas sociais que sustentam o Estado e a sociedade foram fundadas em práticas de violência racial e, até hoje, mesmo com todas as atualizações, o racismo ainda faz parte da nossa construção social. Todas nós, pessoas brancas, somos racistas. Embora algumas de nós possam não praticar o racismo, a herança desse sistema privilegia pessoas brancas, unicamente, pela cor da pele, assim como perpetua condição subalternizada para pessoas pretas, apenas pela cor da pele. Alguns outros termos associados ao racismo podem ser encontrados circulando em meios mais acadêmicos. Trago como exemplo o racismo ambiental, que significa pensarmos sobre a destruição

do planeta (emissão de gases poluentes, agrotóxicos, agronegócio, desmatamento, queimadas, grilagem entre outros), que desencadeia crises climáticas e desastres ambientais e, dessa forma, vai atingir em primeira instância as populações mais vulnerabilizadas socialmente. No caso do Brasil, essas populações são das pessoas pretas e indígenas, que serão as primeiras a sofrerem os impactos, especialmente, em áreas empobrecidas e com acesso precarizado a recursos e condições básicas e estruturais de vida.

Interseccionalidade → O termo interseccionalidade foi criado por uma advogada, defensora dos direitos civis, ativista do movimento feminista negro e professora universitária estadunidense, chamada Kimberlé Crenshaw (1989). É a intersecção entre opressões que podem ocorrer no mesmo corpo, na mesma vivência, de uma só pessoa. Um exemplo bastante difundido é de um processo, movido por mulheres negras contra uma empresa que só contratava homens. Inicialmente a alegação era de racismo, contudo a empresa se defendeu dizendo que contratava, sim, pessoas negras. Acontece que aquelas pessoas negras contratadas eram apenas homens. A acusação, então, argumentou que o problema era em relação ao gênero. A defesa contra-argumentou que não poderia ser um problema de gênero, uma vez que havia mulheres contratadas. Contudo, as mulheres que trabalhavam na empresa eram todas brancas. A defesa venceu, pois, a acusação não conseguiu provar nem que havia uma discriminação por raça, nem por gênero. A interseccionalidade vai ampliar o debate nesse sentido e nos traz o entendimento de que um corpo só pode sofrer diversos tipos de discriminação e, em um ponto central, todas elas convergem para um sofrimento ampliado daquele sujeito. Se o entendimento sobre interseccionalidade existisse na ocasião desse exemplo, poderia haver uma argumentação sobre as mulheres negras estarem sofrendo, sim, uma dupla discriminação. Por um lado, uma discriminação por gênero; por outro, uma discriminação racial. Socialmente, mulheres são posicionadas de maneira subalternizada aos homens, então, se pensarmos numa pirâmide, homens negros estão mais próximo do topo do que mulheres negras. Contudo, as mulheres brancas, estão acima das mulheres negras, socialmente falando. Daí, é possível compreender por quais motivos uma empresa contrata homens brancos e negros, mas somente mulheres brancas. Com o passar dos anos, os estudos feministas foram ampliando esses marcadores sociais de vulnerabilização, para contemplar outras populações que também são marginalizadas e vulnerabilizadas socialmente. Dessa maneira, podemos trabalhar com diversas categorias de análise: raça, gênero, classe, sexualidade, deficiência, geração, território, entre outras, de modo a pensar sobre esse cruzamento de opressões que vão incidir sobre uma mesma existência.

No Brasil, atualmente, a pesquisadora e assistente social, Carla Akotirene (2019), vai tratar da interseccionalidade como “um sistema de opressão interligado” (p. 15), sendo crucial pontuar a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas

identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe que circunda a vida de mulheres negras, no encontro de avenidas identitárias” (p. 14).

Mulheres com deficiência, também podem ser racializadas. Aqui, observamos uma encruzilhada entre gênero, deficiência e raça.

Cisheteropatriarcado → Cis = cisgênero (pessoas que se identificam com o gênero em decorrência do sexo atribuído no nascimento, ou seja, órgão sexual pênis = homem = gênero masculino; órgão sexual vagina = mulher = gênero feminino). Hetero = heterossexual (indivíduos que se relacionam sexual/afetivamente com pessoas com sexo e gênero diferente do seu). Patriarcado = Sistema sociopolítico no qual as relações de poder são desiguais entre homens e mulheres, considerando que, hegemonicamente, esses homens que são posicionados no topo, são homens cisgênero, heterossexuais, brancos e sem deficiência.

A cisgeneridade, ou seja, essa identificação com o sexo atribuído no nascimento, é uma concepção que vai criar um sistema político normativo. Normatividade é um conjunto de regras pré-estabelecidas, por meio das quais todas as pessoas vão passar a se entender e se relacionar no mundo. Portanto, a cisheteronormatividade é um regime político que estabelece que todas as pessoas quando nascem, têm um gênero atribuído e devem estar conformes com esse gênero. A heteronormatividade são as práticas que legitimam e naturalizam somente as relações heterossexuais.

Se, de um lado, temos o termo cisheteropatriarcado que podemos utilizar para entender quais sujeitos são privilegiados nas sociedades ocidentais, de outro, temos o termo cisheteronormatividade, que diz sobre um sistema que impõe regras para todas as outras pessoas, mesmo as que não estão conformes nem com o sexo atribuído no nascimento (caso de pessoas transexuais), nem com a obrigatoriedade de se relacionar com pessoas com sexo e gênero diferentes (caso de mulheres lésbicas).

Mulheres com deficiência, também podem ser lésbicas, bissexuais ou transexuais. Assumir que pessoas com deficiência não têm ou não praticam sua sexualidade, é uma das faces mais perversas do capacitismo e atinge, não só mulheres com deficiência lésbicas ou bissexuais, mas também mulheres com deficiência heterossexuais. Ambas, em sua maioria, são sistematicamente infantilizadas, tendo seus direitos afetivos, sexuais e reprodutivos, negados.

Aqui, observamos uma encruzilhada entre gênero, deficiência e sexualidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 2 set. 2024.

GAVÉRIO, Marco Antônio. Medo de um planeta aleijado? Notas para possíveis aleijamentos da sexualidade. Áskesis, São Paulo, v. 4, p. 103-111, 2015. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/104>. Acesso em: 2 set. 2024.

MCRUER, Robert. Teoría Crip: signos culturales de lo queer y de la discapacidad. Madri: Kaótica Libros, 2021.

MELLO, Anahi Guedes. Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacitismoQuando no Facebook. In: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas (org.). Desigualdades, gêneros e comunicação. 1. ed. São Paulo: Intercom, 2019. p. 125-142. Disponível em: https://portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/ebook_desigualdades_251019.pdf. Acesso em: 2 set. 2024.

MELLO, Anahi Guedes; AYDOS, Valéria; SCHUCH, Patrice. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, vol. 28, p. 7-29, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/tvSdXddtyn4vNzwtTRFXLNp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2024.

INTERSECCIONALIDADE: EXPLORANDO A COMPLEXIDADE DAS IDENTIDADES NO PARADESPORTO

Adriana Inês de Paula

“Acredito que é preciso reconhecer e debater essas e outras relações de dominação para criar condições de avanço para outro tipo de sociedade e outros pactos civilizatórios. Relações de dominação de gênero, raça, classe, origem, entre outras guardam muita similaridade na forma como são construídas e perpetuadas através dos pactos, quase sempre não explicitados.”(Bento, 2022, p. 15)

Um dos textos que estudei durante minha graduação em Licenciatura em Educação Física, na disciplina de Tópicos em Educação Física Adaptada, foi o livro *“O que são pessoas deficientes”*, de João Cintra Ribas. Pelo título, fica evidente que minha formação remonta ao século passado, e convido você, nesse primeiro momento, a refletir sobre as inquietações que esse título pode provocar nos dias atuais. Curiosamente, a obra faz parte da Coleção "Primeiros Passos", o que nos permite olhar para trás e reconhecer o quanto já avançamos desde então. Mesmo que alterássemos o título para algo como *“Quem são as pessoas com deficiência”*, ainda assim não teríamos uma resposta objetiva e definitiva, pois cada pessoa é única. Apesar dos avanços na quantidade e na qualidade teórica, técnica e metodológica dos estudos e pesquisas que temos hoje nas nossas áreas, muitas vezes carecemos de informações que nos permitam compreender, de forma ampla, quem realmente são as pessoas, estudantes, atletas, grupos, equipes desses estudos, dessas investigações.

Frequentemente, em pesquisas sobre pessoas com deficiência, Surdas/os ou com Autismo as variáveis como gênero (ou, às vezes, sexo) e idade são mencionadas quase que obrigatoriamente. No entanto, a complexidade das características que compõem, definem ou impactam as/os participantes desses estudos vai muito além dessas poucas variáveis investigadas, e geralmente, apenas de natureza biológica. Considerando que a maioria da população brasileira é composta por pessoas negras (56%) e que fatores étnico-raciais influenciam aspectos como saúde, oportunidades e participação, obviamente a omissão dessa informação nas pesquisas pode criar lacunas significativas. Por exemplo, já parou para refletir sobre o impacto do racismo nos níveis de estresse da/o atleta e conseqüentemente no seu desempenho, na sua performance? Já pensou em ter que lidar com as tensões naturais da própria competição e mais essa carga emocional advinda de ataques racistas, ou então LGBTfóbicos, ou capacitistas? Esse rápido, porém, óbvio exemplo, evidencia a importância de se questionar as ausências

de dados e conseqüentemente os resultados das análises de inúmeros estudos e pesquisas. Isso demonstra a necessidade urgente de reverter esse processo de invisibilidade causada pela universalização dos corpos (Paula, 2024). Lorde (2020) aponta a importância do não silenciamento das diferenças. Certamente existem diferenças muito reais entre nós, de raça, de sexo, de idade, de sexualidade, de classe, de visão de mundo. Porém, não são as diferenças entre nós que nos afastam, que destroem o que temos em comum. É, em vez disso, nossa recusa em examinar as distorções que emergem de suas designações equivocadas e do uso ilegítimo que se pode fazer dessas diferenças quando não as reivindicamos nem as definimos por nossa conta (Lorde, 2020, p.43).

Levando em conta a complexidade do ser e do estar no mundo, a interseccionalidade surge como uma ferramenta metodológica essencial para ampliar o entendimento das/os sujeitas/os. Essa lente permite que as intersecções de raça, gênero, classe, capacidade, sexualidade e outros marcadores sejam plenamente considerados e integrados à análise estrutural, seja no âmbito pessoal, profissional ou esportivo. Assim, a perspectiva interseccional pretende abranger a verdadeira complexidade da vida e da condição humana. Somente a partir de um exame mais detalhado das dinâmicas que formam a subordinação pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes” (Crenshaw, 2002). Modelos aditivos de opressão estão enraizados no pensamento dicotômico, eurocêntrico e machista. O modelo Interseccional da opressão promove uma mudança paradigmática de pensamento inclusivo sobre outras opressões, como idade, orientação sexual, religião e etnia (Collins, 2022).

Originalmente cunhado pela intelectual afro-americana Kimberlé Williams Crenshaw no contexto da teoria crítica da raça, o conceito de interseccionalidade ganhou espaço nas discussões e dos projetos políticos e intelectuais dos mais variados seguimentos sociais e ganhou maior projeção após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. A interseccionalidade busca oferecer uma ferramenta teórico-metodológica para compreender a inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, sistemas que produzem dinâmicas identitárias em que mulheres negras são sistematicamente impactadas pela interseção e sobreposição de gênero, raça e classe, perpetuando mecanismos coloniais (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2021; Collins, 2022).

Os estudos sobre interseccionalidade no Brasil começaram antes mesmo de o termo ser cunhado por Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980. Intelectuais como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro já "escreviam" suas vivências e análises interseccionais, trazendo à tona questões de raça, gênero e classe em suas reflexões. Atualmente, o conceito vem sendo revisitado e ampliado por autoras como Akotirene (2019), que aprofunda a interseccionalidade, adaptando-a às realidades sociais contemporâneas e destacando sua relevância no contexto brasileiro.

A interseccionalidade se destaca como a principal ferramenta teórico-metodológica para compreender os entrecruzamentos de múltiplos eixos de opressão. Além de ampliar as possibilidades de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, ela permite uma abordagem que transcende a hierarquização das opressões, ao buscar capturar e analisar as singularidades inerentes a cada experiência vivida e narrada (Rego, 2021). Entendida como ferramenta de análise, parte da sinergia entre a pesquisa crítica e a práxis. Enquanto pesquisa crítica, fornece uma abordagem mais perspicaz para o desenvolvimento de pesquisas e análises; enquanto práxis, permite nortear, ou 'sulear', como as pessoas/atletas ou coletivos/equipes produzem e usam a estrutura interseccional no seu dia a dia, nas suas intervenções, nas suas práticas (Collins; Bilge, 2021).

Aprimorar o olhar de maneira interseccional amplia as possibilidades de enxergar e compreender as pessoas plenamente. Detectar os diferentes marcadores permite traçar estratégias de aproximação, de acolhimento, de valorização das diferenças, bem como desenvolver metodologias educacionais e prática educativas e esportivas mais adequadas, direcionadas e completas para cada pessoa/atleta. Considerar que cada um e cada uma tem demandas e trajetórias específicas, pode ser o primeiro passo para relações mais humanas, livres de ausências, opressões, injustiças e desigualdades sociais. Para além de conhecer a/o praticante enquanto aspectos físicos, de desempenho e de personalidade, é fundamental conhecer ou melhor, reconhecer que diferentes marcadores sociais atravessam a/o atleta com diferentes impactos, aproximando ou marginalizando sua vivência de privilégios, oportunidades, patrocínios, violências, controle de estresse e das condições otimizadas (ou não) para a performance máxima.

A interseccionalidade transcende a ideia de 'dupla diferença', ao possibilitar uma análise mais complexa sobre como diferentes formas de opressão se articulam e afetam as/os sujeitas/os de maneira distinta. Ao refletirmos sobre pessoas negras e surdas, por exemplo, não estamos apenas considerando identidades isoladas de ser negra/o ou surda/o, mas sim compreendendo a/o sujeita/o interseccional, cuja experiência é única ao resultar da interseção dessas múltiplas identidades (Santos, Fernandes, Silva, 2023). Da mesma forma um/a atleta com deficiência, LGBTQIAP+, negra/o, que tem diversos marcadores que precisam ser considerados nos diferentes contextos que essa/e atleta transita. O contrário pode trazer riscos ao projeto, como destaca Rebutini (2020)

A ausência de uma descrição precisa dos participantes e do contexto esportivo traz imensa fragilidade aos estudos psicométricos no esporte e que podem acarretar inúmeros problemas, tais como: imprecisão dos instrumentos, limitações quanto a aplicação do instrumento, interpretações e, conseqüentemente, intervenções inadequadas originadas pelas análises, a perda da reprodutibilidade dos procedimentos e a limitação de estudos comparativos. Os autores concluem que é urgente e mandatário

uma revisão de como os pesquisadores estão reportando as variáveis dos estudos e o contexto em que estão sendo feitas as pesquisas no esporte (Rebustini, 2020, p. 129).

Considerando ainda a complexidade do e de ser, e apontando para uma solução metodológica no sentido de ampliar o entendimento das/os sujeitas/os, a lente interseccional permite que a coincidência entre as identidades de raça, sexo, classe, sexualidade e tantos outros marcadores seja plenamente evidenciada e incorporada na análise estrutural, seja no âmbito profissional, seja no pessoal, esportivo, proporcionando, assim, à análise feminista a perspectiva para abarcar o verdadeiro alcance da vida, de toda a complexidade humana.

A utilização da interseccionalidade como ferramenta analítica fornece uma lente mais abrangente para abordar as complexidades da equidade educacional. Alinhar a literatura sobre identidades interseccionais a contextos de ensino reais pode ser bastante útil para docentes e profissionais da educação (Collins; Bilge, 2021).

Chegamos ao final desse ensaio provocativo com Collins (2022):

A interseccionalidade oferece uma janela para refletirmos sobre a importância das ideias e da ação social para a promoção da mudança social. Embora tenha se alinhado consistentemente a ideais visionários como liberdade, justiça social, igualdade, democracia e direitos humanos, nem a mudança nem as conexões da interseccionalidade com a mudança são predeterminadas. [...] No entanto, não podemos nos apegar a roteiros que já foram escritos para nós e simplesmente seguir as regras. Nossas famílias, escolas, instituições religiosas e crenças culturais sinalizam a forte atração da tradição, mas por meio de análises críticas podemos reinterpretar essas tradições e imaginar novas possibilidades para nós e para nossas sociedades. Nossas ideias e ações atuais tornam-se as novas tradições. (Collins, 2022, p.389).

E sim, a interseccionalidade é essencial para compreender as diferentes trajetórias e desafios enfrentados pelas/os atletas no paradesporto e demais categorias de práticas. Ao integrar essa perspectiva, tornamo-nos capazes de reconhecer as sobreposições de opressões e/ou privilégios que moldam as experiências de cada pessoa para além das abordagens superficiais. O futuro do paradesporto depende da incorporação dessas reflexões para criar ambientes verdadeiramente inclusivos, em que as diferentes identidades e realidades sejam respeitadas e valorizadas. Ao adotar uma visão interseccional, abrimos caminho para uma prática esportiva mais justa, equitativa e transformadora, que não apenas acolhe, mas celebra a pluralidade humana.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- BENTO, CIDA. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- COLLINS, Patricia Hill **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Trad. Bruna Barros, Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan, 2002.
- LORDE, Audre. **Sou sua irmã**. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Ubu, 2020.
- PAULA, Adriana Inês. CORPOS NEGROS NOS ESTUDOS PUBLICADOS EM PSICOLOGIA DO ESPORTE. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 7, n. 1, p. 09–19, 2024. DOI: 10.29327/269579.7.1-3. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6676>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- REBUSTINI, Flávio. Avanços em psicologia do exercício e esporte. In: MORÃO, K. G.; BAGNI, G.; LEMOS FILHO, J. P.; MACHADO, A. A. (org.). **Visões Contemporâneas da Psicologia do Esporte**. São Paulo: Edições Hipóteses, 2020.
- REGO, Yordanna Lara Pereira. **Combinamos de não morrer: transfobia, racismo e resistência à necropolítica entre pessoas trans negras em Goiás**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2021.
- SANTOS, Rhaul de Lemos; FERNANDES, Sueli de Fatima; SILVA, Paulo Vinícius Baptista. Negros/as surdos/as: reflexões sobre interseccionalidades e resistências. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 26, n. 1, p. 121-139, jan.-abr. 2023

As medidas preventivas mais efetivas para todo tipo de intercorrência em saúde são as de educação continuada em saúde para todos os envolvidos no esporte paralímpico. Neste texto abordamos rapidamente os principais pontos de atenção para as atletas paralímpicas, fundamentados na minha experiência clínica. Sou médica e acompanho esporte de alto rendimento paralímpico brasileiro desde 2007 até o momento em que se escreve, 2024. Tendo participado de 04 jogos paralímpicos, 03 jogos parapanamericanos, inúmeros campeonatos mundiais e copas do mundo, competições nacionais e regionais, atuei como médica chefe das seleções brasileiras de atletismo paralímpico, natação paralímpica, ciclismo paralímpico, e esgrima paralímpica, além de ter atuado como médica assistente em diversas outras modalidades, fazendo tanto o acompanhamento médico longitudinal quanto o acompanhamento em estágios de treinamento e competições internacionais.

Aspectos ginecológicos

O ciclo menstrual implica em alterações hormonais significativas e impactantes ao longo de um período que pode variar de 20 a 35 dias. O ciclo menstrual de cada pessoa deve ser entendido individualmente, pois, apesar da maioria das mulheres sentirem melhor o rendimento nos primeiros dias, após a menstruação, outras se sentem melhores para treinar e competir nos últimos 15 dias do ciclo. Assim, nas mulheres que não fazem uso de anticoncepcional hormonal oral - ACHO rotineiro, pode-se planejar a melhor data da menstruação de acordo com a competição alvo daquele ano. O manejo hormonal pode ser feito com o uso pontual de ACHO para regular o ciclo de acordo com o desejado. As mulheres que optam por método anticoncepcional hormonal precisam levar em consideração os efeitos colaterais e a adaptação individual ao hormônio. Para as mulheres que fazem uso de ACHO regular, pode-se optar por ter ou não sangramento regular pela supressão programada do ACHO. Muitas atletas sentem vergonha de treinar menstruadas (principalmente na natação), e tem dificuldade de solicitar intervalos nos treinos para troca de absorventes.

A educação continuada de treinadores e preparadores físicos homens sobre ciclo menstrual é fundamental para que as mulheres mantenham ritmo e frequência nos treinos ao longo de todo o ciclo. O emocional da mulher interfere diretamente no ciclo de liberação hormonal. Isso é conhecido por quase toda mulher que já tenha menstruado repentinamente após uma forte emoção. Isso ocorre quando uma forte emoção altera a liberação do hormônio liberador de gonadotrofina (GNRH) pelo hipotálamo no

cérebro, hormônio que determina a liberação de toda a cascata de hormônios femininos (FSH, LH, estrogênio, progesterona). Da mesma forma, os sintomas da síndrome pré-menstrual também têm uma correlação forte com emocional das mulheres. Em geral, quanto mais estável emocionalmente, menor o impacto da síndrome pré-menstrual. O acompanhamento psicológico é parte importante, assim como (novamente) a educação continuada de treinadores e preparadores físicos neste aspecto. Atualmente a base do tratamento medicamentoso, quando indicado, de mulheres, atletas ou não, com disfunção pré-menstrual é terapia hormonal (ACHO) e estabilizadores de humor.

Também é importante questionar a atleta paralímpica quanto a sintomas durante a menstruação (lembrando que este é o período de sangramento ativo). Condições como cólicas, retenção hídrica, mastalgia, dores nas pernas, dor lombar, outros, para melhor manejo dos sintomas durante treinos e competições devem ser controladas.

Na mulher que não usa ACHO, é interessante o alinhamento com o(a) treinador(a), para que a fase de treino desejada coincida com a fase do ciclo, pois, em cada fase do ciclo, de acordo com o hormônio predominante, um determinado tipo de trabalho é favorecido (força ou potência muscular, por exemplo).

Muitas mulheres adiam o sonho de gestar para se dedicarem à carreira esportiva. Neste contexto, no atendimento da atleta paralímpica, devemos sempre abordar a questão de planejamento familiar, para que, àquelas com desejo de gestar, tenham todas as informações necessárias para planejar o melhor momento para isso. O congelamento de óvulos na melhor idade fértil deve ser lembrado, sempre deixando claro as estatísticas atuais de sucesso de fertilização in vitro com óvulos congelados.

Deslocamentos

na prática clínica quanto nos estudos científicos, vemos uma maior incidência de intercorrências clínicas no início de competições e estágios de treinamentos que envolvem deslocamentos. Quanto maior o tempo de deslocamento e quanto maior a diferença de fuso horário, maior a incidência de intercorrências clínicas. As mais frequentes são alterações do sistema respiratório superior (rinite, faringite, infecção vias aéreas superiores, irritações alérgicas de orofaringe), do sistema gastrointestinal (diarreia, constipação, dispepsia), e alterações do sono (tanto pelo fuso quanto pela alteração do local habitual de dormir). Estas alterações quanto mais precocemente abordadas, melhor, pois evitam a progressão dos sintomas assim como evolução para quadros mais sérios, como infecções bacterianas e outras. As atletas com lesão medular têm maior incidência de intercorrências clínicas, por já terem, em maior ou menor grau a depender do nível da lesão medular, alterações de ritmo intestinal, alterações vesicais e mecanismos de proteção do sistema respiratório diminuído (movimento ciliar da árvore respiratória, reflexo de tosse,

mobilidade de diafragma e tronco etc.). Quanto mais alta o nível da lesão medular, mais atenção e supervisão deve-se ter quanto aos sistemas respiratórios, intestinal e urinário.

Sistema urinário

Muitas mulheres usuárias de cadeira de rodas sentem vergonha de solicitar auxílio extra durante as viagens para manter a frequência de sondagem vesical de alívio, ou diminuem a ingestão hídrica com o intuito de diminuir a frequência de sondagem vesical de alívio, que acaba levando a maior incidência de cistite e infecção urinária. A presença de infecção urinária impacta diretamente no rendimento esportivo, além, é claro, do risco inerente à saúde. Portanto deve-se reforçar todas as medidas preventivas durante treinos, estágios de treinamento, viagens e competições. O acesso à banheiros acessíveis devem ser assegurados. Infelizmente, é bastante usual não termos banheiros acessíveis, e, neste caso, os profissionais que estejam junto à atleta deve procurar solução o antes possível para que se mantenha a frequência de sondagem urinária com a higiene necessária.

A incidência de alterações urinárias é maior em atletas mulheres sem lesão medular do que em atletas homens sem lesão medular. Anatomicamente a uretra mais curta, e a proximidade, na mulher, da abertura da uretra com anus, facilita os quadros de cistite e de infecção urinária. Além disso observamos nas atletas sem lesão medular a mesma tendência comportamental de diminuir a frequência de micção e/ou de diminuir a ingestão hídrica durante viagens, ambientes novos, e competições.

Sistema gastrointestinal

O funcionamento intestinal dos lesados medulares, também, é mais propenso a alterações, seja na forma de diarreia, ou, mais comumente, na forma de constipação intestinal. O hábito intestinal deve ser diário, e deve-se abordar ativamente a questão do hábito intestinal, pois, culturalmente, é um assunto que causa vergonha, o que faz com que muitas atletas só procurem atendimento médico quando já estão a 07 ou 10 dias sem evacuar. A presença de fezes retidas no intestino por mais de 24 horas desencadeia uma cascata de alterações fisiológicas, que culminam em um corpo inflamado e com disbiose intestinal (alteração da flora bacteriana intestinal) que tem grande impacto negativo sobre o rendimento esportivo. Isso ocorre em qualquer indivíduo que não tenha hábito intestinal regular diário. Em viagens, as alterações do hábito intestinal, assim como alterações gástricas, podem aumentar com as mudanças alimentares e de tempero. A orientação é sempre buscar manter a alimentação o mais próximo possível ao que é usual à atleta.

Em deslocamentos superiores à seis horas, deve-se reforçar as orientações quanto à hidratação adequada (lembrando que em avião pela baixa umidade do ar deve-se aumentar a hidratação),

movimentação regular e uso de meias elásticas (para diminuir o risco de trombose), e, em lesados medulares, as manobras de descarga de peso ao longo do traslado (modificando a posição do tronco ou elevando o corpo com a sustentação dos braços em intervalos regulares) para minimizar o risco de úlceras de pressão.

Sono

As alterações de sono são mais frequentes em atletas visuais, e, isso deve ser investigado minuciosamente, com questionários, ou com uso de tecnologia “wearable” como os relógios e outros acessórios que monitoram sono. Na rotina de treinamento a qualidade e quantidade de horas dormida deve ser monitorada, pois aumenta o risco de lesões esportivas, assim como o rendimento esportivo, quanto pior a qualidade de sono e o déficit de horas de sono da atleta. O déficit de horas de sono é calculado individualmente, visto que a quantidade de horas de sono necessária é individual. O tempo de adaptação a fuso horário é de um dia para cada hora de diferença de fuso horário, e isso deve ser levando em consideração no planejamento de participação em competições internacionais.

Lesões esportivas

Os dados estatísticos disponíveis referentes aos jogos paralímpicos de verão de 2012 e 2016 indicavam uma incidência maior de lesões esportivas em homens, no entanto os dados estatísticos dos jogos paralímpicos de verão de 2020/21 já mostram uma equalização na incidência de lesões esportivas entre homens e mulheres.

Aqui vou dividir as lesões esportivas em lesões por contato, e em lesões intrínsecas. As lesões por contato são aquelas por fricção com equipamento, falha de equipamento, contato direto com outros atletas. É necessário destacar o cuidado com atletas que tenham deficiências que impliquem em alteração de sensibilidade corporal. O recomendado é instituir a rotina de observar o corpo inteiro antes e após treinos, viagens e competições, e, fora destes cenários, uma vez ao dia. Caso seja observado qualquer ponto avermelhado na pele deve-se procurar pelo ponto de pressão que causou isso (sapatos, equipamentos esportivos, outros) para fazer a correção. Temos à disposição em farmácias no Brasil e fora do Brasil diversos tipos de protetores de pele: fitas siliconadas, de espuma, hidrocoloide, dentre outras. Sempre que houver algum ponto avermelhado devemos fazer a proteção deste local para evitar a evolução para feridas e escaras.

Temos vários casos de atletas com alteração de sensibilidade na pele que se queimaram em situações corriqueiras como levar xicara de café quente no buffet do café da manhã até a mesa, compressas de água quente por indicação qualquer, cozinhando, fazendo sauna seca ou úmida, banho com água quente, terapias de calor, dentre outros. Da mesma forma, mas com menos frequência, temos casos de

lesões de pele pelo uso de crioterapia ou banho de imersão em água gelada, em atletas com alteração de sensibilidade. Alguns destes casos com evolução drástica, com necessidade de amputação de dedos dos pés, entre outros. Aqui a parte educativa é essencial, pois a prevenção se faz pelo conhecimento. Toda atleta com alteração de sensibilidade deve solicitar ajuda ou questionar profissional de saúde antes de se submeter a qualquer tipo de terapia ou intervenção que utilize calor ou frio.

Atletas com deficiência visual tem maior incidência de lesões por contato por choque direto com objetos e pessoas. Em locais de treino habitual deve-se fazer educação de todos os usuários para que mantenham o layout do local de treino e para que os equipamentos estejam sempre em seus devidos locais. Durante viagens, traslado e em locais novos de treino e competição é necessário o devido cuidado com estas atletas para evitar as lesões por contato. Isso vale também para atletas com alteração de equilíbrio e atletas com deficiências que determinem contrações musculares involuntárias.

As lesões esportivas intrínsecas são as lesões osteomusculares crônicas ou agudas, que, em sua maioria, não diferem entre homens e mulheres. Observamos na prática clínica que as atletas tendem a relatar com mais precocidade todo sintoma de dor, o que levatambém a uma intervenção precoce, evitando a evolução para quadros que determinem o afastamento dos treinos ou competição por completo. A presença de profissionais de saúde (médicos, fisioterapeutas) no local de treino e competição favorece a agilidade no diagnóstico e o trabalho conjunto com treinadores para alteração de intensidade e duração de treino de maneira a evitar a progressão da lesão muscular e acelerar a recuperação. As áreas anatômicas com maior incidência de lesões são ombros e mãos, seguidos de joelhos e pernas. As lesões osteomusculares em membros superiores são especialmente comuns entre cadeirantes, devido à demanda física aumentada nos membros superiores para locomoção e prática esportiva.

Nos Jogos Paralímpicos de verão, Tokyo 2020/21, as modalidades de futebol de 5, taekwondo, judô e badminton registraram o maior número de lesões osteomusculares crônicas e/ou agudas. Duas destas modalidades são exclusivas para atletas com deficiência visual (futebol 5 e judô) e duas para atletas com deficiência física (taekwondo e badminton), corroborando os dados de incidência de lesões intrínsecas de acordo com a deficiência.

CONSIDERAÇÕES

A saúde e o desempenho das atletas paralímpicas são influenciados por uma série de fatores interligados, incluindo lesões esportivas, desafios médicos específicos, como o manejo do ciclo menstrual e infecções urinárias, e fatores psicossociais. O acompanhamento médico especializado, o planejamento cuidadoso do treinamento e da competição, e o suporte psicológico são fundamentais para garantir que essas atletas possam competir em seu nível mais alto e manter sua saúde a longo prazo.

ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE E OUTROS INDICADORES DE SAÚDE PARA MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Roberta Martins de Medeiros

Fatima Fernandes

Ruth Cidade

A saúde da mulher é um campo amplo e multifacetado, que requer atenção em diversas áreas, especialmente quando se trata de mulheres com deficiência. Essas mulheres enfrentam desafios únicos no cuidado da saúde, como barreiras físicas, sociais e econômicas, que podem dificultar o acesso a atividades de promoção da saúde e ao bem-estar geral. Nesse contexto, é fundamental discutir a importância de iniciativas e atividades adaptadas para atender às necessidades dessas mulheres, promovendo acessibilidade e a equidade no acesso aos cuidados de saúde.

Este texto aborda de maneira geral alguns **indicadores de saúde para mulheres com deficiência** que apontam para uma abordagem integrada e engloba fatores físicos, psicológicos e sociais com ênfase nas atividades físicas e esportes adaptados.

Com a crescente conscientização sobre a importância da inclusão e do acesso universal às atividades físicas e de práticas nutricionais adequadas, mais programas e iniciativas têm sido desenvolvidos para garantir que mulheres com deficiência possam participar de atividades que promovam sua saúde. Essas atividades, aliadas a uma nutrição adequada, não apenas melhoram a condição física, mas também oferecem benefícios significativos para o bem-estar mental e social, impactando positivamente a qualidade de vida e a independência dessas mulheres (Cidade; Vara, 2020).

A prática de atividades físicas é essencial para a manutenção da saúde e do bem-estar de qualquer indivíduo. Para mulheres com deficiência, essas práticas são igualmente importantes, a alimentação equilibrada e o gerenciamento de peso adequado desempenham um papel vital na prevenção de complicações de saúde e na melhoria da qualidade de vida. Para mulheres com deficiência, os benefícios da atividade física e de uma nutrição apropriada vão além da saúde física: esses elementos podem ser determinantes na reabilitação, na promoção da independência e na qualidade de vida. No entanto, é fundamental que tanto as atividades físicas quanto os planos nutricionais sejam adaptados às necessidades e limitações individuais, garantindo que cada mulher possa aproveitar os benefícios.

Mulheres com deficiência enfrentam um conjunto complexo de desafios em relação à **nutrição e ao gerenciamento de peso**. Além das necessidades nutricionais específicas que podem diferir das de outras mulheres, devido a fatores como mobilidade reduzida, diferenças no gasto energético e condições de

saúde associadas, essas mulheres também estão sujeitas, como todas as mulheres, a pressões sociais relacionadas a estereótipos de corpo e normatividade presentes na atualidade.

Atletas ou mulheres com mobilidade reduzida muitas vezes têm um menor gasto energético basal, necessitando de menos calorias do que mulheres sem deficiência. Ao mesmo tempo, o gasto energético durante exercícios adaptados pode ser maior, requerendo uma abordagem personalizada para calcular as necessidades calóricas e evitar tanto a ingestão excessiva quanto a insuficiente de calorias. A nutrição deve ser ajustada para garantir que a ingestão calórica seja adequada às necessidades individuais, considerando fatores como a composição corporal e o tipo de deficiência.

Mulheres com deficiências, como lesões na medula espinal, podem apresentar menor massa muscular abaixo da lesão, o que afeta o metabolismo basal e a distribuição de nutrientes. O planejamento alimentar deve focar em manter a massa muscular e promover um metabolismo saudável (Farkaset al., 2022).

Algumas deficiências podem estar associadas a condições de saúde específicas, como osteoporose ou problemas de digestão, que afetam as necessidades de micronutrientes. É fundamental personalizar a suplementação e o consumo de vitaminas e minerais para atender a essas necessidades.

Realizar avaliações nutricionais regulares que considerem a condição específica de cada mulher, seu nível de atividade física, composição corporal e objetivos de saúde. A avaliação ajuda a identificar deficiências nutricionais ou riscos de obesidade e a ajustar o plano alimentar conforme necessário.

Desenvolver planos alimentares que sejam densos em nutrientes e controlados em calorias para prevenir ganho de peso excessivo ou desnutrição. Isso inclui uma ênfase em proteínas magras para manutenção muscular, carboidratos complexos para energia sustentada e gorduras saudáveis para suporte ao sistema nervoso e imunológico.

Monitorar a massa e a composição corporal para garantir que as mulheres mantenham um peso saudável. Isso é especialmente importante para aquelas com mobilidade reduzida, pois o excesso de peso pode aumentar o risco de complicações, como úlceras de pressão, problemas respiratórios e diabetes.

Programas de educação nutricional devem ser inclusivos e acessíveis, capacitando as mulheres com deficiência para entenderem a importância de uma alimentação equilibrada e como gerenciar sua dieta de acordo com suas condições específicas.

Mulheres com deficiência frequentemente **enfrentam pressões sociais em relação ao corpo**, que se sobrepõem aos desafios de saúde e de mobilidade. Essas pressões incluem expectativas sociais de aderência a padrões de beleza normativos e estigmas que consideram a deficiência como uma forma de "imperfeição". A sociedade muitas vezes impõe padrões de beleza que valorizam corpos magros, tonificados e funcionais, o que pode ser particularmente excludente para mulheres com deficiência (Dias et al., 2024).

A pressão para atender a esses padrões pode levar a comportamentos prejudiciais, como dietas extremas ou exercícios inadequados. Essas atitudes para se conformar aos padrões de normatividade corporal pode afetar negativamente a autoestima das mulheres com deficiência, levando a sentimentos de inadequação ou de não pertencimento. Essa pressão pode contribuir para problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e transtornos alimentares.

Promover uma imagem inclusiva dos diferentes tipos de corpos é importante para combater os estigmas sociais. A mídia e a sociedade precisam reconhecer e celebrar a diversidade dos corpos e habilidades, incluindo corpos com deficiência, de forma que todas as mulheres possam sentir-se representadas, valorizadas e principalmente respeitadas. Para isso, é essencial implementar programas educacionais que abordem a diversidade corporal e promovam o respeito às diferenças. Esses programas devem estar presentes em escolas, comunidades e ambientes esportivos para desafiar os estereótipos de beleza e normatividade (Amaral, 1995).

Dentro de um universo de possibilidades destacamos aqui alguns tipos de atividades físicas adaptadas que podem atender a mulheres com deficiência conforme interesses e viabilidade.

Existem diversas atividades físicas que podem ser adaptadas para mulheres com diferentes tipos de deficiência. Essas atividades variam em intensidade e podem ser ajustadas de acordo com as capacidades e objetivos de cada pessoa. A seguir, apresentamos alguns exemplos de atividades que podem trazer benefícios significativos (Cidade; Vara, 2020):

Atividades aquáticas, como hidroginástica e natação, são recomendados para mulheres com deficiência. A água oferece um ambiente de baixo impacto que reduz o risco de lesões, além de facilitar a mobilidade e permitir que pessoas com limitações físicas realizem movimentos que seriam difíceis ou impossíveis fora da água.

O **pilates e o yoga** são práticas que podem ser facilmente adaptadas para atender às necessidades de mulheres com deficiência. Essas atividades ajudam a melhorar a flexibilidade, a força muscular e a postura, ao mesmo tempo que promovem o relaxamento mental. Para mulheres em cadeiras de rodas ou com mobilidade reduzida, os movimentos podem ser ajustados para serem realizados de forma segura, com o uso de apoios e modificações específicas.

A **dança** é uma forma de expressão que também pode ser adaptada para mulheres com deficiência. Programas de dança inclusiva permitem que pessoas com diferentes tipos de limitações participem, utilizando cadeiras de rodas, andadores ou outros dispositivos de mobilidade. Além dos benefícios físicos, a dança oferece uma via importante para a expressão emocional e a interação social.

O **paradesporto** tem se desenvolvido significativamente e oferece inúmeras oportunidades para mulheres com deficiência. Modalidades como basquete em cadeira de rodas, tênis adaptado, atletismo,

natação e esgrima estão se tornando cada vez mais acessíveis. Esses esportes proporcionam benefícios físicos e psicológicos, promovendo o trabalho em equipe, a competição saudável e o desenvolvimento de habilidades sociais.

A prática regular de atividades físicas adaptadas e um plano nutricional adequado oferecem uma gama de benefícios para mulheres com deficiência, que vão desde a melhora da capacidade funcional até a prevenção de doenças crônicas e o aumento do bem-estar psicológico e social.

Atividades físicas adaptadas e uma nutrição balanceada ajudam a melhorar a capacidade funcional, permitindo que as mulheres com deficiência realizem suas atividades diárias com maior facilidade e independência. Isso inclui desde tarefas básicas, como se vestir e preparar refeições, até atividades mais complexas, como trabalhar ou participar de eventos sociais.

Além dos benefícios físicos, a atividade física e uma nutrição adequada são fundamentais para a saúde mental e o bem-estar emocional. Exercícios e uma alimentação saudável ajudam a reduzir sintomas de ansiedade e depressão, melhoram o humor e aumentam a autoestima. Atividades que envolvem interação social, como esportes em equipe ou aulas de grupo, também combatem o isolamento social, promovendo a construção de redes de apoio e amizades.

A atividade física regular e uma dieta equilibrada são conhecidas por melhorar a qualidade do sono, o que é especialmente importante para mulheres com deficiência, que podem ter dificuldades relacionadas ao sono devido a desconfortos físicos ou preocupações emocionais. Um sono de qualidade é essencial para a recuperação física e mental, contribuindo para um melhor funcionamento geral.

Embora os benefícios das atividades físicas e de uma nutrição adequada sejam claros, as mulheres com deficiência frequentemente enfrentam uma série de desafios e barreiras que dificultam a prática regular dessas atividades. Esses desafios podem ser físicos, sociais, econômicos ou relacionados à acessibilidade. Abaixo destacamos alguns:

A **falta de acessibilidade** em academias, piscinas ou parques é um dos principais obstáculos que impedem a participação de mulheres com deficiência em atividades físicas. Além disso, a ausência de equipamentos adaptados e de profissionais qualificados contribui para essa exclusão.

Preconceitos e estigmas sociais muitas vezes desestimulam mulheres com deficiência a participarem de atividades físicas. A falta de representatividade e de modelos positivos pode fazê-las sentir que essas atividades não são para elas.

O **custo das atividades físicas** adaptadas pode ser outro desafio, especialmente quando se trata de equipamentos especializados ou de treinamentos com profissionais capacitados. Muitas mulheres com deficiência enfrentam desafios econômicos adicionais, como custos elevados de cuidados com saúde, limitando ainda mais o acesso a atividades de lazer e paradesporto.

Profissionais habilitados e preparados: Os profissionais precisam entender a diversidade de deficiências/comprometimentos e como cada uma afeta a capacidade de movimento, força, equilíbrio e coordenação. Saber como adaptar o ambiente, os equipamentos e os exercícios são essenciais para garantir a segurança e o bem-estar da mulher com deficiência. Além disso, é importante que o profissional tenha noções sobre as comorbidades frequentemente associadas às deficiências, como problemas respiratórios, cardiovasculares ou musculoesqueléticos. E, muito importante, com responsabilidade e conhecimento, focar nos interesses e nas possibilidades de cada mulher com deficiência.

Abordar essas questões exige uma ação integrada e interprofissional. Algumas iniciativas incluem estratégias práticas e colaborativas que promovem soluções adaptadas às necessidades específicas envolvidas:

Garantir a acessibilidade de espaços e equipamentos é fundamental, assim como adaptar instalações esportivas, criar programas específicos para mulheres com deficiência e capacitar profissionais de saúde e educação física.

Políticas públicas inclusivas são essenciais para assegurar o acesso igualitário a atividades físicas, incluindo subsídios para atividades adaptadas, incentivos para academias e centros esportivos inclusivos e fiscalização da acessibilidade.

Campanhas de sensibilização, programas de educação nas comunidades e a inclusão de conteúdos sobre deficiência em currículos de formação de profissionais da saúde, educação, engenharias e demais tecnologias podem promover a conscientização sobre a importância da acessibilidade e desenho universal.

Redes de apoio, como grupos de exercícios ou programas de mentoria, podem ajudar a superar barreiras sociais e incentivar a participação em atividades físicas, oferecendo suporte emocional e compartilhamento de informações.

Tecnologias assistivas, como cadeiras de rodas esportivas, próteses, órteses e softwares de monitoramento de exercícios, têm desempenhado um papel essencial na participação de mulheres com deficiência em atividades físicas. Esses dispositivos facilitam a adaptação às necessidades específicas, incentivando o envolvimento ativo no esporte.

Finalmente, o que destacamos aqui são ideias para uma abordagem abrangente da saúde de mulheres com deficiência que considere múltiplos indicadores capazes de refletir as complexidades dessa população. Entre os principais aspectos que enfatizamos a serem observados e monitorados estão a **mobilidade e autonomia funcional, qualidade do sono, saúde mental, participação em atividades físicas e esportivas, nutrição e gestão do peso, a prevenção de doenças crônicas, acesso a serviços de saúde e tecnologia assistiva**. Outros aspectos essenciais a serem considerados envolve **saúde reprodutiva e sexualidade, participação no**

mercado de trabalho e educação. Esses são alguns dos parâmetros essenciais para promoção da saúde destinadas a mulheres com deficiência.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ligia. Conhecendo a Deficiência em Companhia de Hércules. São Paulo: Editora Robe, 1995.

CIDADE, Ruth Eugenia; VARA, Maria de Fátima Fernandes. Educação Física Adaptada. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021.

DIAS, Maria Aparecida; MELLO, Carla Patrícia Freitas de. Mulheres, corpos políticos e subjetividades: modelo social da deficiência e ativismos. Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 24, 2024. Epub 23 ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2175-1390.v24e24415>. Acesso em: 30 set. 2024.

FARKAS, Gary J.; PITOT, Mary Ann; BERG, Amanda S. Energy expenditure and nutrient intake after spinal cord injury: a comprehensive review and practical recommendations. British Journal of Nutrition, v. 127, n. 6, p. 631-650, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0007114521005061>. Acesso em: 30 set. 2024.

GESTÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL: MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO

Mayra Barbosa dos Santos

A Gestão do esporte, Rocha e Bastos (2011), definem área como gerenciamento de pessoas e recursos de maneira que alcancem os objetivos da organização esportiva de forma eficiente. A gestão do esporte tornou-se, assim, um importante campo acadêmico e profissional, contribuindo para o crescimento do esporte e fortalecendo a indústria esportiva (Nascimento, 2021).

A área abrange toda a administração e governança que compõe uma organização esportiva. Embora ainda definida como uma área nova (ROCHA e BASTOS, 2011), neste contexto Governança é definida como um conjunto de boas práticas políticas que garantem uma estrutura esportiva organizacional eficiente (COB, 2018).

As primeiras manifestações paradesportivas no Brasil, foram relatadas dentro de clubes, localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, na década de 1950 (MIRANDA, 2011), porém a primeira entidade relatada foi fundada na década de 1970, após a participação de duas equipes Brasileiras nos Jogos Pan americanos no Mexico, surgiu assim a ANDE – Associação Nacional de Desporto de Excepcionais, (Freire, 2020), dando início assim a história do Brasil na gestão do Paradesporto Brasileiro.

Nas décadas seguintes outras associações foram criadas no Brasil, modificando assim o cenário paradesportivo brasileiro, e assim a pioneira ande, passou a fazer a organização e gestão apenas das manifestações paradesportivas voltadas para pessoas com Paralisia cerebral, e assim na década de 1980 nasce a Associação Brasileira de desporto para Cegos - ABDC, atualmente intitulada CBDV, e a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de rodas – ABRADECAR, e na década de 1990 a Associação Brasileira de Desporto para Amputados - ABDA (Freire, 2020; Miranda, 2011), cabe frisar que neste momento da gestão paradesportiva no Brasil o modelo abordado foi o Associativo (Nascimento, 2021) que é aquele que se deu origem em associações ou federações esportivas.

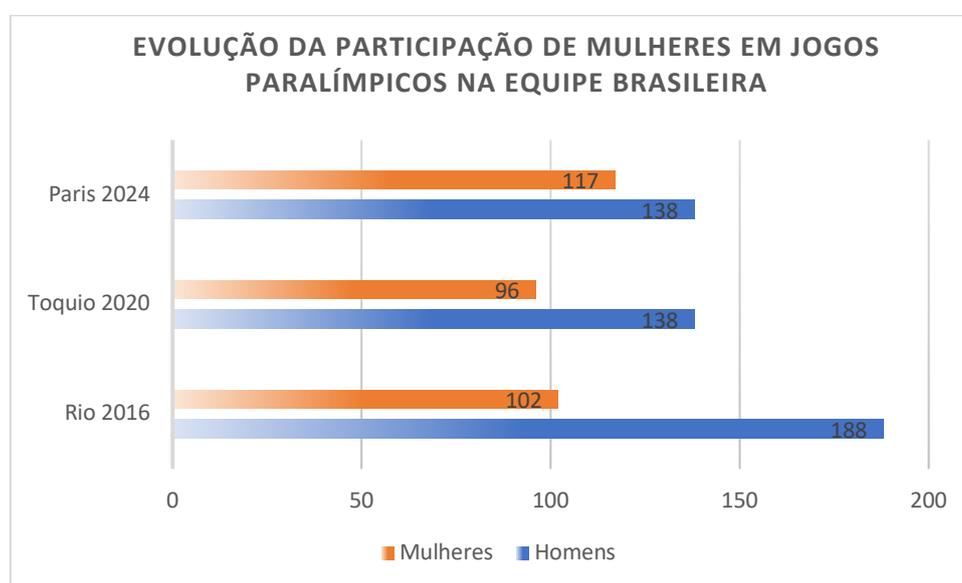
Neste momento devido as frentes representativas através das entidades paradesportivas e dos problemas frente a gestão, difusão do esporte Paraolímpico no Brasil e organização da equipe representante em eventos internacionais, (Barreto, 2016) se fez necessário a criação de um órgão que se realiza a gestão e coordenação do Paradesporto dentro do Brasil, e então após a exigência do IPC, com a participação das entidades ABDA, ABDC, ABRECAR, ANDE e CBDS nasce o CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro em 1995 (Freire, 2020; Miranda, 2011; Santos *et al.*, 2022), marcado como um momento político de extrema importância no Brasil.

O período de 1996 a 2000, foi marcado por uma gestão com orçamento escasso que se mantinha em parcerias com universidade par realização de treinamentos e avaliações, campanhas publicitárias para alcançar cada vez mais praticantes e apoiadores (Miranda, 2011), a guinada do paradesporto se deu em 2001, pois neste ano foi sancionada a Lei nº 10.2364, conhecida como Lei Agnelo Piva, que previa um aporte financeiro para o CPB, oriundo da arrecadação Bruta das loterias federais, permitindo assim que o CPB realiza-se uma gestão mais eficaz e assertiva do Paradesporto no Brasil (Freire, 2020; Miranda, 2011), após esse Marco muitas ações foram realizadas e percebidas (Miranda, 2011) e assim começou a caminhada do Brasil até o Marco mais recente figurando em 5º Lugar no quadro geral do Jogos de Paris 2024.

O que podemos observar dessa evolução histórica do Brasil na gestão esportiva é a ausência de mulheres em posição de tomada de decisão e gestão das entidades citadas, segundo Oliveira e Teixeira (2009), no ambiente esportivo vemos a presença feminina apenas nas categorias de base e formação desses atletas, mas em escassez em posições mais altas de coordenação ou gestão do esporte, o processo histórico do País contribui para essa exclusão de mulheres em Cargos de poder.(Oliveira e Teixeira, 2009)

Em contrapartida atualmente vemos um esforço para reduzir os impactos dessa desigualdade de gênero no que diz respeito a participação de atletas mulheres, como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro: Evolução da participação de mulheres em Jogos Paralímpicos na Equipe Brasileira.



Fonte: CPB, 2024

A evolução no número de participantes vem demonstrando o interesse dos comitês na representatividade feminina. Consagrando assim a edição de Paris 2024 como a maior em

representatividade Feminina de um modo geral sendo que do total de atletas participantes representavam 45% na competição.

E mesma evolução não é vista nas esferas da gestão esportiva Brasileira, porém um recorte apresentando em 2009 sobre a promoção de cargos de gestão do esporte no Brasil onde a meta era ter 20% dos cargos de gestores ocupados por mulheres, e até o fim da pesquisa em questão o CPB apresentava 30%, sendo que apresentou apenas 10 cargos, onde 3 eram ocupadas por mulheres (Oliveira e Teixeira, 2009), Gomes (2008) afirma que mesmo sendo uma representatividade baixa, vem uma evolução se comparado a anos anteriores, visto que a única função atribuída a mulher era e rainha do lar.(Derós e Goellner. S. V., 2009)

Até o momento desse recorte não houve atualização nos dados apresentados acima, deixando o questionamento, embora o CPB atingido a meta estipulado em 2009, se realizada hoje essa pesquisa teria o mesmo resultado? Ou apresentaria um resultado melhor?

REFERENCIAS

BARRETO, M. A. Esporte Paralímpico Brasileiro: vozes, histórias, memórias de atletas medalhistas (1976 a 1992). [S.l.: s.n.].

COB. A boa governança no esporte. [S.l.: s.n.].

DERÓS, C. de C.; GOELLNER, S. V. As mulheres na gestão do esporte brasileiro: um estudo pioneiro. [S.l.: s.n.].

FREIRE, J. R. A. P. Análise de processos de gestão das entidades nacionais de administração do desporto paralímpico no Brasil. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-1129-9530>. Acesso em: 30 set. 2024.

MIRANDA, T. J. Comitê Paralímpico Brasileiro: 15 anos de história. [S.l.: s.n.].

NASCIMENTO, R. B. Gestão do esporte paralímpico para pessoas com deficiência visual no Brasil. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-6843-1104>. Acesso em: 30 set. 2024.

OLIVEIRA, G. A. S. de; TEIXEIRA, A. P. de O. Trilhando um novo caminho: a gestão esportiva. [S.l.: s.n.].

ROCHA, C. M. da; BASTOS, F. da C. Gestão do esporte: definindo a área. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 25, n. spe, p. 91–103, dez. 2011.

SANTOS, L. G. T. F. et al. Evolução histórica da participação do Brasil nos jogos paralímpicos de verão. Motricidade, v. 18, n. 3, p. 438–448, 2022.

CPB. Delegação brasileira terá maior participação feminina da história nos Jogos Paralímpicos em Paris. Disponível em: <https://cpb.org.br/noticias/delegacao-brasileira-tera-maior-participacao-feminina-da-historia-nos-jogos-paralimpicos-em-paris/>. Acesso em: 11 set. 2024.

AS ATLETAS PARALIMPICAS: OBSERVADAS PELAS LENTES DO GUIA PARIS 2024

Aline Barros

Fatima Fernandes

Ruth Cidade

As leis de incentivo ao esporte desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de modalidades esportivas, especialmente no contexto paradesportivo. Além das bolsas destinadas diretamente aos atletas, clubes e instituições que atuam com esporte para atletas com deficiência podem explorar diversas fontes de financiamento, como editais e outras oportunidades de incentivo ao Paradesporto. Esses recursos podem ser aplicados para cobrir despesas com infraestrutura, aquisição de materiais e contratação de profissionais, conforme as exigências de cada edital. No Brasil, há algumas fontes de financiamento voltadas para o Paradesporto, tanto públicas quanto privadas. Entre as principais fontes de financiamento, destaca-se a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006), que permite a aplicação de recursos provenientes de renúncia fiscal em projetos das diversas manifestações desportivas e paradesportivas em todo o território nacional. Por meio de doações e patrocínios, os projetos executados com base nessa lei beneficiam crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoas com deficiência e idosos. Além dessa, há também editais lançados por governos estaduais, empresas e fundações, que periodicamente oferecem patrocínios para o desenvolvimento de projetos na área. Outra estratégia relevante é a formação de parcerias público-privadas, envolvendo clubes, empresas e prefeituras, com o objetivo de fortalecer programas esportivos.

A elaboração de projetos sólidos e bem estruturados é fundamental para a captação de recursos. A presença de profissionais qualificados contribui significativamente para o sucesso dessas iniciativas. No processo de submissão de um projeto esportivo, é comum a exigência de uma série de documentos formais, que podem variar de acordo com o edital, mas geralmente incluem o estatuto social da instituição, CNPJ, certidões negativas de débito, documentos dos responsáveis legais, plano de execução e, em alguns casos, a certificação de entidade de utilidade pública.

Para que clubes e instituições esportivas consigam se manter e crescer, a busca por editais e fontes de financiamento é imprescindível. A elaboração de projetos com uma justificativa clara, que demonstrem o impacto positivo na comunidade, acompanhados da documentação adequada e da prestação de contas transparente, constitui a base para o sucesso na captação de recursos por meio das leis de incentivo ao esporte. O crescimento do Paradesporto depende do somatório de esforços.

Criado em 2005 o **Programa Bolsa Atleta** é um dos maiores programas de apoio direto a atletas de alto rendimento no Brasil, incluindo os atletas do esporte paralímpico. Ele oferece bolsas mensais em diferentes categorias para ajudar na manutenção pessoal e preparação esportiva. Os atletas podem se candidatar a bolsas para cobrir despesas como alimentação, transporte, equipamentos, e viagens para competições, o que é essencial para sua preparação esportiva.

Lançado no dia 29 de agosto, o *Guia de Atletas, Modalidades e Investimentos Federais no Esporte Paralímpico* apresenta informações detalhadas sobre os investimentos, as modalidades e os atletas beneficiários do **Programa Bolsa Atleta** do Governo Federal para 2024. Quanto a abrangência do Bolsa Atleta para Paris 2024, se observa que, em **17 das 20 modalidades** paralímpicas em que o Brasil esteve representado, **100% dos atletas** integram o programa. Isso indica que a política pública de incentivo ao esporte aponta para a manutenção e melhoria do desempenho brasileiro no cenário internacional. O investimento em 2024 no Programa Bolsa Atleta será de **R\$ 160 milhões**, contemplando mais de **9 mil atletas**, um aumento significativo em relação aos **R\$ 121 milhões** destinados em 2023 para **8.292 bolsas**. Além disso, após 14 anos sem reajuste, o valor das bolsas foi ajustado em **10,86%**, o que contribui para a continuidade da preparação dos atletas em condições mais adequadas.

Os Jogos Paralímpicos de Paris foram realizados de 28 de agosto a 08 de setembro, ao todo, serão enviados **280 atletas**, representando a maior delegação brasileira em eventos paralímpicos fora do país. Desses, **97,86%** (ou **274 atletas**) fazem parte do **Programa Bolsa Atleta**, um dos principais mecanismos de incentivo e suporte financeiro para atletas de alto rendimento no Brasil. Embora **6 atletas** não façam parte do programa no momento, **4 deles** já foram beneficiados por editais anteriores e os outros **2** são atletas-guia.

No contexto histórico, o Brasil começou a participar de Jogos Paralímpicos em 1972. Em 1976, conquistou 2 medalhas de prata. **Dede 1976 Toronto a 2020 (Toquio) foram 373** medalhas em 11 edições dos Jogos Paralímpicos, sendo 109 ouros, 132 pratas e 132 bronzes. As modalidades que mais trouxeram medalhas para o país foram o atletismo, com 170 medalhas (48 ouros, 70 pratas e 52 bronzes), e a natação, com 125 medalhas (40 ouros, 39 pratas e 46 bronzes). Outro destaque é o judô, que conquistou 25 medalhas (5 ouros, 9 pratas e 11 bronzes). Em Tóquio 2020, o Brasil alcançou o 7º lugar no quadro de medalhas, com 72 conquistas no total (22 ouros, 20 pratas e 30 bronzes).

Recentemente nos **Jogos Paralímpicos de Paris** alavancou e está em 5º lugar no quadro de medalhas, com **89 medalhas**, sendo 25 de ouro, 26 de prata e 38 de bronze.

As políticas de incentivo ao esporte, como a **Lei de Incentivo ao Esporte**, desempenham um papel essencial no fortalecimento do paradesporto brasileiro. Em 2023, foram apresentados **5.883 projetos**, um aumento de **93%** em relação ao ano anterior, resultando na captação de mais de **R\$ 948 milhões**. Além disso, o

Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) recebeu **R\$ 223,2 milhões** provenientes da **Lei das Loterias**. O **Centro de Treinamento Paralímpico** em São Paulo, um dos maiores legados dos Jogos Paralímpicos Rio 2016, também tem sido um pilar importante para a preparação dos atletas, recebendo um investimento de **R\$ 149,63 milhões** do Governo Federal.

Esses dados demonstram o impacto significativo dos investimentos públicos e das políticas de incentivo no desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil, contribuindo para a promoção e consolidação do país como uma referência mundial no cenário paralímpico.

Nesta análise, realizamos um levantamento dos atletas, segmentando-os por gênero (masculino e feminino) em cada modalidade, com o objetivo de apreciar os dados e verificar eventuais diferenças. Os resultados dessa análise são apresentados a seguir:

No contexto dos beneficiários do **Bolsa Atleta** no atletismo, observa-se uma distribuição de gêneros relativamente equilibrada, com uma leve predominância masculina. Ao todo, são **65 atletas** contemplados pelo programa, sendo **35 homens** e **30 mulheres**. Proporcionalmente, os homens representam **53,85%** dos beneficiários, enquanto as mulheres correspondem a **46,15%**.

Em 2024, o grupo de **atletas-guia** totaliza **18 homens**, sendo que **16 deles** são beneficiários do Programa Bolsa Atleta, enquanto 2 atletas-guia que estiveram em Paris não recebem o benefício este ano.

No contexto dos atletas de **bocha**, observamos que há um total de **9 bolsistas**, dos quais **4 são mulheres** e **5 são homens**. Em termos percentuais, as mulheres representam **44,44%** do total de atletas, enquanto os homens correspondem a **55,56%**.

Na **canoagem paralímpica**, observa-se uma distribuição equitativa entre homens e mulheres. Dos 8 atletas, 4 são mulheres e 4 são homens, representando, cada grupo, 50% do total de participantes. No **ciclismo paralímpico**, a distribuição entre homens e mulheres é igualmente balanceada. Dos 6 atletas analisados, 3 são mulheres e 3 são homens, correspondendo a **50%** para cada gênero.

Na modalidade de **esgrima paralímpica**, há uma leve predominância masculina. Dos **7 atletas analisados**, **3 são mulheres**, o que representa **42,86%**, enquanto 4 são homens, correspondendo a **57,14%** do total. No **futebol de cegos** a participação masculina com um grupo de **10 homens** representando o Brasil nos Jogos Paralímpicos.

Na modalidade de **goalball**, há uma leve predominância masculina. Dos 11 atletas analisados, 5 são mulheres, o que corresponde a **45,45%**, enquanto 6 são homens, representando **54,55%** do total. Sem Bolsa Atleta em 2024 Geovana Moura

Na modalidade de **halterofilismo**, há uma predominância feminina. Dos 11 atletas analisados, 7 são mulheres, o que representa **63,64%**, enquanto 4 são homens, correspondendo a **36,36%** do total. Essa diferença significativa sugere uma maior participação de mulheres no halterofilismo paralímpico,

destacando-se como uma modalidade em que o gênero feminino possui uma presença marcante. Essa distribuição pode refletir tanto o interesse das mulheres pela modalidade quanto o suporte oferecido a elas nesse esporte. Se observarmos os resultados da modalidade nos Jogos Paralímpicos de Paris constatamos que as mulheres dominaram completamente o halterofilismo, conquistando 4 medalhas (2 ouros e 2 bronzes), enquanto nenhum homem foi medalhista nesta modalidade. No **hipismo paralímpico**, o Brasil foi representado por dois atletas masculinos.

Na modalidade de **judô paralímpico**, a participação é levemente maior entre as mulheres. Dos 15 atletas analisados, 8 são mulheres, o que representa **53,33%** do total, enquanto 7 são homens, correspondendo a **46,67%**. A análise revela que as mulheres representam a maioria dos beneficiários do Bolsa Atleta no **Judô**, com **53,33%** do total, enquanto os homens correspondem a **46,67%**. Nos resultados dos Jogos Paralímpicos de Paris as mulheres conquistaram **62,5%** do total de medalhas no judô, demonstrando um desempenho superior ao dos homens, que ficaram com **37,5%** das medalhas. Embora ambos os gêneros tenham obtido o mesmo número de ouros (2 cada, representando 25% do total), as mulheres se destacaram nas pratas, com **25%**, enquanto os homens não conquistaram nenhuma medalha de prata.

Na modalidade de **natação**, a distribuição dos atletas por gênero revela uma predominância masculina. Dos 38 atletas analisados, **16 são mulheres**, o que corresponde a **42,11%** do total, enquanto **22 são homens**, representando **57,89%**.

No **remo paralímpico**, há uma leve predominância feminina. Dos 7 atletas analisados, **4 são mulheres**, representando **57,14%** do total, enquanto **3 são homens**, correspondendo a **42,86%**.

Na modalidade de **taekwondo paralímpico**, há uma predominância feminina. Dos 6 atletas analisados, **4 são mulheres**, o que representa **66,67%** do total, enquanto **2 são homens**, correspondendo a **33,33%**. Nos Jogos Paralímpicos as mulheres tiveram um desempenho destacado, conquistando **1 medalha de ouro e 1 de bronze**. Os homens não conquistaram medalhas. No **tênis paralímpico**, a participação brasileira foi composta 4 por homens, todos beneficiários do **Programa Bolsa Atleta**.

Na modalidade de **tênis de mesa paralímpico**, há uma predominância feminina. Dos 15 atletas analisados, **9 são mulheres**, o que corresponde a **60%** do total, enquanto **6 são homens**, representando **40%**. As mulheres bolsistas conquistaram **3 medalhas** no total no tênis de mesa,

Na modalidade de **tiro com arco**, há uma predominância masculina. Dos 5 atletas bolsistas, **2 são mulheres**, representando **40%** do total, enquanto **3 são homens**, correspondendo a **60%**. No **tiro esportivo paralímpico**, o Brasil é representado por dois atletas masculinos, ambos beneficiários do **Programa Bolsa Atleta**.

No **triatlo paralímpico**, há uma predominância feminina. Dos 3 atletas bolsistas, **2 são mulheres**, representando **66,67%** do total, enquanto **1 é homem**, correspondendo a **33,33%**. E temos uma atleta-guia bolsista. No **vôlei sentado**, há um total de **12 atletas femininos** e **12 atletas masculinos**, todod recebem bolsa atleta.

No contexto dos beneficiários do **Programa Bolsa Atleta do Governo Federal**, abrangendo **17 modalidades paralímpicas**, destacamos três modalidades onde o número de atletas mulheres beneficiadas é maior e relacionamos ao número de medalhas conquistadas.

No **halterofilismo**, as mulheres representam **63,64%** dos beneficiários do Programa Bolsa Atleta, enquanto os homens correspondem a **36,36%**. Essa predominância feminina no programa reflete-se diretamente no desempenho nas Paralimpíadas, onde as atletas conquistaram todas as medalhas da modalidade. As mulheres garantiram 2 medalhas de ouro, com **Mariana D'Andrea (até 73kg)** e **Tayana Medeiros (até 86kg)**, além de 2 medalhas de bronze, com **Lara Lima (até 41kg)** e **Maria de Fátima Castro (até 67kg)**. No total, foram 4 medalhas femininas.

No **taekwondo**, as mulheres representam **66,67%** dos beneficiários do Programa Bolsa Atleta, enquanto os homens correspondem a **33,33%**. Essa predominância feminina também se reflete no desempenho esportivo nas Paralimpíadas, onde as mulheres conquistaram 2 medalhas. **Ana Carolina Moura** garantiu a medalha de ouro na categoria até 65kg, e **Silvana Fernandes** conquistou a medalha de bronze na categoria até 57kg. No total, as atletas femininas somaram 2 medalhas na modalidade.

No **tênis de mesa**, as mulheres representam **60%** dos beneficiários do Programa Bolsa Atleta, enquanto os homens correspondem a **40%**. Essa maior presença feminina no programa também se reflete no desempenho nas Paralimpíadas, onde as atletas conquistaram 3 medalhas de bronze. **Cátia Oliveira** e **Joyce Oliveira** garantiram uma medalha de bronze na categoria **Duplas Feminina WD5**, **Bruna Alexandre** conquistou outra medalha de bronze no **Simples WS10**, e, em parceria com **Danielle Rauen**, ganhou mais uma medalha de bronze na categoria **Duplas Feminina WD20**.

As modalidades de **tênis de mesa**, **taekwondo** e **halterofilismo** são exemplos claros de onde as atletas femininas incentivadas pelo Programa Bolsa Atleta estão mostrando um crescimento significativo em termos de conquistas. Essas modalidades têm se destacado pelo aumento da representatividade e com uma presença marcante das mulheres no pódio.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério do Esporte. *Guia de atletas, modalidades e investimentos no esporte paralímpico brasileiro*. Brasília: Ministério do Esporte, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/brasil-disputa-jogos-paralimpicos-de-paris-com-apoio-macico-do-bolsa-atleta/GuiaParis2.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS NO PARADESPORTO: ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES PARA MENINAS E MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Maira Naman

Vania Tie

Ruth Cidade

INTRODUÇÃO

No contexto das políticas públicas esportivas, a busca pela igualdade e equidade de gênero tem sido um tema amplamente discutido e tem avançado em diversas esferas. Quando se pensa em meninas e mulheres no paradesporto, a igualdade implica tratar todas de maneira idêntica, enquanto a equidade considera suas necessidades específicas. Isso significa que, para garantir a participação justa e efetiva, é necessário fornecer recursos, oportunidades e suporte adaptados às diferentes circunstâncias e desafios enfrentados por meninas e mulheres com deficiência.

A abordagem equitativa assegura que todas tenham a chance de alcançar seus objetivos no paradesporto, respeitando as singularidades de cada uma. Contudo, a inclusão de meninas e mulheres com deficiência é um desafio significativo e frequentemente invisibilizado. Esse grupo, que enfrenta desafios adicionais devido aos marcadores sociais como gênero, deficiência, raça/etnia, e outros frequentemente não é adequadamente contemplado nas políticas públicas voltadas ao paradesporto. A interseccionalidade desses marcadores sociais revela uma lacuna crítica na promoção da equidade, pois as dificuldades enfrentadas por meninas e mulheres com deficiência são amplificadas pela combinação de ambos os fatores (Gomes e col, 2019). A ausência de uma abordagem que considere gênero, deficiência e outros marcadores sociais nas políticas esportivas perpetua desigualdades e dificulta a criação de oportunidades inclusivas e equitativas para este grupo específico.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar as diretrizes dos Projetos e Programas que fazem parte das ações do Ministério do Esporte e identificar se os mesmos são ofertados para meninas e mulheres com deficiência.

MÉTODO

Este estudo é de cunho qualitativo, descritivo de análise documental (Santos; Santos, 2010). O foco está na análise das diretrizes de Projetos e Programas relacionadas ao esporte e paradesporto, com ênfase na inclusão de meninas e mulheres com deficiência.

O processo metodológico começou com uma busca dos dados disponíveis no site do Ministério do Esporte entre junho e agosto de 2024 (ME, 2024). A pesquisa envolveu a coleta de informações sobre os Projetos e Programas relacionados ao esporte e ao paradesporto, especialmente aqueles que mencionam ou priorizam o atendimento de meninas e mulheres como público-alvo. Após a coleta inicial, os dados foram organizados e analisados para identificar quais Programas e Projetos abordam explicitamente a participação de meninas e mulheres com deficiência. Essa análise identificou 13 Programas/ações vigentes, criados entre 2004 e 2024, apresentados na Tabela 1.

RESULTADOS

Programa/Ação	Programa específico do Paradesporto	Consta referência sobre mulher/atleta com deficiência	Texto publicado no documento
Academia e Futebol PORTARIA Nº 1.002/2023	Não	Não	Menciona crianças, adolescentes e pessoas com deficiência como público-alvo, mas não fornece detalhes específicos sobre a inclusão de mulheres com deficiência.
Bolsa Atleta LEI Nº 10.891/2004	Não	Não	Oferece bolsas para paratletas, mas não detalha a distribuição de vagas entre homens e mulheres.
Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) PORTARIA Nº 16/2023	Não	Não	Inclui pessoas com deficiência nos núcleos de lazer e esporte recreativo, mas não especifica estratégias para inclusão de mulheres com deficiência.
Estratégia Nacional para o Futebol Feminino Decreto 11.458/2023	Não	Sim	Trata da capacitação, menciona “paratletas”, mas não detalha estratégias específicas para a inclusão de mulheres com deficiência.
Forças no Esporte DECRETO Nº 10.643/2021.	Não	Não	Focado em esportes militares; não menciona atletas com deficiência.
Paradesporto Brasil em Rede PORTARIA MESP Nº 38/ 2024	Sim	Sim	Atende pessoas com deficiência de todas as idades, com uma meta de atendimento de pelo menos 50% de mulheres e meninas com deficiência.
Revelar Talentos	Não	Não	Foca em descobrir e apoiar talentos esportivos, sem referência específica a mulheres com deficiência.

PORTARIA MESP Nº 48/ 2024			
Segundo Tempo PORTARIA Nº 137/2008	Não	Não	Inclui estudantes de escolas públicas, com participação de pessoas com deficiência, mas sem detalhes sobre incentivo a meninas e jovens com deficiência.
Segundo Tempo Universitário PORTARIA Nº 213/2023	Não	Não	Destinado a universitários; não especifica inclusão de pessoas com deficiência.
Seleções do Futuro PORTARIA Nº 738/2021	Não	Não	Preparação de jovens atletas para competições, sem referência a mulheres com deficiência.
Skate por Lazer PORTARIA Nº 10/2023	Não	Não	Destaca a participação de 50% de mulheres, mas não menciona deficiência nas diretrizes.
TEAtivo PORTARIA Nº 64/ 2023	Sim	Sim	Focado em autistas a partir dos 6 anos, com preferência para 50% de atendimento ao público feminino.
Vida Saudável PORTARIA Nº 16/2023	Não	Não	Destinado a idosos e pessoas com deficiência, sem detalhes específicos sobre gênero.

Foram identificados 13 programas e ações esportivas vigentes no Ministério do Esporte, importante destacar que existe um período de 20 anos de programas disponíveis e que foram classificados se envolvem a pauta do paradesporto e meninas e mulheres com deficiência no público-alvo.

A partir da análise dos Programas e Projetos vinculados ao Ministério do Esporte revela um panorama que chamaremos de misto quanto à inclusão de meninas e mulheres com deficiência. Ou seja, três ~~alguns dados~~ expõem com clareza a oferta para meninas e mulheres com deficiência e ~~dez outros não~~. Vejamos:

1. Programas com Inclusão Específica para Mulheres com Deficiência: Os programas **Paradesporto Brasil em Rede** e **TEAtivo** se destacam por incluir menções claras e metas específicas para a participação de mulheres com deficiência. O **Paradesporto Brasil em Rede** visa atender pelo menos 50% de mulheres e meninas com deficiência, refletindo uma abordagem proativa em termos de equidade de gênero. O **TEAtivo** também demonstra um compromisso com a inclusão feminina, focando especificamente em autistas e buscando garantir que 50% do público atendido seja feminino. Estes programas são exemplos positivos de como as políticas podem integrar efetivamente a perspectiva da equidade de gênero.

2. Programas com Inclusão Geral de Pessoas com Deficiência: Dois Programas, sendo eles, **Estratégia Nacional para o Futebol Feminino** e **Skate por Lazer** abordam a inclusão de forma geral, mas falta

fornecer diretrizes detalhadas sobre a participação de meninas e mulheres com deficiência. A **Estratégia Nacional para o Futebol Feminino** menciona "paratletas" no contexto de capacitação, mas não especifica as estratégias para a inclusão de meninas e mulheres com deficiência, o que limita a efetividade da proposta. O **Skate por Lazer** prevê a prática e promove a participação de 50% de meninas pra oportunizar o acesso a modalidade, mas não especifica o atendimento no caso de meninas e mulheres com deficiência.

3. Programas Sem Detalhamento Específico sobre Mulheres com Deficiência: Oito Programas, como **Academia e Futebol, Bolsa Atleta, Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), Revelar Talentos, Segundo Tempo, Segundo Tempo Universitário, Seleções do Futuro e Vida Saudável**, mencionam a inclusão de pessoas com deficiência de forma geral, mas não fornecem detalhes sobre a inclusão específica de mulheres com deficiência. A ausência de informações detalhadas sobre o atendimento de meninas e mulheres com deficiência nesses Programas sugere uma abordagem mais genérica que pode não atender adequadamente às necessidades específicas.

CONCLUSÃO

A inclusão de pessoas com deficiência tem avançado em sociedade, recebendo atenção crescente, especialmente no que diz respeito à defesa dos direitos e à promoção da inclusão social e acessibilidade. Contudo, a inserção de meninas e mulheres com deficiência no paradesporto ainda enfrenta desafios significativos. A análise dos Programas e Projetos disponíveis no site do Ministério do Esporte indica que a relação entre esporte, deficiência, meninas e mulheres é abordada de forma limitada, com apenas dois programas de políticas públicas destacando-se especificamente na promoção do esporte para pessoas com deficiência.

Apesar das iniciativas voltadas para o paradesporto, muitas vezes essas políticas não consideram adequadamente os marcadores de gênero, deficiência e outros. Em muitos casos, os programas gerais de paradesporto mencionam a inclusão de pessoas com deficiência de forma ampla, sem mencionar desafios enfrentados pelas meninas e mulheres com deficiência. A invisibilidade dessas participantes pode ser atribuída à falta de políticas específicas que reconheçam e abordem suas necessidades únicas.

Para promover a equidade de gênero no paradesporto, é fundamental desenvolver Programas e Projetos que ofereçam suporte direcionado e recursos adequados, além de estratégias específicas que garantam que meninas e mulheres com deficiência tenham acesso igualitário às oportunidades esportivas. Isso implica na criação de iniciativas com metas bem definidas para a participação feminina e na implementação de medidas de acessibilidade que atendam às necessidades dessas mulheres. A efetivação de projetos em nível federal pode ser uma força transformadora, criando um ambiente no qual o paradesporto se torne verdadeiramente inclusivo e propício ao desenvolvimento integral de meninas com

deficiência. Ao integrar a equidade de gênero nas políticas públicas de paradesporto, estamos não apenas ampliando o acesso, mas também enriquecendo o cenário esportivo como um todo, promovendo a diversidade e acessibilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 10.643**, de 21 de março de 2021. Regulamenta o Programa Forças no Esporte e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 22 mar. 2021. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Decreto nº 11.458**, de 23 de agosto de 2023. Altera o Decreto nº 10.085, de 5 de novembro de 2019, e dispõe sobre medidas adicionais para a promoção e regulamentação de atividades esportivas. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 ago. 2023. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 10.891**, de 9 de julho de 2004. Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Esporte e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 jul. 2004. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Portaria nº 10**, de 13 de abril de 2023. Estabelece diretrizes para o Programa de Formação e Capacitação de Profissionais do Esporte e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 14 abr. 2023. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Portaria nº 16**, de 11 de maio de 2023. Estabelece normas para a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão social e esportiva. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 maio 2023. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Portaria nº 48**, de 24 de abril de 2024. Institui o Programa de Formação e Capacitação de Educadores Esportivos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 abr. 2024. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Portaria nº 64**, de 2 de outubro de 2023. Cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Esporte Amador e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 out. 2023. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Portaria nº 137**, de 20 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Segundo Tempo e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 jun. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Portaria nº 738**, de 14 de outubro de 2021. Cria o Programa Seleções do Futuro e estabelece normas para sua execução. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 out. 2021. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Portaria nº 1.002**, de 10 de outubro de 2023. Institui o Programa Academia e Futebol e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 out. 2023. Seção 1, p. 1.

GOMES, Ruthie Bonan; LOPES, Paula Helena; GESSER, Marivete; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. e48155, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/c7sJxYbSppg9kQMNvwwN6fh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: [28 ago. 2024].

(ME) MINISTÉRIO DO ESPORTE. Programas e projetos. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/programas-e-projetos>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SANTOS, Maria de Fátima Ribeiro dos; SANTOS, Saulo Ribeiro dos. Metodologia da pesquisa em educação. São Luís: UemaNet, 2010. 67 p.

A **educação antidoping** permeia as competições nacionais e internacionais. Neste texto abordaremos os temas Antidoping e Educação e faremos algumas reflexões no contexto das modalidades paralímpicas que fazem parte do Programa dos Jogos Paralímpicos entre 2016 e 2024.

Segundo o Artigo 1 do Código da WADA, “O doping é definido como a ocorrência de uma ou mais das violações das regras antidoping estabelecidas no Artigo 2.1 a no Artigo 2.11 do Código.”. Sendo elas:

1. Presença de uma substância proibida na amostra de um atleta
2. Uso ou tentativa de uso de uma substância ou método proibido
3. Recusa de se submeter à coleta de amostras após ser notificado
4. Falha em registrar informações sobre o paradeiro do atleta e testes perdidos
5. Adulteração de qualquer parte do processo de controle de doping
6. Posse de uma substância ou método proibido
7. Tráfico de uma substância ou método proibido
8. Administrar ou tentar administrar uma substância ou método proibido a um Atleta
9. Cumplicidade em um ADRV (*Antidoping Rule Violation*)
10. Associação proibida com pessoal de apoio ao atleta sancionado
11. Desencorajar ou retaliar outras pessoas de relatar informações antidoping relevantes às autoridades.

Como podemos ver existe o total de 11 possibilidades de um atleta ou profissional de apoio ao atleta de ser punido com uma sanção, que vai desde uma repreensão verbal e escrita, até o banimento do esporte (sem restrição de tempo).

Todo atleta deve saber que o uso de suplementos deve ser realizado com grande cautela, seguindo diversas orientações, desde prescrição de um profissional habilitado e competente a fazer isso, como nutricionistas ou médicos, para avaliar a real necessidade de suplementação, até o local de compra, qualidade e fonte que será adquirido esse produto. Porém, somente através da educação antidoping isso é possível.

A educação antidoping proporciona a oportunidade dos atletas de se protegerem de sanções por doping inadvertido, mas também promover valores positivos e comportamentos éticos, e preservar o espírito do esporte.

De acordo com a WADA, a Educação Antidoping consiste no processo de ensinar valores e cultivar comportamentos que protejam e promovam o espírito esportivo, ao mesmo tempo em que previne tanto a dopagem intencional quanto a não intencional. Para apoiar essa definição, a WADA destaca quatro componentes essenciais da educação: educação baseada em valores, conscientização, disseminação de informações e educação específica sobre doping. Em termos simples, a educação envolve uma série de atividades destinadas a facilitar o aprendizado das pessoas. Portanto, a Educação Antidoping não simplesmente oferece informação sobre o que é ou não doping, mas como fazer com que o atleta internalize a informação, absorvendo o tema, e utilizando como uma ferramenta para usar de forma crítica quando for necessário.

A relação entre a escolarização e o doping no esporte pode ser compreendida em vários aspectos, vejamos: a falta de acesso à educação também costuma estar associada a um menor acesso a recursos e suporte, como treinadores e profissionais de saúde qualificados, que poderiam orientar os atletas sobre práticas seguras e regulamentações antidoping. A desinformação resultante de uma educação insuficiente pode levar a decisões mal-informadas e prejudiciais, agravando o problema do doping. Por fim, uma escolarização precária frequentemente está ligada a desigualdades socioeconômicas, que podem influenciar a forma como os atletas enfrentam os desafios do esporte e a tentação de usar doping como uma solução para melhorar o desempenho.

Abaixo citaremos casos fictícios para exemplificar o tema: “Risco do Uso de Suplementos” que é um dos tópicos obrigatórios em um Programa Educacional, conforme também descrito em Artigo 18.2 do Código WADA:

- Atleta 1: Atleta que tem acesso a políticas educativas – Antidoping
- Atleta 2: Atleta que não tem acesso a políticas educativas – Antidoping

Cenário:

Nossos atletas vêm seus outros parceiros de treino tomando suplementos durante uma sessão de treinamento, todos completando uma garrafa com água e misturando em um pó e tomando. Um deles oferece para os nossos Atletas 1 e 2, e falam a seguinte frase:

- Quer experimentar? Tem um gosto bom, foi um amigo meu que indicou, e desde então estou me sentindo muito melhor, até meus tempos melhoraram.

O Atleta 1 recebeu educação antidoping e isso significa: leu informações, segue redes sociais que postam sobre o tem, mas também participou de seminários com profissionais reais, participou de jogos e encenações sobre possíveis situações, entre outras ferramentas. Já o Atleta 2 sempre evitou todas as tarefas acima descritas.

Quem você acredita que tomou ou produto?

O Atleta 1 ele se lembra dessas oportunidades de educação, mas também reflete sobre o perigo, ele pondera de maneira crítica a decisão dele. Ele pode ver todas as possibilidades caso ele decida tomar esse suplemento, desde tomar conscientemente esperando benefício até possibilidade de apenas gastando dinheiro ou de ser punido por um teste com análise positiva, e a pior de todas, ficar doente por não saber o que tinha nesse produto, mas não o Atleta 2.

E como alcançar esses atletas? Essa talvez seja a tarefa mais difícil.

Os temas obrigatórios da WADA para educação antidoping são:

- Princípios e valores associados ao esporte limpo;
- Direitos e Responsabilidades dos Atletas, Equipe de Apoio ao Atleta e outros grupos sob o Código;
- O princípio da Responsabilidade Objetiva/Estrita;
- Consequências do doping – saúde física e mental, efeitos sociais e económicos e sanções;
- ADRVs – Violações de Normas Antidopagem;
- Substâncias e Métodos na Lista da WADA;
- Riscos do uso de suplementos;
- Uso de medicamentos e AUTs;
- Procedimentos de Testes, incluindo urina, sangue e Passaporte Biológico do Atleta (ABP);
- Requisitos de RTP, incluindo localização e uso do ADAMS;
- Liberdade de expressão para partilhar preocupações sobre a doping no esporte

O objetivo de citar os exemplos acima é refletir de como esses temas são diversos e complexos, e precisamos entender que até mesmo o significado das palavras e das siglas da área que pode ser um obstáculo caso o atleta tenha tido educação precarizada. E essa tem sido uma das mais importantes questões na educação antidoping.

Algumas experiências em ações educativas indicam que muitos atletas não conseguem participar de um simples jogo de perguntas e respostas sobre antidoping, por não saberem ler as palavras, entender o significado delas e em seguida responder corretamente. Então poderíamos inferir: estamos diante do analfabetismo funcional?

Quando falamos de **educação e pessoas com deficiência** esses números são alarmantes. Dados da Pnad Contínua 2022 apontaram que apenas 1 em cada 4 pessoas com deficiência consegue concluir a educação básica obrigatória no país. Cerca de 63% dessa parcela, com até 25 anos, não concluíram nem o ensino fundamental, e a taxa de analfabetismo desse grupo da população atingiu os 19,5%. Portanto, segundo o Censo 2022 das 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil (onde mais da metade são mulheres), existem quase 12 milhões sem o ensino fundamental e 3.5 milhões analfabetas. Temos também dados positivos, segundo os dados do Inep (2015) apontam que das 930.683 crianças com alguma

deficiência matriculadas em escolas, 81% estavam em escolas e salas comuns e 19% nos colégios ou salas exclusivas para pessoas com deficiência, diferentemente quando comparado a 2005, quando das 492.908 crianças que estudavam no país, apenas 23% no ensino comum e 77% em escolas especiais. Os dados apontam que ainda estamos diante de um grande desafio na escolarização de crianças e adolescentes com deficiência.

Quanto aqueles que chegam ao esporte paralímpico, melhorar a educação e a escolarização de atletas de rendimento pode ser uma estratégia para reduzir o doping auxiliando no desenvolvimento intelectual, reflexivo e crítico promovendo uma maior conscientização, melhor tomada de decisão e acesso a suporte adequado.

Por fim, a WADA acredita que a primeira experiência do atleta com antidoping deva ser por meio da educação. Antes de ser submetido ao controle de doping, e antes de deixar seu país para sua competição. É claro que o atleta paralímpico deve ter conhecimento sobre muitos outros temas do antidoping, mas o importante é educar. Além de fazer a diferença na vida dos atletas a educação também tem o potencial de afetar uma população como um todo. Pode promover a ética na tomada de decisão por meio da educação baseada em valores em todos os pontos da trajetória do atleta – construindo valores fortes para a vida.

Referências consultadas

WORLD ANTI-DOPING AGENCY. Guidelines for education. [S.l.: s.n.], [n.d.]. Disponível em: <https://www.wada-ama.org/>. Acesso em: 10 set. 2024.

CNTE-CUT. Apenas uma em cada quatro pessoas com deficiência conclui ensino básico obrigatório no Brasil. Brasília, 2024. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/apenas-uma-em-cada-quatro-pessoas-com-deficiencia-conclui-ensino-basico-obrigatorio-no-brasil-7460#:~:text=Escrito%20por%3A%20CNTE,atingiu%20os%2019%2C5%25>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Pesquisa indica que Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc#:~:text=PESSOAS%20COM%20DEFICI%3%8ANCIA-Brasil%20tem%2018%2C6%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas%20com%20defici%C3%Aancia%2C%20indica,divulgada%20pelo%20IBGE%20e%20MDHC&text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com%20defici%C3%Aancia%20no,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20dessa%20faixa%20et%C3%A1ria>. Acesso em: 10 se

G1. Total de alunos especiais em escolas comuns cresce 6 vezes em 10 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/total-de-alunos-especiais-em-escolas-comuns-cresce-6-vezes-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 08 out. 2024.

POLÍTICAS ANTIASSÉDIO NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE PARADESPORTO

Fatima Fernandes

Lucyana de Miranda Moreira

Ruth Cidade

A implementação de políticas antiassédio nas instituições brasileiras de paradesporto é uma iniciativa basilar para garantir um ambiente seguro e inclusivo para todos os atletas. Essas políticas são fundamentais não apenas para proteger atletas, mas todos os envolvidos com o esporte para pessoas com deficiência de comportamentos abusivos e discriminatórios. Fomentar uma cultura de respeito e empatia é necessário.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi identificar e mapear informações sobre políticas antiassédio nas principais instituições paradesportivas nacionais e analisar os dados relacionados a esse tema.

MATERIAL E MÉTODO

Este estudo é definido como uma pesquisa exploratória descritiva, utilizando a análise documental como método. Seu objetivo é permitir que o pesquisador colete uma vasta quantidade de informações sobre um tópico específico. A pesquisa documental é uma ferramenta valiosa para a investigação científica e situa-se no âmbito dos estudos qualitativos. Estes, por sua vez, são reconhecidos por seu foco em entender fenômenos em seus contextos naturais, conforme descrito por Fontana e Pereira (2023). A escolha da metodologia de análise documental possibilitou o processo de pesquisa e análise sobre o tema assédio em Instituições paradesportivas nacionais.

O levantamento dos documentos se deu através das páginas de internet de cada instituição paradesportiva pesquisada. Foram 19 Instituições acessadas. A primeira fase da pesquisa envolveu a identificação e catalogação de documentos sobre assédio nas páginas das Instituições nacionais. Os documentos foram organizados em uma planilha com informações sobre a Instituição, modalidade, site, material disponível, nome do documento, instituição publicadora, resumo, capítulos, número de páginas e link. Após a coleta, foram realizadas conferências finais e os documentos foram analisados por categorias, incluindo código de ética, políticas anti-assédio e ambiente seguro, comitê de equidade de gênero, políticas para o desenvolvimento do paradesporto feminino, cursos online e canal de denúncia.

O assédio é um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, ou de ameaças de tais comportamentos e práticas, que se manifestam apenas uma vez ou repetidamente, que objetivam causar, causam ou são suscetíveis de causar danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos, incluída a violência e o assédio em razão de gênero (GOV, 2024).

No esporte para pessoas com deficiência o problema também existe, mas os dados relacionados ao abuso no paradesporto são limitados. Uma série de fatores sociais, culturais e pessoais influenciam a probabilidade de violência interpessoal em qualquer ambiente. Além disso, os riscos de abuso são agravados quando são consideradas as disparidades associadas à deficiência, etnia, condição socioeconômica, gênero e sexualidade. No paradesporto, os melhores dados disponíveis sugerem que os atletas com deficiência, podem ter até quatro vezes mais probabilidade de sofrer abusos em comparação com os seus pares sem deficiência (Rutland et al., 2022).

Os fatores organizacionais de uma instituição apresentam um papel importante na permissão ou coibição do assédio. De modo que para a redução dos casos de assédio é necessário coibir os fatores que possam provocar estes comportamentos/ações, bem como aumentar a divulgação das consequências de tais atitudes para os agressores, para os gestores, membros de comissão técnica e atletas.

RESULTADOS e DICUSSÃO

Foram analisadas 19 Instituições Paradesportivas nacionais, incluindo o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Special Olympics Brasil e Confederação Brasileira de Desportos de Surdos, que promovem o esporte para pessoas com deficiência intelectual e auditiva, respectivamente.

Categorias coletadas e analisadas:

1. **Organização:** Indica o nome da associação ou confederação esportiva.
2. **Link de Acesso:** Fornece o endereço do site oficial da organização para mais informações.
3. **Paradesporto que Administra:** Especifica as modalidades geridas pela organização.
4. **Código de Ética:** Documento que estabelece os princípios éticos e comportamentais que os membros da organização devem seguir. O código é essencial para garantir padrões de conduta e integridade.
5. **Políticas Antiassédio e Ambiente Seguro:** Medidas e diretrizes para prevenir e lidar com o assédio e garantir um ambiente seguro para todos os envolvidos.
6. **Comitê/Grupo de Trabalho sobre Equidade de Gênero:** Indica a existência de um grupo ou comitê específico que aborda questões de equidade de gênero dentro da organização.
7. **Políticas para o Desenvolvimento do Paradesporto Feminino e Equidade de Gênero:** Políticas e iniciativas focadas no desenvolvimento do paradesporto feminino e na promoção da equidade de gênero.

8. **Cursos Online sobre o Tema:** Disponibilidade de cursos ou treinamentos online sobre assédio, ética ou equidade de gênero oferecidos pela organização.
9. **Canal de Denúncia:** Plataforma ou método disponibilizado para que indivíduos possam denunciar comportamentos inadequados, como assédio ou violação de código de ética.

No quadro abaixo encontram-se os dados: nome da associação, link de acesso, código de ética, política antiassédio e canal de denúncia.

Nome da Associação	Link de Acesso	Código de Ética	Política Anti-Assédio	Canal de Denúncia
CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro	Link de Acesso	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA Comitê Paralímpico Brasileiro	Mencionado no Código de Ética	Canal de Denúncias
ANDE - Associação Nacional de Desporto para Deficientes	Link de Acesso	Código de Ética ANDE	Mencionado no Código de Ética da ANDE	Canal de Ética
CBBC - Confederação Brasileira de Basquete em Cadeira de Rodas	Link de Acesso	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado (Tem ouvidoria, 1 ouvidor - homem)
CBCA - Confederação Brasileira de Canoagem	Link de Acesso	Código de Ética CBCA	Cartilha de Prevenção ao Assédio Sexual e Moral no Esporte	Canal de Ouvidoria
CBC - Confederação Brasileira de Ciclismo	Link de Acesso	Código de Ética CBC	Mencionado no Código de Ética da CBC	Ouvidoria - Canal de Denúncias
CBBd - Confederação Brasileira de Badminton	Link de Acesso	Código de Ética CBBd	Campanha "Assédio no Badminton, não!"	Ouvidoria
CBDV - Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais	Link de Acesso	Menciona, mas documento não abre	Não encontrado	Canal de Denúncias
CBE - Confederação Brasileira de Esgrima	Link de Acesso	Código de Ética	Cartilha de Prevenção ao Assédio do COB	Ouvidoria
CBH - Confederação Brasileira de Hipismo	Link de Acesso	Código de Ética	Não encontrado	Ouvidoria - Canal de Denúncias
Confederação Brasileira de Remo	Link de Acesso	Código de Ética e Conduta	Não encontrado	Ouvidoria - Canal de Denúncias
Abrcd - Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas	Link de Acesso	Código de Conduta Ética	Não encontrado	Não encontrado
CBTKD - Confederação Brasileira de Taekwondo	Link de Acesso	Código de Ética	Não encontrado	Ouvidoria - Canal de Denúncia

Nome da Associação	Link de Acesso	Código de Ética	Política Anti-Assédio	Canal de Denúncia
CBT - Confederação Brasileira de Tênis	Link de Acesso	Código de Conduta Ética	Não encontrado	Ouvidoria - Canal de Denúncia
CBTM - Confederação Brasileira de Tênis de Mesa	Link de Acesso	Código de Conduta Ética	Código de Prevenção ao Abuso e Assédio no Ambiente Esportivo	Ouvidoria - Canal de Denúncia
CBTArco - Confederação Brasileira de Tiro com Arco	Link de Acesso	Site não abre	Site não abre	Site não abre
CBTri - Confederação Brasileira de Triatlo	Link de Acesso	Não encontrado	Apoia programas como o Esporte Sem Assédio	Ouvidoria - Canal de Denúncia
CBVD - Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes	Link de Acesso	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
Special Olympics Brasil	Link de Acesso	Não encontrado	Curso de capacitação Link de Capacitação	Não encontrado
Confederação Brasileira de Desportos de Surdos	Link de Acesso	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado

A análise das 19 instituições esportivas revela um panorama misto em relação às práticas de ética e proteção dos participantes. Embora a maioria das organizações tenha implementado um código de ética, a presença de políticas antiassédio e canais de denúncia apresenta áreas críticas que necessitam de melhorias significativas.

Primeiramente, a maioria das instituições (84,2%) possui um código de ética formalizado. Este dado indica um esforço generalizado para estabelecer normas e práticas responsáveis dentro das organizações. Os códigos de ética são fundamentais para promover a transparência e a integridade, além de garantir que todos os membros da instituição compreendam e sigam padrões de conduta adequados. No entanto, a ausência de um código de ética em 5 instituições destaca uma lacuna preocupante, sugerindo uma necessidade urgente de desenvolvimento e implementação desses documentos em todas as organizações.

Em relação às políticas antiassédio, apenas 42,1% das instituições têm políticas formalizadas. A presença dessas políticas é essencial para proteger os participantes contra comportamentos inadequados e criar um ambiente seguro e respeitoso. As políticas antiassédio fornecem diretrizes claras sobre como prevenir e lidar com casos de assédio, promovendo um ambiente mais seguro para todos os envolvidos. A ausência dessas políticas em mais da metade das instituições é alarmante e revela uma falha significativa que precisa ser abordada. As organizações devem implementar e divulgar políticas robustas que abordem de forma eficaz a prevenção e o combate ao assédio.

Quanto aos canais de denúncia, a situação é um pouco melhor, com 57,9% das instituições oferecendo um canal acessível para denúncias. Os canais são essenciais para garantir a transparência e permitir que os participantes relatem má conduta e problemas sem medo de retaliação. A presença de canais de denúncia ajuda a assegurar que as preocupações possam ser abordadas de maneira apropriada e eficaz. No entanto, a falta desses canais em 42,1% das instituições representa um risco significativo, pois dificulta a denúncia e resolução de problemas, prejudicando a confiança e a segurança dos participantes, principalmente das mulheres. É urgente e necessário que todas as instituições implementem mecanismos eficazes para receber e tratar denúncias de maneira adequada.

Em síntese, apesar da presença de códigos de ética em muitas das instituições analisadas, a eficácia das políticas antiassédio e dos canais de denúncia ainda é insuficiente, revelando fragilidades preocupantes. Essa carência é particularmente prejudicial para meninas e mulheres, que frequentemente enfrentam riscos elevados e desproporcionais de assédio e discriminação. A implementação robusta e a divulgação efetiva de políticas antiassédio e mecanismos de denúncia não são apenas recomendações, mas necessidades imperativas para garantir a proteção e o bem-estar de todas as participantes. A falta dessas medidas compromete não apenas a segurança, mas a integridade e a equidade no ambiente esportivo. Assim, é crucial que as instituições adotem e aprimorem urgentemente essas práticas para assegurar um ambiente verdadeiramente seguro e respeitável para meninas e mulheres.

Considerações Finais

A indisponibilidade de alguns documentos e a dificuldade de acesso a sites evidenciam a necessidade de maior transparência e acessibilidade das informações nas instituições paradesportivas. Garantir que todos os membros e participantes possam facilmente compreender e acessar os recursos disponíveis é fundamental para promover a inclusão e o desenvolvimento no paradesporto.

Para implementar uma política antiassédio eficaz, as instituições devem, primeiramente, definir claramente o que constitui assédio, abrangendo aspectos como assédio sexual, moral, psicológico e discriminação. É essencial promover treinamentos regulares e acessíveis para todos os envolvidos, estabelecendo canais de denúncia seguros e confidenciais. A resposta rápida às denúncias e a aplicação de sanções disciplinares adequadas são fundamentais, assim como oferecer suporte às vítimas, incluindo aconselhamento e ajustes necessários em suas rotinas.

É urgente e necessário monitorar e avaliar continuamente essas políticas, ajustando-as continuamente para garantir sua eficácia. Essas ações não apenas asseguram a segurança e o bem-estar dos atletas, mas também elevam o padrão ético das instituições, promovendo um ambiente inclusivo e

seguro no paradesporto. Ao fortalecer essas práticas, contribuímos para um cenário esportivo mais justo e comprometido com os valores de respeito, igualdade e integridade.

Referências Consultadas

GOV. Cartilha de Prevenção ao Assédio no Ministério da Comunicação. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mcom/pt-br/canais_atendimento/corregedoria/arquivos/copy_of_CartilhaAssdioMCom.pdf. Acesso em: ago. 2024.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). Código de Conduta Ética. Disponível em: <https://cpb.org.br/wp-content/uploads/2023/07/CODIGO-DE-CONDUTA-E-ETICA.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

SPECIAL OLYMPICS BRASIL. Conheça as capacitações – Olimpíadas Especiais Brasil. Disponível em: <https://specialolympics.org.br/conheca-as-capacitacoes-olimpiadas-especiais-brasil/>. Acesso em: 30 set. 2024.

FONTANA, Felipe; PEREIRA, Ana Carolina Torrente. Pesquisa documental. v. 42, 2023. Editora chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira; Editora executiva: Natalia Oliveira; Assistente editorial.

RUTLAND, E. A.; SUTTIRATANA, S. C.; DA SILVA VIEIRA, S.; JANARTHANAN, R.; AMICK, M.; TUAKLI-WOSORNU, Y. A. Para athletes' perceptions of abuse: a qualitative study across three lower resourced countries. *British Journal of Sports Medicine*, v. 56, n. 10, p. 561-567, 2022.

1. Sites das Associações listadas no quadro de resultados.

ANTIASSÉDIO NO PARADESPORTO: EM BUSCA DE DIRETRIZES NAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

Lucyana de Miranda Moreira

Fatima Fernades

Ruth Cidade

Assédio sexual e abuso sexual, também conhecidos como violência sexual, dano sexual ou assédio e abuso sexual, violam direitos pessoais e podem ter consequências físicas, psicológicas, sociais e de desempenho graves e de longo prazo (Mountjoy et al., 2016). Pesquisas indicam que o assédio e o abuso sexual no esporte acontecem em todos em todos os níveis. A prevalência parece ser maior no esporte de elite. Os membros da comissão técnica que ocupam posições de poder e autoridade parecem ser os principais perpetradores. Os homens são mais frequentemente relatados como perpetradores do assédio que as mulheres (Solvberget al., 2022). Diante desse quadro, em 2007 o Conselho Executivo do Comitê Olímpico Internacional (COI) adotou uma Declaração de Consenso sobre “Assédio e Abuso Sexual no Desporto”, que definiu os problemas, identificou os fatores de risco e forneceu orientações para prevenção e resolução. O objetivo do Consenso foi melhorar a saúde e a proteção dos atletas através da promoção de políticas preventivas eficazes, bem como aumentar a sensibilização para estes problemas entre as pessoas que rodeiam os atletas (Leahy, 2008).

Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi identificar e mapear informações sobre políticas antiassédio nas principais instituições paradesportivas internacionais, e analisar os dados relacionados a esse tema.

MATERIAL E MÉTODO

Este estudo é caracterizado como pesquisa exploratória descritiva, do tipo análise documental, que tem por finalidade fornecer ao investigador possibilidades de reunir grande quantidade de informações a respeito de determinado assunto. A pesquisa documental é uma importante ferramenta de inquirição científica que se instala no campo dos estudos qualitativos que, por sua vez, são entendidos como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural (Foutana; Pereira, , 2023).

A escolha da metodologia de análise documental possibilitou o processo de pesquisa, a fim de documentar o estado da arte sobre o tema assédio no Paradesporto. Ela compreende a exposição das principais organizações de esportes para pessoas com deficiência como Special Olympics, Comitê Internacional de Esportes para Surdos (ICSD) e do Comitê Paralímpico Internacional (IPC), além das Federações Internacionais (IFs) que desenvolvem Paradesporto, que se expressam através de documentos públicos.

O levantamento dos documentos se deu através das páginas de internet de cada instituição pesquisada, visitadas a partir do site do Comitê Paralímpico Internacional. Além disso, mais 2 instituições foram pesquisadas, Special Olympics e ICSD, que promovem o esporte para pessoas com deficiência intelectual e auditiva, respectivamente.

No primeiro momento fez-se uma visita à página do IPC com dois objetivos distintos: buscar documentos que abordassem o tema assédio e identificar os esportes paralímpicos e suas IFs. A partir do site do IPC, a busca documental se deu por esporte nas páginas das IFs. Como algumas modalidades são administradas pela mesma IF, elas foram agrupadas e a identificação dos documentos será apresentada por IF e cada uma terá destacada, na sequência, as suas modalidades esportivas.

A primeira busca foi feita com o objetivo de identificar documentos publicados nas páginas das IFs que assegurem a elucidação do assunto. Cada documento foi catalogado com os seguintes pontos: federação; esporte que rege; site; material disponível; nome do documento; instituição que está publicando; resumo do que trata; nome dos capítulos; número de páginas (total); link da referência.

A partir da coleta dos dados uma planilha de Excel começou a ser preenchida para identificar as categorias da pesquisa. Para finalizar, foi feita uma última busca em cada IF, para conferência. Para a análise dos documentos, fez-se uma divisão por categorias para identificar quais ações eram realmente organizadas pelas IFs. Desta forma dividiu-se o tema Assédio em categorias: código de ética; políticas antiassédio e ambiente seguro; comitê/grupo de trabalho sobre equidade de gênero; políticas para o desenvolvimento do esporte feminino e equidade de gênero; cursos online sobre o tema e canal de denúncia.

A categorização elaborada nesse estudo permite uma melhor análise das ações e medidas que os gestores e a própria organização das instituições possam desenvolver.

RESULTADOS e DISCUSSÃO

Dezessete instituições foram avaliadas, o IPC e mais 16 IFs ligadas a ele, além da Special Olympics e da ICSD, que promovem o esporte para pessoas com deficiência intelectual e auditiva, respectivamente. Entre as IFs, 10 estão ligadas tanto aos IPC quanto ao COI e 6 estão afiliadas apenas ao IPC, administrando apenas esportes paralímpicos. Os dados estão dispostos na tabela abaixo:

Portanto, a melhor forma de combater esse tipo de abuso é através de educação, popularização da informação, capacitação adequada de todos os envolvidos. Um sistema paradesportivo saudável que capacite a todos pode contribuir para a prevenção do assédio e abuso sexual dentro e fora do Paradesporto. Ter um código de ética publicado com todas as diretrizes para orientação de seus colaboradores, marcando a postura

da entidade frente ao problema é fundamental e 17 das 19 instituições pesquisadas publicaram seus códigos de ética na internet.

IF	LINK DE ACESSO	ESPORTE QUE ADMINISTRA	Código de ética	Políticas antiassédio e ambiente seguro	Comitê/Grupo de trabalho sobre equidade de gênero	Políticas para o desenvolvimento do esporte feminino e equidade de gênero	Cursos online sobre o tema	Canal de denúncia
Ipc - Comitê Paralímpico Internacional	https://www.paralympic.org/	Atletismo, Natação, Halterofilismo, Tiro Esportivo, Snowboard, Hockey No Gelo	IPC Code Of Ethics	Safe Sport International Declaration and Principles – A Platform For Action E Policy On Non-Accidental Violence And Abuse In Sport	Não Encontrado	Não Encontrado	Não Encontrado	Não Encontrado
World Archery	https://www.worldarchery.sport/	Tiro Com Arco	Sport Rulebook	Safeguarding Policy And Procedures	Não Encontrado	Não Encontrado	Safeguarding Athletes From Harassment And Abuse - IOC	World Archery: Online Safeguarding Report Form
Badminton World Federation (Bwf)	https://corporate.bwfbadminton.com/	Para Badminton	Bwf Code Of Ethics	Safeguarding Policy	Gender Equity Committee	Gender Equity & Diversity Policy	Não Encontrado	Disponibiliza Um Email Para Denúncias
International Blind Sports Federation (Ibsa)	https://ibsa.sport.org/	Futebol De 5, Goalball E Judô	Ibsa Code Of Ethics	Ibsa Harassment Policy	Não Encontrado	Não Encontrado	Não Encontrado	Não Encontrado
Boccia International Sports Federation	https://www.worldboccia.com/	Boccha	Bisfed Code Of Ethics	Não Encontrado	Não Encontrado	Não Encontrado	Não Encontrado	Não Encontrado
International Canoe Federation (Icf)	https://www.canoeicf.com/	Paracanoagem	Faz Menção Ao Código de Ética do IOC	Prevention Of Harassment And Abuse In Sport (Phas) Policy	Não Encontrado	Não Encontrado	Draw The Line - Ioc	Report Form
Union Cycliste Internationale (Uci)	https://www.uci.org/	Ciclismo	Uci Code Of Ethics	Safeguarding Athletes From Harassment And Abuse	Não Encontrado	Uci Administration Policy	Safeguarding Athletes From Harassment And Abuse - Ioc	Speakup

Federation Equestre Internationale	https://www.feio.org/	Hipismo	não encontrado	não encontrado	não encontrado	não encontrado	não encontrado	não encontrado
World Rowing (WR)	https://worldrowing.com/	Para Remo	2021 World Rowing Code of Ethics	World Rowing Policy Safeguarding Participants in Rowing from Harassment & Abuse	Gender Advisory Panel	não encontrado	SAFEGUARDING ATHLETES FROM HARASSMENT AND ABUSE - IOC	Report form for incidents of harassment and abuse
International Table Tennis Federation (ITTF)	https://www.ittf.com/	Tênis de mesa	ITTF Code of Ethics	ANTI-HARASSMENT POLICY AND PROCEDURES	Gender & Diversity Commissioner	não encontrado	não encontrado	não encontrado
World Taekwondo	http://www.worldtaekwondo.org/index.html	Para taekwondo	World Taekwondo Code of Ethics	SAFEGUARDING ATHLETES FROM HARASSMENT AND ABUSE	não encontrado	não encontrado	SAFEGUARDING ATHLETES FROM HARASSMENT AND ABUSE - IOC	WT Integrity Code
International Triathlon Union (ITU)	https://triathlon.org/paratriathlon	Para Triatlon	WORLD TRIATHLON CODE OF ETHICS	SAFEGUARDING POLICY AGAINST HARASSMENT AND ABUSE IN TRIATHLON	Women's Committee	não encontrado	não encontrado	FORM OF REPORTING
International Wheelchair Basketball Federation (IWBF)	https://iwbf.org/	Basquete em cadeira de rodas	IWBF Code of Ethics	não encontrado	não encontrado	não encontrado	não encontrado	não encontrado
International Wheelchair and Amputee Sports Federation (IWASF)	https://worldabilitiesport.org/	Esgrima em Cadeira de Rodas	não encontrado	SAFEGUARDING POLICY AGAINST HARASSMENT AND ABUSE	não encontrado	não encontrado	não encontrado	Incident reporting form

International Wheelchair Rugby Federation	https://worldwheelchair.rugby/	Rugby em cadeira de rodas	não encontrado	não encontrado	não encontrado	não encontrado	não encontrado	não encontrado
International Tennis Federation	https://www.itftennis.com/en/itf-tours/unique-wheelchair-tennis-tour/	Tênis em Cadeira de Rodas	ITF CODE OF ETHICS	SAFEGUARDING ADULTS POLICY e SAFEGUARDING CHILDREN POLICY	não encontrado	não encontrado	não encontrado	ONLINE REPORT INFORMATION
World ParaVolley	https://worldparavolley.org/#	Voleibol Sentado	Code of Conduct and Ethics	Non-Accidental Violence and Abuse in ParaVolley Sport	não encontrado	não encontrado	SAFEGUARDING ATHLETES FROM HARASSMENT AND ABUSE (Athlete 360)	não encontrado
Comité International de Esportes para Surdos (ICSD)	https://www.deaflympics.com/	Esportes para Surdos	Code of Ethics	SEXUAL HARASSMENT POLICY e DIVERSITY POLICY	não encontrado	não encontrado	não encontrado	não encontrado
Special Olympics	https://www.specialolympics.org/?locale=en	Esporte para pessoas com deficiências intelectuais.	Principles of Ethical Conduct	não encontrado	não encontrado	não encontrado	não encontrado	não encontrado

Apenas o código de ética não é suficiente para erradicar a cultura da impunidade, da falta de respeito, da promiscuidade e da indigência moral do assédio no ambiente desportivo. Os atletas, membros de comissões técnica e colaboradores das instituições têm como tarefa garantir que qualquer caso emergente de assédio moral ou maus-tratos no ambiente desportivo seja tratado de forma justa, ética, legal, e que garanta os direitos das vítimas bem como dos supostos agressores. Responder rapidamente os casos de assédio não é uma tarefa fácil para os gestores e envolvidos, pois as emoções e a discussão acerca da situação correm em alta, bem como as partes envolvidas buscam suporte para as suas causas (Goutos et al., 2021).

Consequentemente, uma política antiassédio bem desenvolvida é uma ferramenta necessária e importante, pois inclui tanto um sistema informal de suporte e orientação para as vítimas, quanto um sistema válido de queixas formais para os gestores (GOUTOS et al., 2021). Sendo assim, ter políticas antiassédio e ambiente seguro é primordial. Em nosso estudo observamos que 14 das 19 instituições internacionais seguem essa diretriz, publicando seus documentos nas páginas da internet.

Quanto a equidade de gênero, tanto nas comissões técnicas quanto no número de atletas praticantes, apenas 2 instituições internacionais das 17 levantadas publicaram políticas para o desenvolvimento do esporte feminino e equidade de gênero.

O COI possui um curso online sobre o tema, disponibilizado de forma gratuita e 6 instituições incentivam que os visitantes de suas páginas o façam, disponibilizando o link. Outro fato que chama a atenção é a falta de engajamento sobre a temática de instituições exclusivamente paralímpicas, ou seja, que administram apenas modalidades paralímpicas. Nesse quesito, sentimos falta de uma abordagem mais assertiva na Bocha, no Basquete em cadeira de rodas e no Rugby em cadeira de rodas, além do Hipismo, que tem uma IF que cuida da disciplina tanto no Olímpico quanto no Paralímpico.

Finalmente, este estudo oferece uma janela para uma discussão mais aprofundada sobre o tema dentro do Paradesporto. As organizações desportivas ainda precisam aperfeiçoar as melhores práticas para a divulgação confidencial, solidária e orientar as práticas e procedimentos de prevenção e denúncia das organizações desportivas.

REFERÊNCIAS

FONTANA, Felipe; PEREIRA, Ana Carolina Torrente. Pesquisa documental. v. 42, 2023. Editora chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira; Editora executiva: Natalia Oliveira; Assistente editorial.

GOUTOS, D.; BEKKER, S.; GALEA, N.; GRIMM, K.; MOUNTJOY, M.; TUAKLI-WOSORNU, Y. Preventing intentional injury (harassment and abuse) in sport: assessing athletes' knowledge, attitudes, and beliefs about their human rights in the Olympic and Paralympic movements. [S.l.: s.n.], 2021.

LEAHY, T. IOC adopts Consensus Statement on "Sexual Harassment & Abuse in Sport". 2008. [S.l.: s.n.].

MOUNTJOY, M.; BRACKENRIDGE, C.; ARRINGTON, M.; BLAUWET, C.; CARSKA-SHEPPARD, A.; FASTING, K.; BUDGETT, R. International Olympic Committee consensus statement: harassment and abuse (non-accidental violence) in sport. *British Journal of Sports Medicine*, v. 50, n. 17, p. 1019-1029, 2016.

SØLVBERG, N.; TORSTVEIT, M. K.; ROSENVINGE, J. H.; PETERSEN, G.; SUNDGOT-BORGEN, J. Sexual harassment and abuse among young elite athletes, recreational athletes, and reference students: a prospective study. *Medicine and Science in Sports and Exercise*, v. 54, n. 11, p. 1869, 2022.

RUTLAND, E. A.; SUTTIRATANA, S. C.; DA SILVA VIEIRA, S.; JANARTHANAN, R.; AMICK, M.; TUAKLI-WOSORNU, Y. A. Para athletes' perceptions of abuse: a qualitative study across three lower resourced countries. *British Journal of Sports Medicine*, v. 56, n. 10, p. 561-567, 2022.

DE ROMA 1960 À PARIS 2024: A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM JOGOS PARALÍMPICOS

Ianamary Monteiro Marcondes

Doralice Lange de Souza

INTRODUÇÃO

O esporte é uma área hegemonicamente masculina (Goellner2005, 2007). Inicialmente proibidas de participar ou mesmo de assistir os esportes na antiguidade, a conquista de direitos das mulheres dentro do esporte percorreu um longo caminho (Cidade, 2004). As mulheres participaram pela primeira vez dos Jogos Olímpicos (JO) em Paris, 1900, constituindo 1,9% do total de atletas participantes (Cidade, 2004; Houghton; Pieper, Smith, , 2022). Somente nas últimas edições dos JO, elas passaram constituir 50% do total de atletas (IOC, 2024). Foram necessários 124 anos para que a paridade de gênero fosse alcançada pela primeira vez nos JO.

O cenário de desigualdades vem também ocorrendo na realidade esportiva das mulheres com deficiência. Estas tendem a ser mais discriminadas do que mulheres sem deficiência e do que os homens, reflexo de sua dupla estigmatização: além de serem mulheres, também têm deficiência (Figueiredo 2014; H et al., 2018; HARDIN; HARDIN, 2005). Embora o número de modalidades que incluem mulheres e a participação delas nos esportes paralímpicos esteja aumentando, elas ainda têm menos oportunidades enquanto atletas e gestoras e recebem menor visibilidade na mídia (HOUGHTON; PIEPER; SMITH, 2017; MARCONDES et al., 2024; MARCONDES; SOUZA, 2024).

O objetivo desse trabalho foi o de levantar dados a respeito da participação feminina nos Jogos Paralímpicos (JP) desde a primeira edição, Roma 1960, até a última, Paris 2024.

METODOLOGIA

A pesquisa foi de cunho quantitativo e descritivo. Coletamos as informações sobre a oferta de modalidades e participação de atletas nas diferentes edições dos JP no site institucional do Comitê Paralímpico Internacional (em inglês *International Paralympic Committee* – IPC) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) em outubro/2022 e setembro/2024. Realizamos uma análise estatística dos dados visando comparar a evolução percentual da participação de homens e mulheres nos JP e na delegação brasileira.

RESULTADOS

A tabela 1 apresenta os dados de eventos e atletas por gênero em JP e também a distribuição de atletas por gênero na delegação brasileira.

Tabela 1 – Evolução do número e percentual de eventos e atletas por gênero em Jogos Paralímpicos.

	Eventos		Atletas		Participação Brasileira	
	Femininos	Masculinos	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Roma 1960	6	8	45 (22%)	164 (78%)	-	-
Tóquio 1964	6	9	71 (27%)	195 (73%)	-	-
Tel Aviv 1968	8	10	196 (25%)	578 (75%)	-	-
Heidelberg 1972	8	10	268 (29%)	654 (71%)	0	20 (100%)
Toronto 1976	8	11	271 (21%)	1000 (79%)	2 (6%)	31 (94%)
Arnhem 1980	9	13	428 (26%)	1225 (74%)	0	14 (100%)
Nova Iorque 1984 ⁴	12	18	536 (25%)	1569 (75%)	6 (21%)	23 (79%)
Seul 1988	11	18	671 (22%)	2370 (78%)	11 (18%)	50 (82%)
Barcelona 1992	11	16	699 (23%)	2300 (77%)	10 (23%)	33 (77%)
Atlanta 1996	15	19	790 (24%)	2462 (76%)	19 (32%)	41 (68%)
Sidney 2000	15	19	988 (26%)	2883 (74%)	11 (17%)	53 (83%)
Atenas 2004	17	19	1149 (31%)	3749 (69%)	22 (22%)	76 (78%)
Pequim 2008	18	20	1366 (35%)	2585 (65%)	55 (29%)	133 (71%)
Londres 2012	18	20	1502 (35%)	2741 (65%)	69 (38%)	113 (62%)
Rio 2016	22	24	1671 (39%)	2657 (61%)	102 (36%)	184 (64%)
Tóquio 2020	22	23	1853 (42%)	2550 (58%)	96 (37%)	164 (63%)
Paris 2024	21	22	2016 (44%)	2551 (56%)	117 (46%)	138 (54%)

Fonte: organizado pelas autoras com base nas informações disponibilizadas nos sites do IPC (IPC, 2024) e do CPB (CPB, 2024).

Entre a primeira e a última edição, houve um crescimento de modalidades e atletas participantes, mas o aumento de atletas mulheres nem sempre foi progressivo. Em alguns anos houve um aumento do percentual de homens em relação à edição anterior e, conseqüentemente diminuição do percentual de mulheres. Isso ocorreu entre Tóquio 1964 e Seul 1988. Em Tóquio 1964 as mulheres eram 27% de atletas, na edição seguinte, Tel Aviv 1968, esse percentual caiu para 25%. Em Heidelberg 1972 o percentual de mulheres subiu para 29%, caindo para 21% na edição seguinte, Toronto 1976. Em seguida, em Arnhem 1980 as mulheres eram 26% de atletas, caindo para 25% em Nova Iorque/Stoke Mandeville 1984 e 22% em Seul 1988. Com exceção a Tel Aviv 1968, isso deu pela inserção de novas modalidades apenas para homens: em Toronto 1976 foi inserido o voleibol; em Nova Iorque/Stoke Mandeville 1984, o ciclismo, futebol PC e halterofilismo; e Seul 1988, o judô. A partir de Seul 1988, houve uma progressão gradativa no crescimento de mulheres e modalidades femininas no evento. A exceção foi Londres 2012 que, mesmo tendo um aumento no número de atletas, o percentual por gênero (65% homens e 35% mulheres) e o número de modalidades (20 masculinas e 18 femininas) foi o mesmo da edição anterior, Pequim 2008.

⁴ Os Jogos de 1984 ocorreram em duas cidades: Stoke Mandeville sediou as competições para atletas em cadeiras de rodas, enquanto Nova Iorque recebeu os demais grupos de deficiência (IPC, 2024).

Os JP de Paris 2024 tiveram o maior percentual de mulheres na história do evento (56% homens e 44% mulheres). Apesar do IPC possuir algumas políticas e ações que buscam o aumento da participação de mulheres nos JP, nem sempre os resultados esperados têm sido alcançados (DEAN et al., 2022, 2023). Além disso, há uma falta de alinhamento entre políticas e ações que podem estar dificultando que algumas metas da instituição sejam atingidas (MARCONDES; SOUZA, 2024).

A primeira participação de mulheres brasileiras em JP ocorreu em Toronto 1976 com duas atletas, 6% da delegação. Na edição seguinte, Arnhem 1980 nenhuma mulher compôs a delegação brasileira. Em Nova Iorque/Stoke Mandeville 1984, a delegação contou com 6 mulheres, 21% da delegação. Foi nesta edição que as primeiras medalhas femininas foram conquistadas. Das 28 medalhas da delegação brasileira naquela edição, 18 (64,3%) foram de mulheres (IPC, 2024). Mesmo com resultados significativos nos Jogos de Nova Iorque/Stoke Mandeville 1984, a participação de mulheres brasileiras no evento foi subindo muito timidamente. Foi apenas em Atlanta 1996 que o percentual de mulheres atingiu 32%, mas caiu drasticamente para 17% em Sidney 2000. Esse percentual só subiu significativamente em Londres 2012, quando as mulheres representaram 38% da delegação.

Em Paris 2024, as mulheres representaram 46% da delegação brasileira (CPB, 2024), atingindo o maior percentual de participação de todos os tempos. Esse percentual ultrapassou inclusive o percentual total de mulheres no evento, que foi de 44%. Os resultados obtidos pelas brasileiras em Tóquio 2020 podem ter influenciado esse aumento de mulheres entre as duas últimas edições, de 37% para 46%. Em Tóquio 2020, as mulheres conquistaram 39% das medalhas e a maior medalhista da delegação brasileira naquela edição foi uma mulher (MARCONDES; SOUZA, no prelo). Apesar do CPB não possuir metas específicas quanto a participação de mulheres em JP, no atual planejamento (válido de 2017 a 2024), a instituição tem como meta o aumento da participação de mulheres no paradesporto (MARCONDES; SOUZA, no prelo). Isso também pode ter influenciado o aumento da participação das atletas brasileiras nos últimos Jogos.

CONSIDERAÇÕES

Embora a busca pelo equilíbrio na oferta de modalidades/provas masculinas e femininas no programa paralímpico venha contribuindo com o aumento da participação de mulheres nos JP, a balança na oferta de modalidades ainda continua desigual (Marcondes; Souza2024). Vale também ressaltar que apesar de os critérios para inserção de novas modalidades serem os mesmos para ambos os gêneros (IPC, [s.d.]), a condição histórica e social desigual entre eles impede que haja equidade de gênero. Para que esta seja alcançada, são necessárias políticas afirmativas, considerando as lógicas de opressão existentes para a participação de mulheres no esporte (Lebel et al., 2021; Marcondes; Souza, 2024).

Ainda que nos últimos anos o IPC venha incentivando a maior participação de atletas mulheres no evento por meio de políticas e metas em seus planejamentos, as suas políticas e ações não têm sido suficientes para promover as condições necessárias para equidade de gênero (Marcondes; Souza, 2024). A criação de políticas que de fato contemplem a realidade das mulheres demanda uma análise e endereçamento dos fatores que as impedem de ocupar espaços no movimento paralímpico, tais como ambientes sexistas, falta de incentivos e de acesso à cargos de gestão e de tomada de decisão. As políticas institucionais precisam endereçar os fatores que dificultam a criação de uma cultura paradesportiva ligada ao esporte paralímpico feminino, como, por exemplo, sua baixa visibilidade midiática. Futuros estudos precisam investigar quais fatores ainda impedem que o evento seja de fato equitativo e o que precisa ser feito para que a equidade de gênero no paradesporto seja alcançada.

REFERÊNCIAS

- CIDADE, R. E. A. **Atletas paraolímpicas: figurações e sociedade contemporânea**. Doutorado—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- CPB. **Comitê Paralímpico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.cpb.org.br/>>.
- CPB. **Jogos Paralímpicos**. Disponível em: <<https://www.cpb.org.br/competicoes/jogosparalimpicos?onmouseover=closeSubMenu%28%29&onfocus=closeSubMenu%28%29>>. Acesso em: 7 maio. 2023.
- FIGUEIREDO, T. H. Gênero e Deficiência: uma análise da cobertura fotográfica dos Jogos Paralímpicos de 2012. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 2, p. 484, 2014.
- GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: Entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, v. 8, n. 1, p. 85–100, 2005.
- GOELLNER, S. V. Histórias das mulheres no esporte: o gênero como categoria analítica. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, v. 15, 2007.
- HAIACHI, M. DE C. et al. Different views of (dis)ability: Sport and its impact on the lives of women athletes with disabilities. **Journal of Physical Education and Sport**, v. 18, n. 1, p. 55–61, 2018.
- HARDIN, M.; HARDIN, B. Performance or Participation...Pluralism or Hegemony? Images of Disability and Gender in Sports 'n Spokes Magazine. **Disability Studies Quarterly**, v. 25, n. 4, p. 1–18, 2005.
- HOUGHTON, E. J.; PIEPER, L. P.; SMITH, M. M. **Women in the Olympic and Paralympic Games: an analysis of participation, leadership and media coverage**. [s.l.] Women's Sports Foundation, 2017.
- HOUGHTON, E. J.; PIEPER, L.; SMITH, M. Women in the 2020 Olympic and Paralympic Games: an analysis of participation, leadership, and media coverage. 2022.
- IOC. **#GenderEqualOlympics: Paris 2024 making history on the field of play**. Disponível em: <<https://olympics.com/ioc/news/genderequalolympics-paris-2024-making-history-on-the-field-of-play>>. Acesso em: 24 set. 2024.
- IPC. **International Paralympic Committee**. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

IPC. **Paralympic Games chapter**. , [s.d.]. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/ipc-handbook>>. Acesso em: 29 jun. 2021

LEBEL, K. et al. Re-thinking Women's Sport Research: Looking in the Mirror and Reflecting Forward. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 3, 11 out. 2021.

MARCONDES, I. M. et al. Gender (In)Equity in the Brazilian Paralympic Committee Coverage of the Paralympic Games. **International Journal of Sport Communication**, v. 1, n. aop, p. 1–12, 5 jun. 2024.

MARCONDES, I. M.; SOUZA, D. L. Gender (in)equity in the Paralympic Movement? Analyzing the institutional policies of the International Paralympic Committee. **Managing Sport and Leisure**, p. 1–17, 24 set. 2024.

MARCONDES, I. M.; SOUZA, D. L. Towards equity? An analysis of the Policies of the Brazilian Paralympic Committee concerning gender issues. **Revue Staps**, no prelo.

ROCHA, C. R. N. DA C. **O consumo simbólico do esporte e o jornalismo feminista: entrecruzamentos discursivos na representação da mulher esportista na imprensa feita por e para mulheres**. [s.l.] Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2020.

LUGARES DE “PARA MEMÓRIAS” DO PARADESPORTO: AS MULHERES NÃO ESTÃO NO MAPA

Janice Zarpellon Mazo

Ester Liberato Pereira

Giandra Anceski Bataglion

Vitória Crivellaro Sanchotene

Aline Galvan Venceslau

Ruth Cidade

O texto trata de apresentar o projeto de pesquisa intitulado Lugares de “Para Memórias” do Paradesporto: as mulheres não estão no mapa, cujo objetivo geral é investigar os lugares ocupados pelas mulheres no paradesporto no Brasil, desde a década de 1950, quando foram identificadas as primeiras associações promotoras no país, até o ano de 2024 devido a representação destacada de mulheres brasileiras, em distintas posições, nos Jogos Paralímpicos em Paris. De forma mais específica, busca-se: a) Inventariar instituições que promovem o paradesporto (projetos sociais, universidades, escolas, clubes, dentre outras associações); b) Identificar personagens do paradesporto no Brasil como professoras(es), treinadoras(es), atletas, fisioterapeutas, médicas(os), psicólogas(os), dentre outras; c) Mapear as posições das mulheres no paradesporto no Brasil; d) Expandir o acervo de História Oral “Para Memórias em Movimento”, com entrevistas e documentários sobre mulheres no paradesporto no Brasil; e) Apresentar informações sobre a presença de mulheres brasileiras em competições locais, estaduais, nacionais e internacionais do paradesporto.

A execução de tais objetivos será guiada pelos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural e História Oral, os quais já são desenvolvidos nos estudos disponibilizados nas mídias sociais* do Observatório do Paradesporto e Esportes Surdos (OPES) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em funcionamento desde o ano de 2016, na época com a denominação de Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos. Tendo em vista o referido marco teórico, ressalta-se que a noção de “lugares de memória” (Nora, 1993) é a categoria teórica central da investigação sobre o fenômeno do paradesporto no Brasil. Na área acadêmica e profissional da Educação Física brasileira, as primeiras ações direcionadas para a concepção de “lugares de memória”, cunhada por Nora (1993) emergiram na década de 1990, em meio a um movimento de renovação historiográfica. Após a revisão de literatura em bancos de dados sobre a aplicação de tal conceito na área da Educação Física constatou-se que a noção “lugares de memória” não é empregada no âmbito do

paradesporto. A partir do levantamento de informações e da disseminação do conhecimento acerca do paradesporto no Brasil, a pesquisa pretende dar visibilidade aos desafios enfrentados pelas mulheres brasileiras no cenário paradesportivo nacional.

Estratégias Metodológicas

O desenvolvimento desta pesquisa contempla a busca por informações em jornais, revistas, regulamentos e boletins de competições, fotografias, vídeos, redes sociais, entre outros materiais, em formato impresso e digital, além da realização de entrevistas de acordo com a metodologia de História Oral. Dada a ampla utilização das mídias digitais por instituições e personagens envolvidas com o paradesporto no Brasil, estes meios se constituem enquanto espaços privilegiados à obtenção de informações como também para a divulgação dos resultados da pesquisa. Os resultados da investigação, num primeiro momento, serão organizados na forma de linha do tempo apresentando acontecimentos de distintos períodos históricos acerca do paradesporto brasileiro. Nesse caminho, serão abarcadas as seguintes categorias *a priori*: instituições promotoras do paradesporto; personagens do paradesporto brasileiro; mulheres nos cenários do paradesporto; mulheres em competições paradesportivas; ações/programas direcionados para a inclusão de mulheres no paradesporto.

Apresentação de Resultados Preliminares

A coleta de informações para a pesquisa começou pelo estado do Rio Grande do Sul, uma vez que o Observatório do Paradesporto e Esportes Surdos (OPES) foi desenvolvido na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Anos depois, outras instituições de ensino superior se tornaram parceiras da pesquisa conduzida pelo OPES: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus/AM e Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), em Montes Claros/MG. Cabe mencionar que a pesquisa não se limitará aos estados citados, pois a intenção é contemplar informações sobre as mulheres em todos os estados brasileiros, tratando de desenhar um mapa paradesportivo nacional. A seguir listamos 19 instituições já analisadas relativas aos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Amazonas.

Rio Grande do Sul

Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS). Fundação: 20/10/1967
Fundadora: Lydia Moschetti.
Esportes: Atletismo; Futsal; Goalball; Judô; Xadrez. Situação: Em atividade.
Localização: Sede social na Avenida Monte Cristo, nº 450. Bairro Vila Nova. Porto Alegre/RS.

Centro Gaúcho de Equoterapia (Centro de Equoterapia Osório). Fundação: 1992
Fundadoras(es): Vera Horne da Cruz, Águeda Marques Mendes, coronéis de cavalaria R1 do Exército Miron, Paulo Rafael e o Sargento Laerte.
Esportes: Hipismo adaptado. Situação: Em atividade.
Localização: Endereço anterior: 3º Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército – Regimento Osório (3ºRCG), na avenida Bento Gonçalves n. 3080. Bairro Partenon. Porto Alegre/RS. End. atual: avenida Antônio Batista n. 769. Bairro Santa Cecília. Viamão/RS.

Centro de Equoterapia de Uruguaiana General Fidélis. Fundação: 21/01/1992
Fundadores(as): Fidélis Chaves da Silveira; Angelo Miguél Ribeiro Pedroso; Luis Antônio Duarte Sodré; Darci Silva; Doralisa Hed Terezinha Fernandes Silva; Carlos Luis Zanela; Monica Cristina de Carvalho Sampaio; Lilian Gonçalves Faisca; Luis Eider Fagundes.
Esportes: Hipismo adaptado. Situação: Em atividade
Localização: Círculo Militar de Uruguaiana, situado na BR 472 km 04. Uruguaiana/RS.
Associação dos Deficientes Físicos do Alto Uruguai (ADAU). Fundação: 23/11/1993
Fundadores(as): Informação não localizada até o momento.
Esportes: Basquete em cadeiras de rodas. Situação: Em atividade.
Localização: Rua Segundo Assoni, n. 401. Bairro Bela Vista. Erechim/RS.

Associação de Deficientes Físicos de Lajeado (ADEFIL). Fundação: 1994
Fundadora: Irmã Maria de Lourdes Longo.
Esportes: Basquete em cadeiras de rodas. Situação: Em atividade.
Localização: Rua Coelho Neto, n. 745. Bairro São Cristovão. Lajeado/RS.

Associação Gaúcha de Equoterapia (AGE/RS). Fundação: 1995
Fundadoras(es): Vera Horne da Cruz, Águeda Marques Mendes, Andréia Antunes, José Torquato Severo.
Esportes: Hipismo adaptado. Situação: Em atividade.
Localização: Avenida Bagé n. 1429, apartamento 203. Bairro Petrópolis. Porto Alegre/RS.

Centro Integrado das Pessoas com Deficiência de Caxias do Sul (CIDEF). Fundação: 1996
--

Fundadores(as): Informação não localizada até o momento.
Esportes: Basquete em cadeiras de rodas; Canoagem; Natação. Situação: Em atividade.
Localização: Rua Francisco Getúlio Vargas, n. 1130, Caxias do Sul/RS.

Centro de Equoterapia Porto Alegre (CEPA). Fundação: 1997
Fundadoras(es): Águeda Marques Mendes, Álvaro Luiz Ortiz, Luciana Laureano Paiva; Lorena Ávila.
Esportes: Hipismo adaptado. Situação: Em atividade.
Localização: Primeiro endereço: Avenida Antônio de Carvalho n. 1.330. Porto Alegre/RS; Endereço Atual: Avenida Orleans, s/n°, 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.
Centro de Equoterapia Cavalo Amigo. Fundação: 2000
Fundadora: Sílvia Scheffer.
Esportes: Hipismo adaptado. Situação: Em atividade.
Localização: nas dependências da Sociedade Hípica Porto Alegrense situada na Avenida Juca Batista n. 4.931. Bairro Belém Novo. Porto Alegre/RS.

Associação dos Servidores da Área de Segurança Portadores de Deficiência (ASASEPODE). Fundação: 2000
Fundadores(as): Informação não localizada até o momento.
Esportes: Esgrima; Tiro Esportivo. Situação: Em atividade
Localização: Avenida Aparício Borges, n. 2053, Bairro Partenon. Porto Alegre/RS.

Clube Gaúcho de Desporto em Cadeira de Rodas (CGDCR). Fundação: 27/03/2002
Fundadoras(es): Luiz Fernando Jardim, Carlos Roberto Oliveira, Ronaldo Germando da Silva, Altemir Luis de Oliveira, Anna Helena Pires Lucas de Oliveira, Joanice Maria Dartora, Vera Rizzo, Carlos Eduardo Vieira de Mello, Sandra Regina Benfatto, Helena Pasa.
Esportes: Atletismo (corrida em cadeira de rodas). Situação: Fechado.
Localização: Rua dos Andradas, n. 1.560, sala 608. Bairro Centro. Porto Alegre/RS.

Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul (LEME). Fundação: 01/11/2002

Fundadores: Luciano José Mallmann, Mauro Klein, Pablo André Flores, Carlos Guilherme Rocha da Silva, Jorge da Fé, Marco Aurélio Wiest, José Caetano Machado, Jorceno Basso.

Esportes: Basquete em cadeira de rodas. Situação: Em atividade.

Localização: Rua Saldanha Marinho, n. 291. Bairro Rio Branco. Novo Hamburgo/RS.

Associação RS Paradesporto (RS PARADESPORTO). Fundação: 01/06/2005

Fundadores(as): Luiz Cláudio Portinho Dias, Jean Paul Bastos de Melo, Nélida Portinho Dias, Marcos Candido de Azevedo, Vera Lucia Aguiar, Paulo Roberto Sanchotene, Ronaldo Germano da Silva, Artur Silveira Rodrigues, Marcelo Garcia Ribeiro.

Esportes: Atletismo; Basquete em cadeira de rodas; Bocha; Natação. Situação: Em atividade

Localização: Rua Andradas, n. 1560, sala 611. Bairro Centro. Porto Alegre/RS.

Centro Ocupacional de Deficientes de Santa Cruz do Sul (CODESC). Fundação: Anos 2010

Fundadores(as): Informação não localizada até o momento.

Esportes: Basquete em cadeira de rodas.

Localização: Rua Coronel Oscar Rafael Jost, n. 1.551. Santa Cruz do Sul/RS. Situação: Em atividade.

Associação Gaúcha de Futsal para Cegos (AGAFUC). Fundação: 27/11/2010

Fundadores(as): Informação não localizada até o momento.

Esportes: Futebol de cinco (futebol de cegos).

Localização: Canoas/RS. Situação: Em atividade.

Associação Esporte+ (ESPORTE+). Fundação: 2015

Fundadoras: Ana Paula Vieira Malanovicz, Aline Vieira Malanovicz, Fernanda Michaelsen Martins.

Esportes: Atletismo; Natação; Tiro com Arco; Voleibol Sentado; Snowboard. Situação: Em atividade.

Localização: Porto Alegre/RS.

Amazonas

Programa de Atividades Motoras para Deficientes (PROAMDE). Fundação: 2000
Fundadora: Kathya Augusta Thomé Lopes.
Esportes: Atividades Motoras; Atividades Aquáticas (Método Halliwick); Bocha; Futsal; Natação.
Localização: Manaus/AM. Situação: Em atividade.

Centro de Referência Paralímpico do Amazonas (CRP-AM). Fundação: 2022
Fundadoras(es): João Otacílio Libardoni dos Santos (Coordenador Geral); Keegan Bezerra Ponce (Coordenador Técnico); Mateus Rossato (Colaborador); Minerva Leopoldina de Castro Amorim (Colaboradora).
Esportes: Atletismo; Bocha; Halterofilismo; Natação; Tênis de Mesa. Situação: Em atividade.
Localização: Manaus/AM.

Minas Gerais

Associação Mineira do Paradesporto (AM Paradesporto). Fundação: outubro de 2017
Fundadoras: Célia Procópio, Lina Vitarelli.
Esportes: Atividades aquáticas, Bocha paralímpica, Futebol de 7 PC, Futebol de 5 (futebol de cegos), Futebol infantil, Iniciação paradesportiva, Rugby em cadeira de rodas, Vôlei sentado. Situação: Em atividade.
Localização: Rua onze de novembro, 22, Alpes CEP: 30451-688. Belo Horizonte/MG.

Considerações

A análise preliminar desta pesquisa revela que, no Rio Grande do Sul, a primeira instituição especializada no atendimento a pessoas com deficiência visual foi fundada em 1960, oferecendo modalidades como atletismo, futsal, goalball, judô e xadrez. Esta instituição pioneira destacou-se nacionalmente por seu papel na inclusão esportiva de pessoas cegas e com baixa visão. Três décadas depois, o hipismo adaptado emergiu como uma modalidade relevante, utilizando o cavalo como um recurso terapêutico e esportivo, alinhando-se ao debate sobre a integração social das pessoas com deficiência.

A década de 1990 marcou o início do desenvolvimento do basquete em cadeira de rodas no estado, seguido por outras práticas como a canoagem e a natação. Essas modalidades surgiram após a introdução do basquete no Brasil, que iniciou em grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. As décadas de

2000 e 2010 testemunharam a expansão de novas instituições e modalidades, como atletismo, bocha, esgrima, tiro esportivo, futebol de cinco, tiro com arco e voleibol sentado. Esse crescimento reflete a evolução e a institucionalização do paradesporto no Brasil, com o estado do Rio Grande do Sul ocupando destaque nacional.

Em Minas Gerais, a década de 2010 trouxe uma significativa ampliação da oferta de modalidades para pessoas com deficiência, refletindo um avanço na inclusão social e na igualdade de oportunidades. No Amazonas, os dados disponíveis indicam que a Universidade Federal do Amazonas começou a desenvolver projetos para pessoas com deficiência a partir da década de 2000, culminando na criação, em 2022, do Centro de Referência Paralímpico do Amazonas (CRP-AM), com foco em iniciação e competição paralímpica. O próximo passo é expandir a pesquisa para o interior do estado e reconhecer as iniciativas em Manaus.

Quanto à antiguidade das associações, observa-se uma clara divisão temporal. Antes do ano 2000, foram fundadas sete associações, representando 33,33% do total, todas as quais estão em atividade. Entre 2000 e 2009, foram fundadas oito associações, correspondendo a 38,10% do total; destas, sete permanecem em atividade, enquanto uma, o Clube Gaúcho de Desporto em Cadeira de Rodas, está fechada. Após o ano 2010, sete associações foram estabelecidas, o que equivale a 33,33% do total, e todas elas continuam em atividade.

Em termos de situação atual, das 22 associações analisadas, 21 estão em atividade, o que representa 95,45% do total, enquanto apenas uma associação, ou seja, 4,55%, está fechada. Esse elevado percentual de associações em funcionamento indica uma robusta continuidade das atividades paradesportivas na região.

A diversidade de modalidades esportivas oferecidas pelas associações também é notável. O atletismo e o basquete em cadeira de rodas são oferecidos por seis associações, representando cada modalidade 27,27% do total. O hipismo adaptado está disponível em cinco associações, o que equivale a 22,73%. A natação e a bocha são oferecidas por três e duas associações, representando respectivamente, 13,64% e 9,09% do total. Outras modalidades incluem canoagem, futebol de cinco (futebol de cegos), futsal, goalball, judô, rugby em cadeira de rodas, snowboard, tiro com arco, voleibol sentado e xadrez, cada uma ofertada por apenas uma associação, sendo 4,55%.

No contexto das associações de paradesporto analisadas, a distribuição dos fundadores por gênero revela uma predominância de homens em comparação com mulheres. Dos fundadores identificados, um total de 15 são mulheres, o que representa 34% do total. Em contraste, 29 fundadores são homens, correspondendo a 64% do total. Além disso, a informação sobre os fundadores não foi localizada em três

associações, o que equivale a 7% do total analisado. Esses dados sublinham uma participação significativa de homens no processo de fundação dessas associações, enquanto as mulheres, embora representando uma parcela menor, também desempenham papéis importantes na construção e no desenvolvimento dessas instituições. A ausência de informações sobre alguns fundadores sugere a necessidade de esforços adicionais para completar a documentação histórica das associações e garantir um entendimento mais abrangente da contribuição de todos os envolvidos.

Por fim, entendemos que a pesquisa deve ser ampliada para outras regiões e cidades brasileiras. Para tanto, consideramos a necessidade de a pesquisa utilizar além da coleta de informações de forma presencial, também empregar estratégias em formato *online*. Pretendemos construir um banco de dados com as informações coletadas, o qual será atualizado constantemente à medida que a pesquisa é ampliada. Ao finalizar o texto, registramos o convite para pessoas interessadas em colaborar com o desenvolvimento da pesquisa, pois reconstituir memórias, preservar e divulgá-las é uma forma de enfrentamento dos preconceitos históricos em relação ao direito à prática esportiva pelas pessoas com deficiência em qualquer lugar.

Referências

ACERGS. Associação de Pessoas Cegas e com Baixa Visão. Disponível em: <https://acergs.org.br/>. Acesso em: 16 maio 2024.

ADAU. Associação dos Deficientes Físicos do Alto Uruguai. Disponível em: <https://adau.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2024.

ADEFIL. Associação de Deficientes Físicos de Lajeado. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/adefillajeado/>. Acesso em: 20 maio 2024.

AGAFUC. Associação Gaúcha de Futsal para Cegos. Disponível em: <http://www.agafuc.com.br/>. Acesso em: 20 maio 2024.

AM Paradesporto. Associação Mineira do Paradesporto. Disponível em: <https://www.amparadesporto.com/>. Acesso em: 21 maio 2024.

ASASEPODE. Associação dos Servidores da Área de Segurança Portadores de Deficiência. Disponível em: <https://www.asasepode.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2024.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ROSA, Maurício. Realidade e ciber mundo: horizontes filosóficos e educacionais antevistos. Canoas, RS: ULBRA, 2010. 136 p.

CIDEF. Centro Integrado das Pessoas com Deficiência de Caxias do Sul. Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/cidef_basketball/. Acesso em: 15 maio 2024.

CODESC. Centro Ocupacional de Deficientes de Santa Cruz do Sul. Disponível em:

<http://smdssantacruz.blogspot.com/p/codesc.html>. Acesso em: 18 maio 2024.

ESPORTE+. Associação Esporte+. Instagram. Disponível em:

<https://www.instagram.com/associacaoesportemais/>. Acesso em: 10 maio 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução por: AUN KHOURY, Yara.

Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v.10, 1993. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 15 maio 2024.

RS PARADESPORTO. Associação RS Paradesporto. Disponível em: <https://www.rsparadesporto.org/>.

Acesso em: 09 maio 2024.

AS BRASILEIRAS NOS JOGOS PARALÍMPICOS DE TÓQUIO 2020

Maria Angélica Rozalen

Bruna Bardella

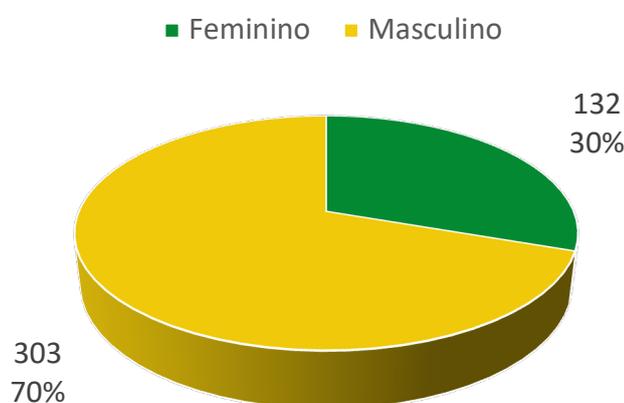
Ruth Cidade

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo nos Jogos Paralímpicos de Tóquio, levando ao adiamento dos jogos de 2020 para 2021, uma decisão sem precedentes na história do evento. Os atletas enfrentaram desafios consideráveis em suas preparações devido ao fechamento de instalações de treinamento, restrições de viagem e medidas de distanciamento social, afetando especialmente aqueles que precisam de apoio específico ou ambientes de treinamento especializados. Para garantir a segurança, os jogos foram realizados sob rigorosos protocolos de saúde, incluindo testes regulares de COVID-19, uso de máscaras e quarentenas. Uma das mudanças mais notáveis foi a realização dos jogos sem a presença de espectadores, o que afetou a atmosfera e o apoio emocional durante as competições. No entanto, atletas e comissão técnica demonstraram resiliência, adaptando-se a novas rotinas e métodos de treinamento em meio à incerteza.

A cobertura digital dos jogos se intensificou, substituindo a ausência de espectadores e criando novas formas de engajar o público. A pandemia também trouxe desafios econômicos, aumentando os custos operacionais e afetando a receita de ingressos e patrocínios.

Nesse contexto a delegação brasileira convocada para os Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020 foi composta por um total de 435 pessoas. Dentre essas, 132 eram mulheres, representando aproximadamente 30,3% do total, e 303 eram homens, correspondendo a 69,7%. A análise revela uma clara predominância masculina na delegação, com as mulheres representando menos de um terço do grupo total.

Composição da Delegação Brasileira



Entre os e as atletas e membros da comissão, segue abaixo os números por modalidade:

A análise dos dados mostra que, na modalidade de **Atletismo**, a seleção é composta por 27 mulheres, representando 25,0% do total da modalidade, enquanto a seleção masculina soma 81, representando 75,0%. A predominância masculina é significativa nesta modalidade, refletindo um desequilíbrio de gênero. Já no **bocha**, uma modalidade caracterizada pela precisão e estratégia, o Brasil contou com 26 pessoas, sendo 10 mulheres (38,5%) e 16 homens (61,5%). Esse equilíbrio reforça a presença feminina significativa em um esporte tradicionalmente acessível para atletas com diferentes tipos de deficiência. A equipe de **canoagem** brasileira foi composta por 12 representantes, com 5 mulheres (41,7%) e 7 homens (58,3%), demonstrando um certo equilíbrio na participação de ambos os sexos, com uma leve predominância masculina.

No **ciclismo**, um esporte que exige alto nível de resistência e velocidade, o Brasil contou com 11 atletas e membros da comissão, dos quais 2 eram mulheres (18,2%) e 9 eram homens (81,8%). Essa distribuição evidencia um predomínio masculino, mas ainda assim com uma presença feminina relevante, considerando os desafios específicos desta modalidade. Na **esgrima**, o Brasil foi representado por um total de 7 membros, dos quais 2 eram mulheres, correspondendo a 28,6% da equipe, e 5 eram homens, representando 71,4%. Essa distribuição evidencia uma presença majoritariamente masculina.

No **goalball feminino**, a equipe brasileira foi composta por 11 pessoas, sendo 6 mulheres (54,5%) e 5 homens (45,5%), com a presença masculina em papéis de apoio e técnicos. No **halterofilismo**, o Brasil contou com 12 atletas e membros da comissão, dos quais 3 eram mulheres (25,0%) e 9 eram homens (75,0%). Essa predominância masculina destaca o desafio de ampliar a presença feminina em uma modalidade que exige grande força física e técnica.

O **hipismo** teve uma representação majoritariamente feminina, com 9 membros da comissão no total, dos quais 6 eram mulheres (66,7%) e 3 eram homens (33,3%). Essa modalidade demonstrou um espaço significativo para as atletas femininas, vale ressaltar que essa modalidade possui uma mulher como coordenadora técnica. O **judô**, conhecido por sua tradição e força no Brasil, contou com 14 atletas e membros da delegação paralímpica, dos quais 4 eram mulheres (28,6%) e 10 eram homens (71,4%).

A **natação**, uma das modalidades mais populares e bem-sucedidas do Brasil em Jogos Paralímpicos, apresentou uma equipe robusta de 56 nadadores e comissão, porém com uma predominância masculina. Desse total, 18 eram mulheres (32,1%) e 38 eram homens (67,9%).

No **remo**, a equipe brasileira foi composta por 14 membros dos quais 4 eram mulheres (28,6%) e 10 eram homens (71,4%). O **taekwondo**, esporte de combate estreante em Jogos Paralímpicos, apresentou uma representação perfeitamente equilibrada do Brasil, com 6 pessoas no total, sendo 3 mulheres (50,0%) e 3 homens (50,0%).

No **tênis de mesa**, o Brasil foi representado por 21 atletas e membros da comissão, dos quais 10 eram mulheres (47,6%) e 11 eram homens (52,4%). O **tênis em cadeira de rodas** teve uma equipe composta por 11 pessoas, dos quais apenas 2 eram mulheres (18,2%) e 9 eram homens (81,8%).

No **tiro com arco**, o Brasil foi representado por 9 membros, dos quais 4 eram mulheres (44,4%) e 5 eram homens (55,6%).

No **triatlo**, uma modalidade conhecida pela sua exigência física e versatilidade, o Brasil teve 7 representantes, dos quais 1 era mulher (14,3%) e 6 eram homens (85,7%). O **vôlei feminino sentado** contou com 16 integrantes na equipe brasileira, sendo 13 mulheres (81,3%) e 3 homens (18,8%) que fazem parte da equipe técnica.

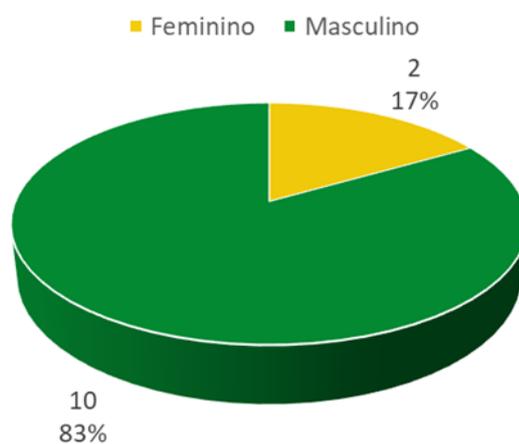
As modalidades a seguir foram representadas somente por homens: o **badminton**, a participação brasileira foi exclusivamente masculina, com 1 atleta e 1 apoio atletas representando 100,0% do total da equipe, indicando uma ausência de representação feminina nessa modalidade durante esses Jogos. O **tiro esportivo** contou com uma equipe exclusivamente masculina, composta por 1 atleta, 1 coordenador técnico e 1 apoio o que representa 100,0% da participação nesta modalidade. A ausência de mulheres nessa modalidade reflete um desafio para promover maior diversidade de gênero em esportes de alta precisão e técnica.

As modalidades a seguir tem a versão feminina e masculina no Programa Paralímpico. O **goalball masculino** teve uma equipe composta por 10 pessoas, com uma esmagadora maioria masculina de 9 representantes (90,0%) e apenas 1 mulher (10,0%) desempenhando funções de fisioterapia na equipe apesar da presença feminina em papéis complementares. O **vôlei masculino sentado**, a equipe brasileira foi formada exclusivamente por 16 homens, representando 100,0% da equipe. E o **futebol de 5**, tradicionalmente ofertada no Programa Paralímpico só para homens contou com uma equipe 16 homens. O esporte, que é uma das maiores forças do Brasil em competições paralímpicas, reflete essa exclusividade de gênero.

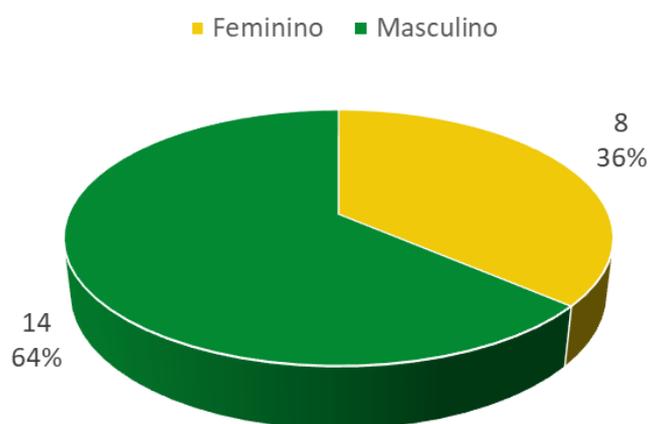
Além dos atletas e membros das modalidades, a delegação brasileira nos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020 contou com equipes de suporte fundamentais, compostas por membros da chefia de missão, equipe administrativa e equipe de saúde, que tiveram uma distribuição de gênero variada.

A análise das **equipes administrativa e de saúde** revela uma clara disparidade de gênero. Na equipe administrativa, composta por 12 membros, apenas 2 são mulheres, representando 16,7% do total, enquanto 10 são homens, correspondendo a 83,3%. Por outro lado, a equipe de saúde, com 22 integrantes, inclui 8 mulheres, o que equivale a 36,4%, e 14 homens, que representam 63,6%.

Composição da Equipe Administrativa



Composição da Equipe de Saúde



CONCLUSÃO

Quando se observa a **composição geral da delegação brasileira** em termos de gênero, verifica-se um claro desequilíbrio. A delegação é predominantemente masculina, com **70%** de seus membros sendo

homens (303 membros) e apenas 30% femininos (132 membros). Esse dado destaca uma significativa disparidade de gênero na participação dos Jogos Paralímpicos de Tóquio.

A baixa participação de mulheres atletas no esporte paralímpico é um fenômeno que reflete um conjunto complexo de fatores socioculturais, econômicos e estruturais. Embora o esporte paralímpico tenha avançado significativamente em termos de visibilidade e inclusão, a disparidade de gênero continua sendo um desafio persistente. Os estereótipos e preconceitos associados ao papel das mulheres na sociedade frequentemente se amplificam no contexto da deficiência, criando uma percepção de que mulheres com deficiência não são tão capazes ou interessadas em esportes de alto desempenho. Além disso, as limitações financeiras e a falta de recursos direcionados a programas específicos para mulheres com deficiência contribuem para essa sub-representação. O mesmo acontecendo quando analisamos os dados das equipes administrativa e de saúde.

Finalmente, embora a presença feminina seja um pouco mais significativa na equipe de saúde, com 36,4% de mulheres, ambas as equipes, administrativa e de saúde, ainda evidenciam uma sub-representação. Essa situação destaca a necessidade de ações que promovam a equidade de gênero em diferentes funções e contextos. Garantir que as mulheres tenham acesso a oportunidades iguais, especialmente em cargos de liderança e decisão, é fundamental. Criar um ambiente inclusivo e equitativo é essencial para que as mulheres possam contribuir plenamente e ser reconhecidas por suas competências. Assim, é necessário um esforço coletivo para incentivar a participação feminina em todas as áreas, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e suas contribuições valorizadas.

REFERÊNCIAS

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. *Relatório de Atividades 2022*. Brasília: CPB, 2023. Disponível em: <https://cpb.org.br/wp-content/uploads/2023/06/de834de7c6b74f208b51d92a57443502.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

“UM JOGO DENTRO DO JOGO”: DISPUTAS DIVERGENTES DE MENINAS E MULHERES COM DEFICIÊNCIAS NOS ESPORTES

Isabella dos Santos Alves

Palavras iniciais

*É sobre a luta das mulheres,
Que eu venho escrever,
“Um jogo dentro do jogo”
Tem muito a dizer.*

*E diz sobre as negociações,
Daquelas com deficiências,
Um jogo, mas muitas competições,
Na busca pela competência.*

*A imprevisibilidade da partida,
Não é só sobre ações,
Tudo depende da perspectiva,
Então proponho uma reflexão.*

*Refleta sobre as mulheres,
Deficiência, gênero e muito mais,
Critique o jogo se puderes,
Discuta as alianças e os rivais.*

*Porque elas vão à luta,
Estão nos jogos e fora deles,
O despertar de várias disputas,
É também de muitos prazeres.*

Poema “Um jogo dentro do jogo”, criado pela autora.

Contextualização

Falar sobre meninas e mulheres com deficiências nos esportes não é tarefa fácil. Primeiro porque falo de um lugar de encontro e desencontro em meio as semelhanças e dessemelhanças que nos unem. Me encontro às mulheres com deficiências quando me coloco como mulher, ao lado daquelas que também “compartilham de uma mesma identificação material e existencial” denominada “mulheres” (Diniz; Gebara, 2022, p. 43). Juntas, compartilhamos do direito ao esporte porque deixamos de ser apenas espectadoras para nos tornarmos as praticantes, atletas, professoras, treinadoras, pesquisadoras, gestoras e o que mais desejarmos ser. Deixamos de atuar como coadjuvantes da nossa história e passamos a ocupar o lugar de protagonistas em uma carreira esportiva escrita por nós, mas para muitos.

O encontro de tantas mulheres no âmbito esportivo só é possível porque outras tantas lutaram para pertencerem e permanecerem em um ambiente criado por homens brancos (Rubio, 2021). Em meio a um cenário binário que valida e propaga estereótipos instituídos como “masculinos” e “femininos”, o esporte se constrói como um ambiente generificado (Goellner, 2021) e que, até os dias atuais, discrimina sistematicamente aqueles que desviam da figura do homem cis hétero branco e sem deficiência (Korsakas et al., 2024).

Ser mulher no esporte, é poder ser muita coisa. E é nessa infinitude de possibilidades que destaco e me distancio das mulheres com deficiência quando não compartilho da deficiência, até este momento de vida. Ainda que a polissemia da deficiência viaje entre doença/incapacidade até ser considerada um subproduto de uma sociedade incapacitante (Diniz 2007), neste capítulo ela será considerada uma experiência única e plural que emerge na heterogeneidade humana (Garland-Thomson, , 2011). É nesse terreno que ela se conecta com outros sistemas de representação (e.g. gênero, classe e raça) e traduz a diversidade humana (Mello; Nuernberg; , 2012; Moodley;; Graham, 2015).

Por isso, entre encontros e desencontros, minha escrita neste capítulo é compromissada com a luta de meninas e mulheres com deficiências nos esportes. Aqui, proponho uma reflexão a partir de perspectivas dos Estudos Feministas da Deficiência (Diniz, 2007; Garland-Thomson, , 2005, 2011; Hall,, 2011) para a noção potente sobre “um jogo dentro do jogo” incorporada por Elisabet Apeldo (2016).

“Um jogo dentro do jogo”

Disputas divergentes em ação

Me deparei com a ideia “um jogo dentro do jogo” no livro *Sport and the female disabled body*, escrito pela Doutora em Sociologia Elisabet Apeldo e publicado em 2016 pela Editora *Routledge*. O livro é uma versão revisada da tese de doutorado da autora, que se remete aos questionamentos sobre as realidades divergentes que meninas e mulheres com deficiências vivenciam nos esportes (Apeldo, , 2016). Se por um lado discursos sexistas e capacitistas apontam essas mulheres como um “desvio” pela vivência em um corpo feminino com deficiência, por outro, a visibilidade do desempenho atlético abre espaço para a consagração da competência na sociedade. As atletas com deficiências são então representadas nesse intervalo, ora são imaginadas com “menos” mulheres (Garlan- Thomson, , 1997) e ora colocadas as heroínas no esporte (Hargreaves, 2013).

A reflexão sobre essa realidade no trabalho de Elisabet Apeldo, emergiu a partir de dez entrevistas semiestruturadas realizadas, principalmente, com jovens mulheres suecas de 15 a 28 anos, praticantes de esportes individuais (e.g. tênis de mesa) e esportes coletivos (e.g. basquetebol em cadeira de rodas). A

noção “um jogo dentro do jogo” aflorou nas páginas 129 e 139 ao refletir as disputas divergentes que vivencia Felícia⁵, uma mulher de 28 anos usuária de cadeira de rodas e única mulher em um time de basquetebol em cadeira de rodas. Apeldo (2016, p. 129, grifo nosso) descreve,

A luta das mulheres contra os homens aparece como **um jogo dentro do jogo**, do qual apenas um dos parceiros tem conhecimento. Felícia argumenta que os homens não esperam nada delas, não a veem como uma adversária perigosa, mas como uma “menininha”, se é que a notam. Ela e as outras jogadoras têm de provar a sua capacidade para os jogadores [homens] e para as pessoas sem deficiência.

Por trás dos desafios inerentes ao esporte, “um jogo dentro do jogo” representa disputas divergentes de meninas e mulheres com deficiências. Negociações “ocultas” contra expectativas e estereótipos atribuídos às mulheres e aos corpos com deficiências fazem parte do “jogo” que as mulheres precisam somar em quadra. Isto ocorre porque discursos, práticas e atributos regulam o gênero “feminino” sob demonstração de beleza, fragilidade e passividade, enquanto incapacidade, vulnerabilidade e dependência lapidam o entendimento sobre o corpo com deficiência (Garland-Thomson, 2005).

Ao entender essas disputas divergentes, percebemos a instabilidade e complexidade que envolve a participação de uma mulher com deficiência em um cenário esportivo conduzido por homens. É neste segmento que Apeldo (2018) avança as discussões apontando estratégias para validação e consolidação no campo esportivo, que vem sendo instituídas. A primeira delas é a aliança com e/ou contra os homens na tentativa de aproximação da capacidade esperada no cenário esportivo. Um exemplo dessa estratégia fica evidente no estudo de Alves (2024), que ao entrevistar uma atleta com deficiência física, recolheu a seguinte narrativa: “*Eu não corria, mas eu tenho muita força nos braços. Eu dava cada bolada nos meninos! Então os meninos queriam brincar comigo porque eu dava bolada pra valer*”⁶ (Alves, 2024, p. 123).

Neste caso em particular, a autora discute que a demonstração de força da menina com deficiência na escola, fazia com que ela fosse aceita e apreciada em quadra. Entretanto, ainda que a estratégia de validação tenha oportunizado a prática para a menina, precisamos nos atentar aos desdobramentos dessa história na sociedade. Isto porque, em um ambiente que “dar bolada” é comum e esperado aos meninos, a violência é valorizada pra eles e ser violenta é desviante para elas. Nesse sentido, Kirakosyan (2021)

⁵ Nome fictício incorporado pela autora.

⁶ Entrevista de Marianna, jogadora parabadminton, realizada no estudo de Alves (2024).

aponta a dificuldades das mulheres para serem validadas em um esporte culturalmente reconhecido como “masculino” por requerer ações que envolvem o combate. No estudo, a entrevistada da autora relata⁷,

Hoje em dia, meu pai aceita. Mas no passado, quando eu estava começando a praticar judô, quando eu pisava no tatame, suava e ficava machucada, ele ficava horrorizado e dizia: "Não é para você; você é uma menina (Kirakosyan, 2021, p. 427, tradução nossa).

Ao avançar os limites da quadra, tatame, pista ou piscina, precisamos compreender a instabilidade da representação da menina e da mulher com deficiência no âmbito do esporte. A ambivalência dessas atletas – ora rejeitadas e ora aceitas – faz com que elas sejam constituídas com “os outros atletas”, aqueles com menor valor (Cidade, 2004). Sabemos que normas binárias no esporte (e.g. esporte feminino *versus* esporte masculino), ou na noção de fenômenos esportivos divergentes (e.g. esporte paralímpico *versus* esporte olímpico) marginalizam um lado da história. É neste terreno que o esporte praticado por meninas e mulheres com deficiências, se enquadra como o local de menor visibilidade em relação aos homens paralímpicos e aos atletas olímpicos (Weiller-Abels; Everbachi; Colombo-Dougovito; , 2021).

Portanto, “Um jogo dentro do jogo” revela lutas que não terminam com o apito final do jogo ou com o golpe decisivo no tatame. Representações limitadas e deturpadas (Marcondes et al., 2024), instabilidade na carreira esportiva (Krahenbuhl RAHENBÜHL et al., 2022), falta de oportunidades em esportes coletivos e para meninas e mulheres com deficiências intelectuais e severas (Santos et al., 2024) e, descrédito pelo desempenho esportivo (Belgo ELGO, 2021) preenchem a realidade dessas atletas. De acordo com a entrevistada de Belgo (2021, p. 136) “Só acreditam quando a gente consegue, né, e quando a gente chega lá no topo da escada, eles ainda dizem que foi pura sorte”⁸.

E elas chegam lá! Já chegaram, estão chegando e chegarão cada vez mais alto. Em meio ao labirinto que envolve as diferentes trajetórias, sabemos que as mulheres com deficiência estão ocupando cada vez mais espaços esportivos e lugares no pódio (Alve, 2024; Santos et. al., 2024). Dessa maneira, finalizo esse texto estimulando as praticantes, professores, pesquisadores, treinadores e gestores, a se atentarem nas disputas divergentes dentro e fora do jogo. A luta contra expectativas e estereótipos é a realidade de muitas meninas e mulheres com deficiências e precisamos estar atentos às estratégias para validação esportiva que vem sendo utilizadas.

⁷ Entrevista de Lucia, atleta de judô paralímpico, realizada no estudo de Kirakosyan (2021).

⁸ Entrevista da participante S6, atleta com deficiência física do atletismo, realizada no estudo de Belgo (2021).

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. **Educação física escolar: relações de gênero em jogo**. Cortez Editora, 2015.
- ALVES, I. S. **A trajetória de mulheres paralímpicas brasileiras a partir dos estudos feministas da deficiência**. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p. 203, 2024.
- APELMO, E. **Sport and the female disabled body**. 1. ed. New York, USA: Routledge, 2016.
- BELGO, K. M. **A trajetória da mulher no paradesporto brasileiro**. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, p. 271, 2021.
- CIDADE, R. E. A. **Atletas paraolímpicas: figurações e sociedade contemporânea**. Tese (doutorado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, p. 259, 2004.
- DINIZ, D. **O que é deficiência**. 1. ed. Tatuapé, São Paulo, Brasil: Brasiliense, 2007.
- DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança Feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
- GARLAND-THOMSON, R. **Extraordinary bodies: Figuring physical disability in American culture and literature**. 1. ed. New York, USA: Columbia University Press, 1997.
- GARLAND-THOMSON, R. Feminist Disability Studies. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 30, n. 2, p. 1557–1587, 2005.
- GARLAND-THOMSON, R. Integrating disability, transforming feminist theory. In: HALL, K. (Ed.). **Feminist Disability Studies**. Indiana: Indiana University Press, 2011. p. 13–47.
- GOELLNER, S. V. Corpos gêneros e sexualidades em defesa do direito das mulheres ao esporte. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, v. 13, p. 99–112, 2021.
- HALL, K. **Feminist Disability Studies**. 1. ed. Indiana: Indiana University Press, 2011.
- HARGREAVES, J. **Heroines of Sport**. 1. ed. London: Routledge, 2013.
- KIRAKOSYAN, L. Challenging Gender and Disability Stereotypes: Narrative Identities of Brazilian Female Paralympians. **Disabilities**, v. 1, p. 420–437, 2021.
- KORSAKAS, P. et al. Sport pedagogy and feminism: what is known and what is missing? Findings from a scoping review. **Physical Education and Sport Pedagogy**, p. 1–17, 2024.
- KRAHENBÜHL, T. et al. A carreira esportiva de mulheres paralímpicas: o caso da seleção brasileira de voleibol sentado. **Movimento**, v. 28, n. e28071, p. 1–17, 2022.
- MARCONDES, I. M. et al. Gender (In)Equity in the Brazilian Paralympic Committee Coverage of the Paralympic Games. **International Journal of Sport Communication**, p. 1–12, 2024.
- MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: Interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 635–655, 2012.
- MOODLEY, J.; GRAHAM, L. The importance of intersectionality in disability and gender studies. **Agenda**, v. 29, n. 2, p. 24–33, 2015.
- RUBIO, K. Uma história de muitas mulheres. In: RUBIO, K. (Ed.). **Mulheres e esporte no Brasil: muitos**

papéis, uma única luta. 1. ed. São Paulo, Brasil: Laços, 2021. p. 11–14.

SANTOS, L. G. T. F. et al. Brazilian Women in Paralympic Sports: Uncovering Historical Milestones in the Summer Paralympic Games. **Adapted Physical Activity Quarterly**, n. April, p. 1–14, 2024.

WEILLER-ABELS, K.; EVERBACH, T.; COLOMBO-DOUGOVITO, A. M. She's a Lady; He's an Athlete; They Have Overcome: Portrayals of Gender and Disability in the 2018 Paralympic Winter Games. **Journal of Sports Media**, v. 16, n. 1, p. 123–148, 2021.

MULHERES ATLETAS NO MOVIMENTO PARALÍMPICO MILITAR

Tércia Ferreira Figueiredo

Ruth Cidade

A origem do esporte paralímpico remonta a iniciativas que surgiram entre os séculos XIX e XX. Um dos primeiros registros de pessoas com deficiência envolvendo em atividades esportivas vem do cronista Charles Dickens, que, em 1861, descreveu a prática regular de jogos de críquete no Hospital Real para Marinheiros de Greenwich. Nesse contexto, os times eram formados por pacientes com amputações de braço competindo contra aqueles com amputações de perna. Esses marinheiros haviam sido feridos em combate durante as Guerras Napoleônicas, que ocorreram entre o final do século XVIII e o início do XIX (Winckler et al., 2022).

Em 1888, surgiram clubes esportivos para pessoas surdas em Berlim, na Alemanha, e em 1918, um grupo de lesionados da 1ª Grande Guerra se reuniu para praticar esportes na Alemanha. Em 1922, foi fundada a Organização Mundial de Esportes para Surdos (CISS), permitindo a realização de competições internacionais conhecidas como Jogos Silenciosos, atualmente denominados WGD - World Games for the Deaf (CIDADE; VARA, 2021).

O cenário do esporte para pessoas com deficiência passou por mudanças significativas após as duas Grandes Guerras Mundiais, quando a reabilitação de indivíduos com lesões na medula espinhal destacou a atividade física como um meio de recuperação e reintegração social. Em 1944, o Hospital de Stoke Mandeville, em Aylesbury, Inglaterra, foi inaugurado sob a direção de Ludwig Guttmann, um médico alemão. O hospital foi criado para tratar lesados medulares da 2ª Grande Guerra.

Os primeiros esportes praticados incluíram arco e flecha, basquete com cadeira de rodas, tênis de mesa e arremesso de dardo, e o primeiro esporte em equipe desenvolvido foi o pólo em cadeira de rodas, posteriormente substituído pelo netball. Em 1948, durante os Jogos Olímpicos de Verão na Inglaterra, Guttmann organizou os Jogos de Stoke Mandeville para paraplégicos, que passaram a ocorrer anualmente. Em 1952, atletas da Holanda foram convidados a participar, e os jogos passaram a ser conhecidos como Jogos Internacionais de Stoke Mandeville, resultando na formação da Federação Internacional de Stoke Mandeville. A consolidação do movimento culminou em 1960, com a realização dos primeiros Jogos Paraolímpicos em Roma. Desde então, o movimento se expandiu para incluir atletas com diferentes tipos de deficiências, incluindo físicas, visuais e intelectuais.

O termo "paraolimpíadas" foi popularizado pela atleta paraplégica **Alice Hunter**, que descreveu sua experiência no esporte em um artigo. Em 1984, o Comitê Olímpico Internacional (COI) reconheceu

oficialmente o termo "Paralympics", que se tornou a designação padrão para esses jogos, consolidando o status do esporte paralímpico em nível internacional (Cidade; Vara, 2021).

No Brasil, o Movimento Militar Paralímpico teve início em 2011, sob a iniciativa do Ministério da Defesa, que visava viabilizar um projeto para o Departamento de Desporto Militar. O objetivo principal era resgatar a autoestima de militares das Forças Armadas que se tornaram deficientes devido a acidentes em serviço. O projeto foi oficialmente lançado em 30 de abril de 2015, com a coordenação dos Ministérios da Defesa e do Esporte, promovendo atividades esportivas duas vezes por semana para esses militares.

Dando continuidade, o Exército, através da Portaria 475- Cmt Ex- 16MAIO16, criou o Projeto João do Pulo, com o objetivo de implantar núcleos de atividades paradesportivas para militares que adquiriram lesão sensorial ou motora. O primeiro núcleo ocorreu no Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx) em 1º de agosto de 2017 este núcleo é ainda existe, agora não somente para militares, para civis com deficiência. E em 2022, iniciou na Marinha e Aeronáutica, com um objetivo maior, criando os núcleos para Alto rendimento, apoiando a decisão do CISM para as futuras competições dos Jogos Mundiais Militares, por decisão internacional, a pontuação final dos jogos, seriam com militares com e sem deficiência. As modalidades que iniciaram o projeto são: Tiro com Ar Comprimido; Tiro com o Arco, e Vôlei Sentado.

Em 2018, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) lançou o Programa Militar Paralímpico (PMP), com foco no desenvolvimento do esporte paralímpico para militares das Forças Armadas e de segurança pública com deficiência. Desde então, o Movimento Militar Paralímpico começou a ganhar destaque e crescimento, refletindo-se em eventos regulares e iniciativas que demonstram sua eficácia no desenvolvimento do paradesporto militar no Brasil (Batista et al., 2023).

A seguir os principais eventos ocorridos de 2018 a 2023 em ordem cronológica:

- **Dezembro de 2018:** 1º Camping Militar Paralímpico em São Paulo - SP, com 32 participantes, visando apresentar modalidades paralímpicas.
- **Fevereiro de 2019:** 1º Festival Militar Paralímpico em Blumenau - SC, reunindo 150 participantes, buscando aproximar o esporte da população militar.
- **Mai de 2019:** 2º Camping Militar Paralímpico em São Paulo - SP, com 29 participantes.
- **Novembro de 2019:** 3º Camping Militar Paralímpico em São Paulo - SP, com 19 participantes.
- **Junho de 2019:** 2º Festival Militar Paralímpico em Lagoa Santa - MG, com 120 participantes.
- **Outubro de 2019:** 3º Festival Militar Paralímpico em Curitiba - PR, com 120 participantes.
- **Março de 2020:** 1ª Semana de Desenvolvimento Militar Paralímpico no Rio de Janeiro - RJ, com 12 participantes, focando no desenvolvimento técnico-esportivo.

- Dezembro **de 2021**: 4º Camping Militar Paralímpico no Rio de Janeiro - RJ, com 27 participantes, apresentando o Movimento Paralímpico como ferramenta de melhoria da qualidade de vida.
- Outubro **de 2022**: 1ª Paralimpíada Militar Brasileira em João Pessoa - PB, com 103 participantes, promovendo o esporte como forma de aprimorar a qualidade de vida.
- Julho **de 2022**: 5º Camping Militar Paralímpico em Campinas - SP, com 46 participantes, buscando desenvolver e capacitar atletas nas modalidades de Tiro com Arco e Tiro Esportivo.
- Dezembro **de 2022**: 6º Camping Militar Paralímpico em Fortaleza - CE, com 57 participantes.
- Março **de 2023**: 7º Camping Militar Paralímpico em São Paulo - SP, com 65 participantes, reforçando a promoção do Movimento Paralímpico.
- Maio **de 2023**: 2ª Paralimpíada Militar Brasileira (1ª Regional) em São Paulo - SP, com 44 participantes, estimulando a prática esportiva entre militares e agentes de segurança com deficiência.
- Junho **de 2023**: 2ª Paralimpíada Militar Brasileira (2ª Regional) em Goiânia - GO, com 19 participantes.
- Julho **de 2023**: 2ª Paralimpíada Militar Brasileira (3ª Regional) em João Pessoa - PB, com 40 participantes.
- Outubro **de 2023**: 3ª Paralimpíada Militar Brasileira (Etapa Nacional) em São Paulo - SP, com 51 participantes.
- O total de participantes militares entre 2018 e 2023 foi de 934.

A presença das mulheres nas Forças Armadas brasileiras começou a se consolidar a partir da década de 1980, quando as primeiras militares ingressaram na Marinha. Desde então, elas vêm ganhando espaço nas três forças, enfrentando desafios significativos. A integração das mulheres nas Forças Armadas reflete um processo gradual, com diferenças nas percepções sobre seu papel nas diversas forças.

Atualmente, as Forças Armadas brasileiras contam com aproximadamente 37 mil mulheres, o que representa cerca de 10% do total de efetivos. Esse número inclui integrantes das três forças: Exército, Marinha e Aeronáutica em diversas áreas, principalmente nas funções de saúde, ensino e logística (IGARAPÉ, 2024).

O Programa Militar Paralímpico (PMP) do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) conta atualmente com **340 militares cadastrados**, dos quais **20 são mulheres**, o que representa aproximadamente **5,88%** do total. As modalidades ofertadas no período foram tiro com arco, golbol, atletismo e tiro esportivo. Atualmente o Programa desenvolve apenas duas modalidades: tiro com arco e tiro esportivo.



Foto do arquivo pessoal

A foto acima mostra Tércia Ferreira Figueiredo com participantes e dirigentes do 1º Camping Militar em dezembro de 2018. “O encontro entre vários militares das forças armadas e forças auxiliares foi um momento único de inclusão, interação, companheirismo, parceria entre outros sentimentos indescritíveis” (Tércia, 2024).



Tércia Ferreira Figueiredo em seu 1º contato com a modalidade, sendo apresentado no 1º Camping Militar- CPB 2018.

Foto arquivo pessoal.

Com a recente Portaria GM-MD Nº 4672, de 18 de setembro de 2023, que regula a participação de militares reformados das Forças Armadas no paradesporto nacional e internacional, foi garantida a segurança jurídica necessária para que esses atletas recebam diárias e passagens, extensivas ao acompanhante, para competições de interesse.

Esse avanço culminou, em fevereiro de 2024, na convocação da Tenente EB Tércia Ferreira Figueiredo, a primeira mulher militar na história do paradesporto, para o CISM World Military Archery Champion Bangladesh 2024.

Assim, ela se tornou a **primeira paratleta militar** a representar o Brasil em um Campeonato Mundial Militar. Tércia competiu na modalidade de Tiro com Arco e fez história ao conquistar o título de **Campeã Mundial Militar**.

Tércia é Tenente reformada do Exército, professora de educação física licenciatura plena pela UNIFOR, pós-graduada em treinamento desportivo e educação pela UFES e mestre em Educação e Gestão Desportiva pela Universidade Americana. Atualmente é diretora técnica da Federação de Triatlon do Estado do Ceará e coordenadora de projetos sociais. Paratleta da seleção brasileira de tiro com arco e tiro esportivo. Iniciou no Movimento Paralímpico Militar em dezembro de 2018, quando foi convidada a participar do 1º Camping Militar Paralímpico, que aconteceu em São Paulo no Centro de Treinamento do Comitê Paralímpico Brasileiro, onde foram apresentadas várias modalidades e vivências do militarismo de uma forma adaptada.



Tenente EB Tércia- Mundial de Tiro com Arco

Foto do arquivo pessoal

Em março de 2024, ocorreu o 1º CISM World Military Para Athletics Championship em Jesolo, Itália, onde mais uma representante feminina se destacou: a 2ª Sargento da Força Aérea Brasileira, Márcia Carvalho Ribeiro. Ela conquistou **três medalhas de prata nas modalidades de arremesso de peso, arremesso de dardo e arremesso de disco**, evidenciando a força e o potencial do paradesporto militar feminino.



2º Sgt FAB Marcia- Mundial de Atletismo.

Foto do arquivo pessoal

REFERÊNCIAS

BATISTA, Francisco Lauriano; NICOLETTI, Lucas Portilho; CARDOSO, Vinicius Denardin. O movimento militar paralímpico no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Atividades Motora Adaptada**, Marília, v. 24, n. 2, p. 248-265, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/15223> Acesso em: 19/10/24

BRASIL. "Lugar da mulher é onde ela quiser", reitera Lula em cerimônia dos 25 anos do Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/08/201clugar-da-mulher-e-onde-ela-quiser201d-reitera-lula-em-cerimonia-dos-25-anos-do-ministerio-da-defesa>. Acesso em: 21 out. 2024.

CIDADE, R.; VARA, M. F. F. **Educação Física Adaptada**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021.

IGARAPÉ INSTITUTE. Mulheres nas Forças Armadas. Disponível em: <https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/>. Acesso em: 21 out. 2024.

WINCKLER, C. **Definindo o Paradesporto** / Ciro Winckler... [et al.]. Santos: Paradesporto Brasil + Acessível, 2022. 12 p.

MÍDIA E ESTUDOS FEMINISTAS DA DEFICIÊNCIA: UM ENSAIO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DAS ATLETAS PARALÍMPICAS BRASILEIRAS NOS JOGOS DE PARIS

Ruth Cidade

Em 2023, iniciei o curso "Estudos Feministas da Deficiência e Luta Anticapacitista" oferecido pelo Núcleo de Estudos em Deficiência (NED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O objetivo ao ingressar nesse curso foi expandir meu conhecimento sobre os Estudos Feministas e aprofundar minha compreensão crítica das opressões estruturais que moldam as experiências de mulheres com deficiência. Este percurso acadêmico me proporcionou não apenas o acesso a ideias inovadoras, mas também a oportunidade de ouvir novas reflexões e acompanhar os avanços nos estudos feministas voltados à luta anticapacitista.

Inspirada pelas discussões desse grupo e motivada pelo artigo "Estudos Feministas da Deficiência e suas Aproximações com a Cobertura Midiática dos Jogos Paralímpicos Tóquio 2020" (Hilgemberg, , 2022), identifiquei um caminho interessante para abordarmos e especularmos alguns achados na mídia UOL online durante os Jogos Paralímpicos de Paris.

Sendo assim, este ensaio surge como uma possibilidade de articular os conceitos de interseccionalidade e capacitismo considerando o discurso da mídia sobre a participação das atletas paralímpicas brasileiras durante os Jogos Paralímpicos de Paris realizado entre 28 de agosto e 08 de setembro.

Tenho ciência que o tema é complexo e cheio de nuances, a ideia aqui é trazer insights e provocações que possam instigar pesquisas nesse imbricado contexto. Vamos então começar explorando os conceitos de interseccionalidade e capacitismo a luz dos Estudos Feministas da Deficiência, num segundo momento como se articulam com o discurso da mídia e então traremos alguns dados coletados automaticamente de notícias da UOL online para então identificarmos o discurso da mídia presente nos títulos das notícias.

O **Capacitismo** é um sistema de discriminação e opressão baseado na percepção de que as pessoas sem deficiência são superiores às pessoas com deficiência. Trata-se de um conjunto de práticas, atitudes e normas culturais que marginalizam, subjagam ou excluem pessoas com deficiências. O capacitismo é, assim, uma forma de preconceito que se manifesta em diversas esferas sociais, incluindo educação, trabalho, acessibilidade física e digital, mídia e saúde. É uma forma de opressão profundamente enraizada em normas sociais, culturais e políticas que privilegiam corpos e mentes "normativos". A crítica ao

capacitismo nos Estudos da Deficiência envolve tanto a desconstrução dessas normas quanto a luta pela inclusão plena de pessoas com deficiência, promovendo acessibilidade física, comunicacional e atitudinal. Desse modo, a compreensão do capacitismo exige uma abordagem interseccional e estrutural, que reconheça a multiplicidade de experiências e desigualdades vividas pelas pessoas com deficiência.

Os Estudos Feministas da deficiência oferecem uma contribuição significativa para a análise do esporte para atletas paralímpicas ao introduzir uma perspectiva crítica sobre as dinâmicas de gênero, poder e representação no esporte paralímpico. Essa abordagem ajuda a compreender as camadas de adversidades enfrentadas por mulheres com deficiência no contexto paradesportivo, promovendo uma compreensão mais profunda das desigualdades e propondo caminhos para a equidade (Souza; ; Cidade , 2023).

Interseccionalidade nos Estudos Feministas da Deficiência

A interseccionalidade surgiu como uma crítica ao feminismo tradicional, frequentemente denominado “feminismo branco”, que não levava em consideração as experiências de mulheres negras, pobres ou pertencentes a outros grupos marginalizados. Feministas negras como Kimberlé Crenshaw e Carla Akotirene argumentaram que as experiências de opressão não podem ser entendidas simplesmente como a soma de várias formas de discriminação, mas sim como uma teia complexa onde esses sistemas se reforçam mutuamente. A **interseccionalidade** nos ajuda a pensar as questões das mulheres com deficiência ao proporcionar uma ferramenta analítica que permite compreender como múltiplas formas de opressão — como o sexismo, o capacitismo, o racismo e o classismo — se sobrepõem e interagem para criar experiências únicas de marginalização. A interseccionalidade oferece uma maneira de abordar as experiências das mulheres com deficiência de maneira mais completa, ao reconhecer que elas não enfrentam apenas uma forma de opressão, mas sim um conjunto de barreiras sociais e culturais que se entrelaçam (GESSER et al., 2024).

A partir dessa perspectiva, é possível entender que as mulheres com deficiência não são apenas oprimidas por sua condição física, mas também por serem mulheres em uma sociedade patriarcal, podendo ainda enfrentar discriminação racial, de classe e outros marcadores sociais. Essa análise interseccional permite destacar como as políticas públicas, a representação na mídia e os movimentos sociais precisam considerar essas múltiplas dimensões de identidade para promover uma inclusão mais efetiva e justa (LUIZ; COSTA, 2020). As questões de gênero, deficiência, raça, classe e outros marcadores sociais se cruzam e moldam as experiências dessas atletas de alto rendimento do sistema paralímpico.

Os Estudos Feministas da Deficiência também contribuem para a análise crítica da **representação midiática das atletas paralímpicas**. A mídia frequentemente retrata essas mulheres de forma

estereotipada, destacando narrativas de superação ou vitimização, em vez de focar em suas habilidades esportivas e conquistas. Essa representação reforça uma visão limitada das mulheres com deficiência e contribui para sua invisibilidade.

Historicamente, o esporte moderno tem sido um campo dominado por ideais masculinos, criado por homens e para homens, onde força, agressividade e competitividade são características frequentemente associadas aos homens, enquanto fragilidade e emoção são atribuídas às mulheres. No contexto paralímpico, essas dinâmicas tornam-se ainda mais complexas, pois as mulheres atletas com deficiência desafiam estruturas de poder, entre elas, o patriarcado e o capacitismo. O patriarcado refere-se a um sistema social e político no qual os homens, especialmente os homens cisgêneros, detêm o controle e o poder nas instituições e nas relações interpessoais, enquanto as mulheres e outras identidades de gênero são subordinadas. Esse sistema estabelece normas que legitimam e perpetuam a dominação masculina e a marginalização de outros grupos, sendo sustentado por práticas culturais, leis, instituições e valores que reforçam essa desigualdade.

Quanto ao capacitismo, esse pode ser entendido como uma estrutura de poder porque vai além da discriminação individual contra pessoas com deficiência, abrangendo um sistema social, político e cultural que privilegia corpos e mentes considerados "normais" e marginaliza aqueles que não se encaixam nesses padrões. Assim como o patriarcado, o capacitismo se manifesta em várias esferas da vida das mulheres atletas com deficiência e estabelece hierarquias que estruturam a exclusão, a opressão e a desigualdade. Ao competir em uma arena historicamente reservada a corpos "normativos" e masculinos, essas atletas contestam as normas de gênero e corporais vigentes, desafiando as expectativas tradicionais sobre o que significa ser mulher e pessoa com deficiência no esporte, além de outros marcadores que possam estar envolvidos. Dessa forma, elas transformam a percepção da capacidade física e do desempenho esportivo, questionando os estereótipos de gênero e deficiência reforçados pela mídia.

Para este texto selecionamos as notícias UOL online entre os dias 28/08/24 a 08/09/24. A coleta de dados foi realizada por meio de uma ferramenta automatizada de agregação de notícias esportivas, desenvolvida utilizando Google Apps Script. Essa ferramenta, aqui denominada de *Observatório de Mídia Paradesportiva (OMP)* foi projetada especificamente para otimizar o processo de coleta de dados a partir de uma lista curada de feeds de fontes confiáveis de notícias esportivas. Operando no ambiente de nuvem do Google, o *Sistema OMP* se beneficia das vantagens de segurança, confiabilidade e flexibilidade oferecidas pela plataforma, tornando-se uma solução robusta e eficaz para a coleta de dados esportivos. A UOL é uma das empresas pioneiras da internet no Brasil, o UOL (Universo Online) surgiu em 1996 como o primeiro portal de conteúdo no país.

UOL online sobre os Jogos Paralímpicos revela importantes tendências no que diz respeito à visibilidade dos Jogos Paralímpicos e atletas. No total, foram publicadas 1.428 notícias no período de 28/08 a 08/09/24. A análise das 1.428 notícias revelou que 243, ou 17,02%, estavam relacionadas aos Jogos Paralímpicos. Dentro desse grupo de notícias, a cobertura da mídia mostrou uma distribuição desigual entre os gêneros. As atletas paralímpicas mulheres foram mencionadas em 84 notícias, representando 34,57% das notícias relacionadas aos Jogos Paralímpicos. Por outro lado, os atletas paralímpicos homens foram citados em 129 matérias, correspondendo a 53,09% do total de notícias sobre os Jogos. Esses dados indicam uma disparidade na cobertura da mídia, com uma predominância de menções aos atletas homens em relação às mulheres no contexto paralímpico. Quanto aos dados gerais, destacamos a falta de interesse da mídia por eventos paralímpicos, refletindo uma tímida proporção em relação a cobertura geral.

Quanto aos termos mais usados nas notícias que mencionam as mulheres atletas destacamos: “superação”, “determinação”, “luta”, “vencedora”, “coragem”, “desafio”, “inspiradora” e “força”. Destas chamamos a atenção para as palavras mais recorrentes nas notícias, são elas: “superação” e “determinação”.

O uso das palavras "**superação**" e "**determinação**" nas notícias coletadas sobre atletas paralímpicas revela uma dualidade de significados que pode ter impactos tanto positivos quanto negativos na forma como essas atletas são vistas e representadas pela mídia. Trata-se de um fenômeno discursivo em que os significados atribuídos a essas palavras podem alterar ou perpetuar a percepção do público em relação às capacidades das atletas, dependendo de como são contextualizadas.

O impacto torna-se negativo e, portanto, capacitista quando o foco está na deficiência: ao utilizar termos como "superação" e "determinação" para enfatizar a luta contra a deficiência ou as adversidades pessoais, a narrativa desvia a atenção das conquistas atléticas para os desafios de saúde ou limitações físicas enfrentados por essas mulheres. Isso pode, inadvertidamente, transformar a deficiência em um adjetivo central, reforçando a ideia de que o principal feito dessas atletas não é vencer competições, mas sim "superar" sua condição física e deficiência.

“Superação” como distorção: Nesse contexto, a palavra "superação" corre o risco de transformar a atleta em um símbolo de resistência à deficiência, subestimando seu desempenho esportivo, o que é capacitismo. Ela passa a ser admirada mais pela capacidade de "superar" sua limitação do que pelo domínio técnico ou talento em sua modalidade esportiva. Isso reflete uma perspectiva que reforça a excepcionalidade da atleta apenas por sua participação, o que obscurece o fato de que essas mulheres são atletas de elite do esporte paralímpico de alto rendimento.

“Determinação” como ênfase da luta contra a deficiência: Da mesma forma, "determinação" pode reforçar a ideia de que o esporte paralímpico é sempre uma batalha contra o corpo. Ao colocar ênfase na luta pessoal contra as dificuldades da deficiência, o discurso capacitista pode desviar a atenção da jornada que levou essas atletas ao sucesso, como as horas os anos de treinamento.

Outras palavras que podem aparecer neste contexto como capacitistas. São elas, *exemplaridade*: destaca como elas são vistas como exemplos a serem seguidos, em vez de atletas competindo por suas habilidades. *Idealização*: sugere que as atletas são colocadas em um pedestal, tornando-as símbolos idealizados, o que obscurece seu verdadeiro desempenho esportivo. *Sacrifício*: reforça a ideia de que suas conquistas são vistas apenas através de uma lente de luta e esforço extremo. *Mitificação*: indica como as atletas são transformadas em figuras quase mitológicas, desumanizando-as ao focar na superação em vez do talento esportivo e *romantização*: sugere uma representação sentimental e exagerada da deficiência, em vez de focar nas habilidades e desempenho atlético.

O impacto torna-se positivo quando o está foco no desempenho atlético. Por outro lado, essas mesmas palavras, quando associadas ao desempenho atlético, podem ser extremamente positivas e ajudar a valorizar o talento e a competência dessas mulheres atletas no esporte de alto rendimento. Quando "superação" e "determinação" são aplicadas para descrever a habilidade de conquistar vitórias em competições acirradas, estabelecer novos recordes ou desafiar adversárias, elas reforçam a ideia de que essas atletas são reconhecidas por sua capacidade de competir no campo do esporte paralímpico com outras atletas de elite.

“Superação” como excelência atlética: se a palavra "superação" é usada para descrever a capacidade de uma atleta em superar desafios esportivos – como vencer competições, alcançar recordes ou melhorar suas marcas pessoais – ela passa a ter uma conotação mais alinhada ao reconhecimento das habilidades atléticas. Nesse caso, a superação não é de uma condição física, mas sim a maneira que qualquer atleta enfrenta em busca da excelência nas arenas de disputas.

“Determinação” como força competitiva: "determinação", nesse sentido positivo, pode ser vista como um atributo essencial de qualquer atleta de sucesso. Atletas paralímpicas, assim como atletas do esporte convencional sem deficiência, devem demonstrar disciplina, foco em seus treinos e competições. Aqui, a "determinação" não se refere a uma batalha contra a deficiência, mas sim ao esforço dedicado ao esporte, à persistência em melhorar e de competir no rendimento de alto nível.

Outras palavras que podem aparecer neste contexto e que reforçam o sucesso, a habilidades e performance atlética. São elas, *perseverança*: Enfatiza a capacidade de continuar a buscar o sucesso, independentemente dos desafios encontrados, destacando sua força mental e compromisso com o esporte.

Tenacidade: Refere-se à persistência firme e corajosa diante de obstáculos, focando na força de caráter das atletas. **Competência:** Valoriza a habilidade e o talento técnico das atletas, reconhecendo-as como profissionais de alta performance. **Foco:** Refere-se à concentração e dedicação das atletas para atingir seus objetivos, sublinhando sua mentalidade esportiva. **Autossuperação:** Refere-se ao esforço das atletas em melhorar suas próprias marcas, indicando um progresso contínuo e pessoal.

Considerações

Este fenômeno discursivo trata-se de como as **narrativas midiáticas moldam as percepções** sobre as atletas paralímpicas. A escolha das palavras e o contexto em que elas são usadas afetam diretamente a maneira como essas atletas são vistas pelo público.

Considerando os objetivos delineados neste ensaio, que buscou articular os conceitos de interseccionalidade e capacitismo no contexto das atletas paralímpicas brasileiras e sua representação midiática durante os Jogos Paralímpicos de Paris, chegamos a algumas reflexões importantes. A análise crítica do discurso da mídia, especialmente nas manchetes do UOL online, revelou como os estereótipos sobre deficiência e gênero ainda permeiam as narrativas sobre essas atletas, muitas vezes deslocando o foco de suas conquistas esportivas para uma visão reducionista de "superação" ou "determinação".

Ao explorar esses conceitos à luz dos Estudos Feministas da Deficiência, evidenciamos que as mulheres com deficiência enfrentam camadas de marginalização, agravadas pela forma como a mídia constrói suas representações. Em vez de destacar suas habilidades e excelência atlética, o discurso midiático tende a reforçar narrativas capacitistas, transformando as atletas em símbolos de heroísmo ou luta pessoal, o que desvia a atenção da performance atlética.

Este ensaio, portanto, não tem a pretensão de esgotar o tema, mas busca lançar luz nessas dinâmicas complexas e estimular novas pesquisas acadêmicas. A intersecção entre os Estudos Feministas da Deficiência – abordando questões como interseccionalidade e capacitismo – e a mídia é densa e multifacetada, exigindo uma análise contínua. Repensar as formas de representação das mulheres com deficiência no esporte paralímpico e em outros contextos é fundamental para promover uma abordagem mais justa e equitativa, que valorize a diversidade e combata as desigualdades persistentes.

REFERENCIAS

- LUIZ, Karla Garcia; COSTA, Laureane M. de Lima.** Feminismo e deficiência: um caminho em construção. In: CONSTANTINO, Carolini; LUIZ, Karla Garcia; COSTA, Laureane Marília de Lima; SILVEIRA, Thaís Becker Henriques; BERNARDES, Vitória (orgs.). *Mulheres com deficiência: garantia de direitos para exercício da cidadania*. Brasília: Coletivo Feminista Helen Keller, 2020. p. 36-39.
- GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de.** Estudos da deficiência: interseccionalidade, antipacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (orgs.). *Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social*. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-36.
- HILGEMBERG, Tatiane.** Estudos Feministas da Deficiência e suas Aproximações com a Cobertura Midiática dos Jogos Paralímpicos Tóquio 2020. *Cambiassu*, v. 17, n. 30, p. 255-271, jul./dez. 2022.
- GESSER, Marivete; COSTA, Laureane Marília de Lima; LUIZ, Karla Garcia.** O encontro com os estudos feministas da deficiência e a produção de narrativas insurgentes. *Revista Psicologia Política*, v. 24, e24515, 2024.
- SOUZA, Doralice Lange de; CIDADE, Ruth Eugênia Amarante.** Explorando diferentes faces do capacitismo e da luta antipacitista: considerações sobre alguns discursos midiáticos relacionados com os Jogos Paralímpicos. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, Marília, v. 24, n. 1, p. 143-164, jan./jun. 2023.

Rugby em Cadeira de Rodas: Um Esporte Verdadeiramente Misto?

O rugby em cadeira de rodas, conhecido como "murderball", foi desenvolvido no Canadá na década de 1970 e fez sua estreia nos Jogos Paralímpicos em 2000 (Lindemann & Cherney, 2008). Governado pela International Wheelchair Rugby Federation, o esporte combina elementos de rugby, basquete e handebol. Embora tenha sido apresentado como um evento misto desde o início, a participação feminina foi limitada, com apenas três mulheres competindo na Paralimpíada de 2008 (Dean et al., 2023). Nesses Jogos, três mulheres competiram ao lado de 85 homens. Nos Jogos seguintes, houve uma ligeira queda, com apenas duas mulheres competindo nos Jogos de Londres (2/90), do Rio (2/96), e de Tóquio (4/96) (Dean et al., 2023). Sendo Kylie Grime a primeira jogadora a ganhar a medalha de ouro nas Paraolimpíadas de Tóquio 2020. Agora, na edição de Paris 2024, houve a participação de oito mulheres entre os 88 atletas (IPC, 2024).

A inclusão feminina foi impulsionada por uma regra que permite a dedução de 0,5 pontos da classificação de atletas femininas, o que tem ajudado a aumentar sua participação, mas também gerado estratégias táticas baseadas nessa regra (Canadian Paralympic Committee, 2023). No entanto, desafios como a cultura predominantemente masculina do esporte e o perfil demográfico dos atletas, que tende a ser majoritariamente masculino devido aos tipos de deficiência elegíveis, continuam a limitar a presença feminina (Mkumbuzi, 2024). Para melhorar a inclusão, há propostas para criar eventos e desenvolvimento exclusivamente femininos, como clínicas e campeonatos dedicados, além de aumentar a representação feminina em cargos de liderança, como treinadoras e árbitras. Essas medidas visam promover a visibilidade e a equidade no rugby em cadeira de rodas, além de criar mais modelos femininos e inspirar novas atletas (Gaspar et al., 2019; Madden et al., 2018).

Inclusividade no Rugby em Cadeira de Rodas

O rugby em cadeira de rodas se destaca como um dos poucos esportes paralímpicos que permite a participação mista, oferecendo às mulheres com deficiência a oportunidade de competir ao lado de homens (Corrigan & Misener, 2023). Esta modalidade tem sido importante para a inclusão de atletas femininas, abrindo espaço para que mulheres com diferentes níveis de deficiência possam demonstrar suas capacidades físicas e competir em condições de igualdade com homens. No entanto, essa inclusão vai além do simples ato de competir; ela envolve uma série de desafios que as atletas enfrentam em um ambiente predominantemente masculino, onde as normas sociais sobre gênero ainda influenciam fortemente a percepção e a experiência de mulheres nesse esporte (Lefebvre et al., 2021). Lindemann e Cherney (2008) discutem como a masculinidade e a deficiência são comunicadas através do rugby em cadeira de rodas, revelando como essas dinâmicas de

gênero e identidade afetam a experiência das atletas e o reconhecimento de suas habilidades e contribuições no esporte.

A inclusão de mulheres no rugby em cadeira de rodas oferece benefícios tanto físicos quanto psicológicos, contribuindo significativamente para o bem-estar dessas atletas. A prática do esporte possibilita a manutenção de habilidades neuromusculares, além de proporcionar uma melhoria notável no bem-estar psicológico e social (Gaspar et al., 2019; Madden et al., 2018). Para muitas mulheres com lesão medular cervical, participar de um esporte competitivo como o rugby em cadeira de rodas oferece uma forma de reintegrar-se socialmente, desenvolver a autoestima e superar limitações impostas pela deficiência (Haslett et al., 2017). No entanto, esses benefícios vêm acompanhados de complexidades, principalmente relacionadas à sub-representação de mulheres nos estudos de ciências do esporte, o que impede uma compreensão mais profunda de suas necessidades específicas (Lefebvre et al., 2021).

Além disso, a pesquisa recente enfatiza a necessidade de uma agenda de pesquisa mais inclusiva e interseccional para o rugby feminino. O estudo de Mkumbuzi (2024) destaca a **importância da perspectiva interseccional**, abordando como fatores como raça, classe social, identidade de gênero e orientação sexual interagem e afetam a participação e a experiência das mulheres no rugby. Este estudo também explora as **barreiras e desafios** específicos enfrentados por mulheres de diferentes origens, mostrando como essas barreiras impactam seu envolvimento e desempenho no esporte. Ele fornece uma visão sobre o **histórico e contexto** do rugby feminino, discutindo como as questões interseccionais têm sido tratadas ou negligenciadas até agora. O estudo sugere **propostas de pesquisa** para aprofundar a compreensão de como as múltiplas dimensões da identidade influenciam a experiência no rugby feminino e apresenta recomendações para **impacto na prática e políticas**, visando tornar o esporte mais inclusivo e acessível para todas as mulheres (Mkumbuzi, 2024).

Desafios das Atletas Femininas no Rugby em Cadeira de Rodas

Os desafios enfrentados pelas mulheres no rugby em cadeira de rodas vão além das diferenças fisiológicas entre os gêneros. O esporte ainda opera em um cenário amplamente dominado por normas masculinas, onde as atletas femininas podem se sentir marginalizadas (Corrigan & Misener, 2023). Um dos obstáculos principais está relacionado à maneira como o sistema de classificação no esporte funciona, o que pode, por vezes, limitar as oportunidades de participação das mulheres. O sistema de classificação define quem pode competir e em que nível, mas muitos criticam o fato de que ele pode acabar subestimando as capacidades das atletas, uma vez que se baseia em parâmetros que nem sempre refletem as reais habilidades ou o impacto da deficiência nas mulheres (Mkumbuzi, 2024).

Além disso, outro desafio significativo está relacionado ao uso de roupas esportivas inadequadas para as atletas. A falta de equipamentos e vestuário adaptados especificamente para o rugby em cadeira de rodas afeta o desempenho e a satisfação das mulheres com o que vestem, destacando a necessidade de designs mais inclusivos e funcionais para melhorar o conforto e a eficiência durante as competições (Bragança et al., 2018). Esse é um ponto crucial, pois, em um esporte de contato e alta intensidade como o rugby em cadeira de rodas, o equipamento adequado pode fazer uma grande diferença na performance e na segurança das atletas (Lindemann & Cherney, 2008).

Diferenças nos Programas de Treinamento e Condicionamento

No que diz respeito ao treinamento e ao condicionamento, as atletas femininas no rugby em cadeira de rodas muitas vezes seguem programas semelhantes aos dos homens, mas estudos mostram que essas abordagens podem não ser as mais adequadas (Corrigan & Misener, 2023; Lefebvre et al., 2021; Madden et al., 2018). Pesquisas sobre jogadoras de basquete em cadeira de rodas, por exemplo, indicam que há diferenças nas características físicas e nas habilidades específicas de jogo entre mulheres e homens (Lefebvre et al., 2021). Isso sugere que, no rugby em cadeira de rodas, também pode haver necessidade de programas de treinamento personalizados que levem em consideração as particularidades do corpo feminino, tanto em termos de força quanto de habilidades motoras (Corrigan & Misener, 2023).

Além disso, uma análise bidimensional da técnica de propulsão em atletas de rugby em cadeira de rodas revelou diferenças significativas na biomecânica do movimento, o que pode indicar a necessidade de programas de treinamento adaptados (Franchin et al., 2020). Outro estudo destaca a importância do papel dos treinadores na adaptação dos programas de treinamento para atender às necessidades específicas das atletas com lesão medular (Tawse et al., 2012). As diferenças físicas entre homens e mulheres não devem ser vistas como limitadoras, mas como um aspecto a ser considerado no desenvolvimento de programas de treinamento mais eficazes. Treinadores e preparadores físicos precisam estar atentos às necessidades específicas das atletas para garantir que elas tenham condições de competir em alto nível, sem sobrecarregar o corpo ou aumentar o risco de lesões (Madden et al., 2018). A inclusão de métodos de treinamento voltados para o fortalecimento muscular adequado, a mobilidade e a resistência podem beneficiar significativamente as mulheres, permitindo-lhes alcançar melhor desempenho dentro de suas capacidades físicas (Gaspar et al., 2019).

O Impacto das Atletas Femininas na Dinâmica e Performance dos Times

A presença de mulheres nas equipes de rugby em cadeira de rodas não só desafia as convenções tradicionais de gênero nos esportes, como também enriquece a dinâmica dos times. Embora a participação mista traga consigo a oportunidade de integração, também impõe desafios únicos. A interação entre atletas de diferentes gêneros, com diferentes características físicas e habilidades, cria um ambiente de aprendizado mútuo

e desenvolvimento coletivo. As mulheres, ao enfrentarem barreiras e superá-las, contribuem para um senso de comunidade e colaboração dentro das equipes, o que, por sua vez, reflete positivamente no desempenho dos times(Haslett et al., 2017; Lefebvre et al., 2021; Lindemann & Cherney, 2008).

No entanto, essa inclusão pode gerar tensões em relação às expectativas de performance. Muitas vezes, as mulheres sentem a pressão de provar seu valor em um ambiente que historicamente foi dominado por homens. Essa necessidade de afirmação pode gerar um impacto psicológico que vai além da mera competição. A busca por reconhecimento e igualdade é uma constante entre as atletas, que, ao mesmo tempo, precisam lidar com a marginalização dentro de um espaço esportivo que frequentemente valoriza atributos tradicionalmente associados à masculinidade, como força e agressividade(Corrigan & Misener, 2023; Dean et al., 2023; Gaspar et al., 2019).

Benefícios Físicos e Psicológicos para as Mulheres no Rugby em Cadeira de Rodas

A prática do rugby em cadeira de rodas oferece uma gama de benefícios físicos para as mulheres, especialmente aquelas que convivem com lesões na medula espinhal. O esporte, de alta intensidade, contribui para o fortalecimento muscular e a manutenção das habilidades neuromotoras, essenciais para a qualidade de vida dessas atletas. A exigência física contínua promove o desenvolvimento da coordenação motora e da mobilidade em cadeira de rodas, competências fundamentais para a autonomia e performance esportiva. Além disso, o esporte permite que as atletas se sintam fisicamente empoderadas, contrariando os estereótipos de gênero e demonstrando que podem ser competitivas e fortes em um ambiente tradicionalmente associado à masculinidade(Bragança et al., 2018; Franchin et al., 2020; Gaspar et al., 2019).

No aspecto psicológico, os benefícios são igualmente significativos. O rugby em cadeira de rodas proporciona um espaço onde as mulheres podem se expressar livremente e construir sua identidade como atletas. Essa experiência não só melhora a autoestima, mas também promove o bem-estar emocional, ajudando as atletas a desenvolverem uma sensação de pertencimento e reconhecimento. A inclusão em um esporte misto, onde competem lado a lado com homens, também contribui para a criação de novas perspectivas de igualdade de gênero. Esse contexto inclusivo possibilita que as mulheres superem barreiras sociais e emocionais, reforçando sua autoconfiança e desafiando as normas sociais de maneira significativa(Lindemann & Cherney, 2008; Madden et al., 2018; Mkumbuzi, 2024).

A combinação desses benefícios físicos e psicológicos faz do rugby em cadeira de rodas uma modalidade importante para a reintegração social e o desenvolvimento pessoal das atletas femininas, proporcionando-lhes uma ferramenta poderosa para superar os desafios impostos pela deficiência e pela desigualdade de gênero.

Considerações Finais

Embora o rugby em cadeira de rodas tenha progredido na inclusão de mulheres, ainda existem obstáculos significativos a serem superados. As atletas femininas enfrentam desafios que vão desde a marginalização em ambientes esportivos predominantemente masculinos até a ausência de pesquisas voltadas às suas necessidades específicas. Esses fatores evidenciam a urgência de se investir mais em estudos e políticas que promovam uma participação equitativa. Treinadores, organizadores e formuladores de políticas esportivas devem estar atentos às diferenças de gênero, criando condições para que todas as atletas, independentemente do gênero, possam alcançar seu pleno potencial.

Uma das questões que precisa de atenção é o sistema de classificação de atletas, que pode desconsiderar as capacidades reais das mulheres com deficiência, impactando negativamente sua participação. Revisar esse sistema para garantir maior equidade é crucial. Além disso, o desenvolvimento de vestuário esportivo adaptado, especificamente projetado para o rugby em cadeira de rodas, pode melhorar o desempenho e oferecer mais conforto e segurança durante as competições (Bragança et al., 2018). O rugby em cadeira de rodas, portanto, precisa continuar evoluindo para ser um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde as mulheres com deficiência possam competir em igualdade de condições, recebendo o apoio necessário e tendo suas contribuições devidamente reconhecidas. Mais do que apenas um esporte, essa modalidade se destaca como uma ferramenta poderosa para a inclusão e o empoderamento de mulheres no cenário esportivo paralímpico.

REFERÊNCIAS

- Bragança, S., Castellucci, I., Gill, S., Matthias, P., Carvalho, M., & Arezes, P. (2018). Insights on the apparel needs and limitations for athletes with disabilities: The design of wheelchair rugby sports-wear. *Applied Ergonomics*, 67, 9–25. <https://doi.org/10.1016/j.apergo.2017.09.005>
- Corrigan, B., & Misener, L. (2023). Canadian women's experiences in mixed-sex sport: Wheelchair rugby. *Frontiers in Sports and Active Living*, 5, 1075565. <https://doi.org/10.3389/fspor.2023.1075565>
- Dean, N. A., Bundon, A., Howe, P. D., & Abele, N. (2023). "It Looks Good on Paper, But It Was Never Meant to Be Real": Mixed-Gender Events in the Paralympic Movement. <https://doi.org/10.1123/apaq.2022-0195>
- Franchin, S. M., Giordani, F., Tonellato, M., Benazzato, M., Marcolin, G., Sacerdoti, P., Bettella, F., Musumeci, A., Petrone, N., & Masiero, S. (2020). Kinematic bidimensional analysis of the propulsion technique in wheelchair rugby athletes. *European Journal of Translational Myology*, 30(1), 8902. <https://doi.org/10.4081/ejtm.2019.8902>
- Gaspar, R., Padula, N., Freitas, T. B., de Oliveira, J. P. J., & Torriani-Pasin, C. (2019). Physical Exercise for Individuals With Spinal Cord Injury: Systematic Review Based on the International Classification of Functioning, Disability, and Health. *Journal of Sport Rehabilitation*, 28(5), 505–516. <https://doi.org/10.1123/jsr.2017-0185>
- Haslett, D., Fitzpatrick, B., & Breslin, G. (2017). The psychological influences on participation in Wheelchair Rugby: A social relational model of disability. *AUC KINANTHROPOLOGICA*, 53(1), 60–78.
- Lefebvre, J. S., Alexander, D., Sweet, S. N., & Bloom, G. A. (2021). A mixed-methods case study examining the developmental networks of athletes in a wheelchair rugby team. *Psychology of Sport and Exercise*, 56, 102000. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2021.102000>
- Lindemann, K., & Cherney, J. L. (2008). Communicating In and Through "Murderball": Masculinity and Disability in Wheelchair Rugby. *Western Journal of Communication*, 72(2), 107–125. <https://doi.org/10.1080/10570310802038382>
- Madden, R. F., Shearer, J., Legg, D., & Parnell, J. A. (2018). Evaluation of Dietary Supplement Use in Wheelchair Rugby Athletes. *Nutrients*, 10(12), 1958. <https://doi.org/10.3390/nu10121958>
- Mkumbuzi, N. S. (2024). Women's rugby for all: Toward an intersectional women's rugby research agenda. *Revista Europeia de Ciências Do Desporto*, 1–11. <https://doi.org/10.1002/ejsc.12127>
- Tawse, H., Bloom, G. A., Sabiston, C. M., & Reid, G. (2012). The role of coaches of wheelchair rugby in the development of athletes with a spinal cord injury. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 4(2), 206–225. <https://doi.org/10.1080/2159676X.2012.685104>

PIONEIRAS NO RUGBY EM CADEIRA DE RODAS: TRAÇANDO O PERFIL DAS ATLETAS PARTICIPANTES DO XV CAMPEONATO BRASILEIRO

Geiziane Melo
Ruth Cidade

O rugby em cadeira de rodas é um esporte tipicamente associado a equipes masculinas. Este estudo examina o impacto e a importância das pioneiras do rugby em cadeira de rodas no contexto brasileiro, focando nas atletas que integraram pela primeira vez um time exclusivamente feminino nesta modalidade. As atletas que participaram deste campeonato não apenas desbravaram novos territórios esportivos, mas também contribuíram significativamente para a promoção da equidade de gênero e a visibilidade das mulheres no paradesporto.

Este texto se concentra na caracterização das pioneiras, explorando alguns aspectos das suas experiências pessoais e os desafios específicos enfrentados por essas atletas. Ao analisar alguns aspectos sobre gestão da saúde, a prática esportiva e as barreiras encontradas, o estudo visa oferecer uma visão geral de quem são as atletas que estão na vanguarda da transformação do rugby em cadeira de rodas no Brasil.

OBJETIVO

O objetivo deste estudo é analisar alguns aspectos da vida das mulheres atletas do Rugby em Cadeiras de Rodas participantes do XV Campeonato Brasileiro de Rugby em Cadeiras de Rodas.

MÉTODO

Este estudo é classificado como descritivo, quantitativo e transversal (Thomas; Nelson, 2002) e foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, com o parecer número 6.007.205. A população da pesquisa foi composta por 7 atletas formando um único grupo de coleta para a análise do perfil de participantes de Rugby em Cadeiras de Rodas. Os critérios de inclusão foram: participação no XV Campeonato Brasileiro de Rugby em Cadeira de Rodas, ocorrido entre os dias 19 e 24 de agosto, no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, em São Paulo, SP.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário misto baseado nos estudos de Ericsson et al. (1993) e Moesch et al. (2011). O questionário foi estruturado de forma sequencial e continha perguntas objetivas e subjetivas, abordando os seguintes tópicos principais:

1. **Caracterização da amostra:** A caracterização da amostra foi dividida em três principais categorias. Primeiramente, os **dados biográficos** das atletas foram coletados, incluindo informações pessoais como

idade, nível de escolaridade, estado civil e situação familiar, especificamente se possuem filhos. Em seguida, a **caracterização da deficiência** abordou a origem da deficiência, seja ela adquirida ou congênita, o tipo específico de deficiência e o tempo decorrido desde a ocorrência da mesma. Por fim, a **caracterização da reabilitação** detalhou aspectos relacionados ao processo de recuperação das atletas, incluindo o tempo total de reabilitação, o local onde a reabilitação foi realizada e o número de cirurgias às quais as atletas se submeteram. Esses dados fornecem uma visão geral das experiências e contextos das atletas que participam do Rugby em Cadeira de Rodas.

2. **Alguns aspectos no cuidado relacionados a gestão da saúde:** Acompanhamento ginecológico, uso de anticoncepcionais, dificuldades durante o ciclo menstrual e perda de urina durante treino e competição.
3. **Práticas, treinos e competições de Rugby em Cadeiras de Rodas:** Anos de prática, frequência semanal dos treinos, horários dos treinos, participação em outras modalidades e o tempo desde a primeira competição na modalidade.
4. **Facilitadores, Barreiras e Significado do Rugby:** Percepções das atletas sobre o que facilita e dificulta a prática do esporte e o significado do Rugby em Cadeiras de Rodas para elas.

As informações foram transcritas mantendo o anonimato das atletas. O tempo de prática e competição, bem como o tempo de lesão, reabilitação e idade, foram calculados individualmente, considerando o início da carreira até a coleta dos dados, realizada em agosto de 2023. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva, caracterizando as respostas de acordo com as divisões das perguntas do questionário misto. Os resultados foram expressos quantitativamente em termos de média, desvio padrão e percentuais.

1. Características das Atletas

A análise dos dados das atletas do XV Campeonato Brasileiro de Rugby em Cadeira de Rodas revela informações detalhadas sobre suas características e experiências. A média de idade das participantes é de 36,14 anos, com um desvio padrão de 12,23 anos, o que indica uma faixa etária diversificada e sugere diferentes estágios da vida e experiência entre as atletas. O tempo médio desde a lesão é de 17,16 anos, com um desvio padrão de 12,9 anos, evidenciando uma ampla gama de experiências desde o início da deficiência. As atletas dedicaram, em média, 6,00 anos à reabilitação, com uma variação significativa (SD: 8,52 anos), o que reflete diferentes abordagens e intensidades de tratamento. Em média, as participantes passaram por 2,71 cirurgias, com um desvio padrão de 1,60, sugerindo que a maioria enfrentou múltiplos procedimentos médicos ao longo de suas trajetórias.

A caracterização da deficiência mostra que 85,7% das atletas possuem deficiência adquirida, enquanto 14,3% têm deficiência congênita. Entre os tipos de deficiência, a lesão medular incompleta é a mais prevalente (42,9%), seguida pela lesão medular completa (28,6%). Outras deficiências incluem mielopatia intrauterina e deficiências de membros, cada uma representando 14,3% da amostra. Em relação à reabilitação, a maioria das atletas (85,7%) realizou tratamento no Hospital Sarah Kubitschek em Brasília, indicando uma preferência ou acesso predominante a este centro. Apenas 14,3% utilizaram a AACD em São Paulo, para reabilitação. No que diz respeito à escolaridade, 14,3% das atletas possuem ensino médio completo, 28,6% têm ensino superior completo, 42,9% estão em processo de obtenção do diploma universitário e 14,3% completaram pós-graduação. A predominância de educação superior entre as participantes destaca o nível educacional significativo na amostra. Todas as atletas são solteiras e, entre elas, 28,6% têm filhos, enquanto 71,4% não têm.

2. Alguns aspectos no cuidado relacionados a gestão da saúde

O conhecimento das atletas sobre condições médicas relacionadas à deficiência também foi analisado. A maioria (85,7%) tem total desconhecimento sobre imunossupressão em pessoas com lesão medular, com apenas 14,3% possuindo total conhecimento sobre a condição. Em contraste, 42,9% das atletas têm total desconhecimento sobre disreflexia autonômica, enquanto 57,2% têm total conhecimento.

O exame atento dos dados de alguns parâmetros relativos a saúde das atletas praticantes de Rugby em Cadeira de Rodas, revela aspectos importantes sobre a gestão da saúde ginecológica, uso de métodos anticoncepcionais, e desafios específicos relacionados à prática esportiva. Em termos de acompanhamento ginecológico, a maioria das atletas (85,7%) realiza consultas regulares com um ginecologista, o que indica uma forte preocupação com a saúde ginecológica. Entre essas atletas, 28,6% consultaram um ginecologista no último mês, 14,3% nos últimos três meses e 28,6% no último ano. Por outro lado, 14,3% das atletas realizaram a última consulta há dois anos, e 14,3% há três anos. Embora a maioria esteja em dia com suas consultas, há espaço para melhorar a regularidade do acompanhamento para algumas atletas.

Quanto ao uso de métodos anticoncepcionais, 42,9% das atletas não utilizam nenhum método, enquanto 28,6% utilizam pílula anticoncepcional, 14,3% optam por DIU (dispositivo intrauterino) e 14,3% usam injeção anticoncepcional. O ciclo menstrual das atletas apresenta uma diversidade de experiências: 57,2% das participantes menstruam regularmente, 28,6% não menstruam e 14,3% estão em menopausa. A dificuldade de sondar durante o ciclo menstrual foi relatada por 33,3% das atletas, que indicaram não usar a sonda, enquanto 66,7% não enfrentam essa dificuldade. A percepção do impacto do ciclo menstrual na atividade física está igualmente dividida, com 50% das atletas acreditando que há interferência e 50% não

percebendo tal efeito. A questão da perda de urina é significativa na vida das atletas, com 28,6% relatando perda de urina no dia a dia. Durante a prática do Rugby em Cadeira de Rodas, esse problema é ainda mais acentuado, afetando 71,4% das atletas, o que pode impactar negativamente tanto a qualidade de vida quanto o desempenho esportivo. Apenas 28,6% não enfrentam esse desafio durante os treinos e competições.

3. Práticas, treinos e competições de Rugby em Cadeira de Rodas

A análise dos dados referentes à atividade física e ao treino de Rugby em Cadeira de Rodas, oferece uma visão abrangente sobre as práticas e experiências das atletas, tanto antes quanto após a aquisição da deficiência.

Antes de adquirirem a deficiência, 57,1% das atletas já se dedicavam a alguma forma de atividade física, evidenciando um histórico de engajamento esportivo. Entre essas, 42,9% não realizavam atividades físicas regularmente, enquanto 14,3% praticavam duas vezes por semana, 14,3% três vezes por semana e 28,6% quatro vezes por semana. Esses dados mostram que, embora uma parcela significativa das atletas já fosse ativa fisicamente, há uma variabilidade considerável na frequência das atividades realizadas. As atletas têm, em média, 7,14 anos (Desvio Padrão - SD: 3,43 anos) de experiência no treinamento de Rugby em Cadeira de Rodas, e a primeira competição na modalidade ocorreu, em média, há 5,71 anos (SD: 4,11 anos).

A distribuição das atletas em diferentes classes funcionais no Rugby em Cadeira de Rodas é diversa: 57,1% estão na classe 2.0, 28,6% na classe 0.5 e 14,3% na classe 3.5. Essa diversidade nas classes funcionais sugere uma gama de habilidades e níveis de funcionalidade dentro da equipe. A frequência dos treinos também varia, com 42,9% das atletas treinando quatro vezes por semana, 28,6% duas vezes por semana, 14,3% uma vez por semana e 14,3% três vezes por semana. Os treinos ocorrem predominantemente no período matutino, com 71,4% das sessões sendo realizadas de manhã, enquanto 14,3% ocorrem no período vespertino e 14,3% no período noturno. No que diz respeito à participação em equipes, 71,4% das atletas fazem parte de equipes mistas, além de integrarem a **única equipe** exclusivamente feminina no Campeonato Brasileiro de 2023. Das atletas que compõem a equipe CETEFE Feminino, 83,3% já participaram de equipes mistas. A prática de outras modalidades esportivas além do Rugby em Cadeira de Rodas é relatada por 71,4% das atletas, com destaque para Bocha (42,9%), musculação (28,6%) e basquete em cadeira de rodas (14,3%). Entre as atletas que já praticaram outras modalidades antes do Rugby, 57,1% têm experiência em esportes variados, como natação, tênis de mesa e canoagem.

4. Facilitadores e Barreiras na Prática do Rugby em Cadeira de Rodas

Facilitadores

Os facilitadores para a prática do rugby em cadeira de rodas identificados pelas atletas revelam aspectos tanto tangíveis quanto intangíveis que impactam positivamente sua participação no esporte. De acordo com a Atleta 1, a prática do rugby desempenha um papel fundamental na aceleração do metabolismo e na prevenção do sedentarismo, proporcionando um incentivo significativo para manter a atividade física. O amor ao esporte, destacado pela Atleta 2, é um motivador central, oferecendo uma fonte constante de inspiração e compromisso. O Programa DF ACESSÍVEL e a importância de possuir uma cadeira de rodas adequada, mencionados pela Atleta 3, são fatores essenciais que facilitam a prática ao assegurar que as atletas tenham o suporte e os equipamentos necessários para seu desempenho. Além disso, a Atleta 4 encontrou no rugby um sentido de pertencimento e apoio, identificando-se com uma comunidade de pessoas que compartilham a mesma deficiência e experiências, o que fortalece seu envolvimento e dedicação ao esporte.

Barreiras

No entanto, as atletas também enfrentam várias barreiras que podem dificultar a prática do rugby em cadeira de rodas. A Atleta 1 observa que os altos custos dos equipamentos são um obstáculo significativo, limitando o acesso e a continuidade da prática para algumas atletas. A Atleta 2 enfrenta a dificuldade de deslocamento até locais de treinamento distantes, um desafio logístico que pode impactar sua frequência e motivação. A necessidade de uma cadeira adaptada para medidas específicas, conforme indicado pela Atleta 3, também representa uma barreira importante. A Atleta 4 sugere que, além dos desafios externos, fatores internos e psicológicos podem ser uma barreira significativa, destacando a importância de superar limitações pessoais. A falta de acessibilidade nos locais de treinamento e a necessidade de suporte para a transferência e colocação de luvas, mencionadas pela Atleta 5, são questões práticas que afetam a experiência de treino. Finalmente, a Atleta 6 aponta que os horários dos treinos podem ser um fator dificultador, influenciando a regularidade e a qualidade da participação.

Significado do Esporte

O significado do rugby em cadeira de rodas para as atletas é profundamente pessoal e multifacetado. Para a Atleta 1, o esporte representa uma forma de superação pessoal, enquanto a Atleta 2 valoriza a independência e a inclusão proporcionadas pela prática esportiva. A Atleta 3 vê o rugby como uma parte essencial de sua vida e uma maneira de superar desafios. A Atleta 4 expressa seu amor pelo esporte como um aspecto central de sua identidade. Para a Atleta 5, o rugby contribui para uma maior

independência e reduz a timidez, enquanto as Atletas 6 e 7 destacam o esporte como um elemento vital em suas vidas, enfatizando sua importância para seu bem-estar geral e satisfação pessoal. As percepções das atletas revelam que o rugby em cadeira de rodas transcende a mera atividade física, servindo como um meio de valorização pessoal, independência e integração social. O esporte para mulheres com deficiência, como as atletas de rugby em cadeira de rodas nesta pesquisa, desempenha um papel importante na construção de identidade e promoção da equidade de gênero, destacando iniciativas que promovam e ampliem a participação feminina no paradesporto.

CONCLUSÃO

Neste estudo, foi possível identificar e analisar o perfil das pioneiras no Rugby em Cadeira de Rodas no Brasil, que participaram pela primeira vez de Campeonato Brasileiro com um time exclusivamente feminino. A pesquisa ofereceu uma visão de suas experiências, desafios e conquistas. Ao focar no tempo de prática, saúde, e barreiras enfrentadas, o estudo revelou como essas mulheres atletas estão moldando o cenário esportivo e buscando a mudança quanto a equidade de gênero na modalidade. Os dados obtidos contribuem para uma compreensão das dinâmicas envolvidas e oferecem estratégias para futuras iniciativas que visem fortalecer e expandir a participação feminina no Rugby em Cadeira de Rodas."

REFERÊNCIAS

ERICSSON, K. Anders; KRAMPE, Ralf T.; TESCH-RÖMER, Clemens. The role of deliberate practice in the acquisition of expert performance. *Psychological Review*, v. 100, n. 3, p. 363-406, 1993.

MOESCH, Karin; ELBE, Anne-Marie; HOSSNER, Ernst-Joachim. The development of elite athletes in Swiss talent development programs. *European Journal of Sport Science*, v. 11, n. 5, p. 347-358, 2011.

PROMOÇÃO DA PARACANOAGEM PARA MULHERES NORDESTINAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daniele Cristine Dantas Costa

Iniciei minha carreira como atleta de canoagem oceânica em 1995, na cidade de João Pessoa-PB, pelo Clube de Canoagem de João Pessoa, que foi tricampeão paraibano. Em 1999, conquistei o 3º lugar no Campeonato Brasileiro de Canoagem Oceânica, realizado em Angra dos Reis. Esse início marcou o desenvolvimento das minhas habilidades em águas abertas, onde aprendi a enfrentar os desafios da natureza, como correntes, ventos e ondas, fortalecendo meu preparo físico e mental.

Atualmente, estou competindo em três modalidades distintas, cada uma com suas próprias exigências: **canoavaiana OC6**: Representando o Clube Guerreiros VAA, a canoavaiana, também conhecida como Va'a, exige uma forte sincronia e trabalho em equipe. Como parte do time OC6, tenho aprimorado minha capacidade de coordenação com os demais remadores, o que é essencial para um bom desempenho em competições; **surfski**: Uma modalidade que exige alta resistência e velocidade em águas abertas. Esta modalidade me permite testar meus limites individuais, já que o surfski exige tanto técnica quanto força bruta. Ao longo dos anos, desenvolvi um grande controle sobre o equilíbrio e a navegação em diferentes condições climáticas e; **canoagem Dragon Boat**: Atuo como timoneira, técnica e remadora pelo Clube de Canoagem João Tomasini. Como timoneira, sou responsável por guiar o barco e manter a direção precisa da equipe. Além disso, a força e a técnica de remada são fundamentais para garantir o sucesso em competições.

Em 2013, iniciei minha trajetória no paradesporto com o curso de classificação funcional em Campinas, SP. Sob a orientação da professora Fátima Fernandes, comecei a ver o esporte adaptado sob uma nova perspectiva, entendendo como ele podia transformar vidas. Esse aprendizado inicial acendeu em mim uma paixão pelo esporte inclusivo, algo que se consolidou ao longo dos anos.

O nascimento do Clube de Canoagem João Tomasini foi um dos capítulos mais desafiadores e recompensadores da minha história. O nome do clube é uma homenagem ao presidente da Confederação Brasileira de Canoagem, João Tomasini, que sempre deu importância à canoagem rosa e às mulheres que enfrentaram o câncer de mama. O clube começou com o foco de apoiar essas mulheres e, com o tempo, expandiu suas atividades. Hoje, o clube conta com vários projetos, como o Lisa Flor Dragon Boat, voltados para o fortalecimento e inclusão através do esporte.

O Clube João Tomasini está empenhado em atrair atletas, tanto com quanto sem deficiência, e promover a inclusão e a igualdade através do esporte. No Nordeste do Brasil, a realidade pode ser

desafiadora, mas também existem muitas oportunidades para fomentar o desenvolvimento e a visibilidade do paradesporto. Com esforços conjuntos e comprometimento, é possível criar um ambiente mais inclusivo e apoiar o crescimento de atletas paradesportivos na região.

Além disso, em 2023, dei mais um passo importante ao realizar o curso de árbitra internacional de dragon boat pela International Dragon Boat Federation (IDBF), no Panamá. Essa formação não só ampliou minha atuação no mundo das competições, mas também me proporcionou uma compreensão mais profunda sobre as regras e a importância da arbitragem em eventos internacionais. Atualmente, há apenas duas árbitras internacionais de dragon boat no Brasil: eu, Daniele Cristine Dantas Costa, do Nordeste (Maceió-AL), e Alessandra Rodrigues Pereira, do Sudeste (São Paulo). Ser parte desse grupo seletivo de árbitras é motivo de grande orgulho e reforça meu compromisso com o crescimento do esporte.

Minha atuação foi importante para levar a mensagem de que o esporte adaptado não é apenas sobre competição, mas sobre inclusão, empoderamento e superação. Em uma missão de expansão da minha influência para outras regiões, destaquei minha visita ao Remo Náutico Capibaribe, em Recife. Essa visita não apenas fortaleceu os laços com outras instituições, como também resultou no curso online de paracanoagem para os estudantes de Educação Física da Faculdade Unimbra. O curso, promovido pela Confederação Brasileira de Canoagem (CBCA), em parceria com o Clube de Canoagem João Tomasini (CCJT) e apoio do Remo Náutico Capibaribe de Recife - PE, foi ministrado pela supervisora de paracanoagem do Brasil, Fátima Fernandes, e pelo técnico da seleção brasileira, Tiago Pupo. Este curso trouxe uma nova compreensão para os participantes sobre a importância da classificação funcional, as bases técnicas, adaptações necessárias e as questões de segurança envolvidas no esporte.

Esse momento foi um marco na divulgação do paradesporto na região Nordeste, mostrando aos estudantes e futuros educadores físicos como o esporte pode ser uma ferramenta de reabilitação e inclusão. Com dedicação e compromisso, foi o elo que conectou esses profissionais em formação ao mundo da paracanoagem, oferecendo uma visão ampla sobre as possibilidades de atuação nesse campo. Além dos cursos e competições, meu papel na promoção do esporte vai muito além. Dedico-me a educar, inspirar e apoiar novos paratletas, demonstrando que, independentemente das limitações físicas, o esporte é um meio poderoso de transformação. Ao oferecer apoio contínuo e orientação, busco mostrar que todos têm a capacidade de superar desafios e alcançar grandes conquistas através do esporte.

Promoção da Paracanoagem para Mulheres Nordestinas

A paracanoagem para mulheres nordestinas vai além de ser uma simples prática esportiva; ela assume um papel transformador ao se tornar uma ferramenta poderosa de inclusão social,

empoderamento e renovação pessoal. Inserida em uma região marcada por desafios socioeconômicos, culturais e geográficos, a participação dessas mulheres no esporte adaptado proporciona uma mudança significativa em suas vidas. Esse envolvimento impacta não apenas o desenvolvimento físico, mas também eleva a autoestima, fortalece a autonomia e redefine o papel dessas mulheres dentro da sociedade.

No Nordeste brasileiro, muitas áreas ainda sofrem com desigualdades de acesso, especialmente para as mulheres, que enfrentam dificuldades impostas por limitações econômicas e culturais. A paracanoagem, por meio de programas de inclusão, abre novas portas para essas mulheres, permitindo que superem barreiras físicas e sociais. Ao participar do esporte, elas se conectam a redes de apoio, formam novas amizades e constroem uma comunidade unida pela superação.

Além da transformação pessoal, a paracanoagem tem um efeito positivo no desenvolvimento das comunidades. Mulheres que se destacam no esporte tornam-se modelos de inspiração, incentivando outras a aderirem ao esporte e mostrando que é possível enfrentar adversidades com coragem e determinação. Esse efeito multiplicador promove a inclusão de mais mulheres em atividades esportivas, ajudando a criar uma cultura de igualdade e respeito nas comunidades.

A prática regular da paracanoagem contribui significativamente para a melhoria da saúde física e mental das mulheres nordestinas. Fisicamente, o esporte promove a reabilitação muscular, o fortalecimento do corpo, o aumento da resistência cardiovascular e o controle de peso. Em termos emocionais, a sensação de conquista ao participar de treinos e competições eleva a autoestima, combate a depressão e a ansiedade, e proporciona uma sensação de bem-estar e propósito.

Para que o paradesporto se expanda ainda mais no Nordeste e continue a servir como um catalisador de mudança, é essencial o apoio de políticas públicas, clubes esportivos e iniciativas comunitárias que facilitem o acesso ao esporte. Isso inclui o desenvolvimento de infraestruturas adaptadas, a oferta de treinamentos e capacitação para técnicos e atletas, além da promoção de eventos que incentivem a participação de mais mulheres. Campanhas de conscientização sobre os benefícios da paracanoagem para a saúde e a inclusão social podem ser fundamentais para atrair mais participantes, especialmente em regiões mais isoladas.

O fortalecimento de clubes esportivos voltados para o paradesporto é fundamental para esse cenário. Eles devem oferecer não apenas a infraestrutura adequada, como também capacitação contínua para técnicos e atletas. Esses espaços precisam estar equipados com materiais adaptados e promover eventos que incentivem a participação ativa de mulheres, garantindo um ambiente de acolhimento e motivação.

Além disso, é necessário um esforço conjunto para conscientizar sobre os benefícios da paracanoagem. Campanhas de educação e sensibilização podem alcançar comunidades mais distantes, quebrando barreiras culturais e fomentando a prática esportiva. Ao destacar o impacto positivo na saúde física e mental, essas ações podem atrair mais mulheres para o paradesporto, oferecendo uma nova perspectiva de vida e inclusão social.

MINHA JORNADA NA CANOAGEM OCEÂNICA RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alessandra Lincoln-Outrigger

Uma Nova Jornada

Meu nome é Alessandra C. M. Lincoln. Sou formada em Psicologia, com ênfase em Psicologia Cognitivo-Comportamental, e há uma década sou atleta de Va'a, um esporte que me trouxe inúmeros pódios na categoria OC6 Open. Atualmente, ocupo o cargo de vice-presidente do clube Rio Va'a, além de coordenar e treinar o projeto de paracanoagem do clube, um projeto que se tornou uma grande paixão em minha vida.

Minha história com a canoagem oceânica começou em 2013, quando me mudei de Boa Vista-RR para o Rio de Janeiro, capital. Naquele ano, eu buscava um esporte que pudesse praticar e que se encaixasse na minha rotina agitada de trabalho, cuidar de filhos pequenos e administrar as tarefas domésticas. Às terças e quintas-feiras, meu filho mais velho frequentava aulas de vôlei de praia na Urca, uma área próxima à nossa casa. Enquanto esperava o término das aulas, comecei a notar um grupo de pessoas que chegava à praia sempre com um brilho nos olhos, carregando remos e coletes. Aquilo me intrigava. Um dia, decidi chegar mais cedo e vi o grupo preparando-se para ir ao mar. A curiosidade falou mais alto, e perguntei ao instrutor, Jorge Freitas, como poderia experimentar o esporte. Ele, com um sorriso no rosto, simplesmente respondeu: "Vamos?" Foi assim que comecei minha jornada na canoagem oceânica, uma paixão que transformaria minha vida.

À medida que me envolvia cada vez mais com o clube, passei a conhecer melhor os projetos e a contribuir de forma ativa. Comecei como voluntária no projeto de paracanoagem, ajudando na rotina de treinos e oferecendo apoio psicológico aos paratletas. Em 2018, o projeto passou por uma reestruturação e eu assumi a coordenação e o treinamento.

Buscando sempre o autoaperfeiçoamento como treinadora e a evolução dos atletas sob minha responsabilidade, realizei cursos importantes, como o "Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte" e uma mentoria em Canoagem, focada em periodização. Esses conhecimentos foram essenciais para o crescimento e fortalecimento da nossa equipe ao longo dos anos.

Durante esses seis anos como treinadora, colecionamos inúmeras conquistas. Nossa equipe destacou-se em todas as competições das quais participamos, trazendo para casa várias medalhas, tanto

em provas nacionais quanto internacionais. Cada vitória foi uma confirmação de que estávamos no caminho certo, crescendo e nos fortalecendo juntos.



Sul-americano 10/2023

Lagoa Santa MG



Brasileiro CBca 08/2022

Santo Estevão BA



Copa Brasil 03/2024

Brasília DF

Desafios e Conquistas

Ingressar no ambiente da paracanoagem e velocidade foi uma nova batalha. Como atleta, eu já estava habituada às competições, mas assumir o papel de treinadora, especialmente em um ambiente predominantemente masculino, foi desafiador. Em primeiro lugar, existe a questão da representatividade. Em muitos esportes, especialmente os de alto rendimento, os cargos de liderança são tradicionalmente ocupados por homens, o que pode criar um ambiente onde a presença feminina é vista como exceção, não como regra. Por isso paira uma dúvida quanto à capacidade técnica e liderança de uma treinadora.

Além disso, no caso específico da paracanoagem, que lida com atletas com deficiências físicas, há a necessidade de lidar com questões de acessibilidade e inclusão, onde a sensibilidade e a empatia desempenham um papel fundamental. A mulher treinadora pode trazer uma perspectiva única e valiosa, especialmente no cuidado com as necessidades específicas das atletas mulheres, que muitas vezes podem sentir-se mais confortáveis em discutir certas questões com uma liderança feminina.

No contexto da realidade como coordenadora e treinadora, os desafios são ainda mais intensos, já que você precisa não apenas quebrar barreiras de gênero, mas também lidar com as dificuldades logísticas, financeiras e familiares que impactam a participação de mulheres na paracanoagem. Por outro lado, minha posição permite que eu seja uma referência e uma inspiração para outras mulheres, tanto no esporte quanto na liderança, mostrando que é possível ocupar esses espaços e fazer a diferença.

Outro grande obstáculo para mim, como coordenadora e treinadora, é a inserção de paratletas mulheres na equipe, hoje formada em sua maioria por paratletas masculinos. No projeto, atualmente temos 12 (doze) paratletas sendo 10 (dez) homens e 02 (duas) mulheres. A faixa etária dos paratletas varia de vinte e cinco a cinquenta e três anos. Atendemos atletas com deficiência física adquirida (acidente automobilístico e câncer), congênita, baixa visão e doença Charcot-Marie-Tooth.

Infelizmente, não conseguimos manter a frequência e a permanência dessas atletas na paracanoagem e um dos motivos percebidos é a distância. A cidade do Rio de Janeiro, onde fica nossa base, possui uma geografia muito peculiar, com uma vasta área de treino disponível no mar. Contudo, a maioria dos atletas moram a mais de 60km de distância da base. Os altos custos para chegarem ao local de treinamento faz com que muitas atletas desistam e abandonem o esporte, o que tem sido um óbice para nós. No caso dos atletas masculinos, geralmente conseguem organizar-se em caronas ou enfrentar transportes públicos de madrugada, o que para as mulheres é mais difícil, porque estão mais expostas à insegurança e a violência de uma grande metrópole.

Para estimular a maior participação das mulheres na paracanoagem, acredito que devemos investir em programas específicos para atrair e apoiar essas paratletas, oferecendo subsídios para deslocamento, bolsas de treino e equipamentos. Contudo a necessidade de patrocínios e apoiadores se faz extremamente necessário.



Praia da Urca 11/2020.
paratleta Moura Roberta



Praia da Urca 12/2020.
Paratleta Oliveira Tamara



Praia da Urca 07/2021.
Adaptação ao meio aquático.

No âmbito da gestão, acumular duas funções, a de coordenadora e treinadora significa enfrentar desafios complexos. Como treinadora o foco está no desenvolvimento técnico, físico e mental, garantindo que cada paratleta alcance seu máximo potencial. Isso envolve elaboração de planos de treinos, acompanhamento de desempenho, motivação da equipe e estratégias para alcançar resultados. Por outro lado, a visão de coordenadora exige uma visão mais ampla e estratégica. É necessário lidar com questões administrativas, como alocação de recursos, planejamento de orçamento, captação de patrocínios e organização de eventos. Além disso, há a necessidade de manter a equipe coesa e motivada, gerenciando conflitos, promovendo um ambiente inclusivo e garantindo que todos os aspectos operacionais estejam em ordem.

O acúmulo dessas funções pode ser desgastante, pois demanda habilidades multifacetadas e uma excelente gestão de tempo. É preciso saber equilibrar as demandas técnicas e emocionais da equipe com as exigências burocráticas e administrativas. Contudo, esse acúmulo também permite uma visão holística

do esporte e da equipe, possibilitando decisões mais alinhadas com as necessidades dos atletas e com os objetivos da organização.

Por fim, tenho a certeza de que a paracanoagem é mais do que um esporte; é uma plataforma de superação e empoderamento. Assegurar a participação feminina de forma significativa é um passo essencial para o desenvolvimento completo dessa modalidade.

UMA MULHER NUM CARGO DE PODER E DECISÃO NO CHILE

Mónica Hernández Carreño
Presidente Federação de Canoagem do Chile

Minha trajetória no paradesporto começou em 2013, quando participei de um curso de classificação funcional em Campinas, SP. Na época, eu não imaginava o impacto que esse momento teria na minha vida. Durante o curso, promovido pela *Confederação Brasileira de Canoagem (CBCA) na Unicamp, conheci a professora Fátima Fernandes, uma referência na área da classificação funcional. Com ela, não aprendi apenas a parte técnica da paracanoagem, mas também compreendi o esporte como um poderoso meio de transformação social.

Desde então, mergulhei no universo do paradesporto e logo percebi que ele representa muito mais do que competição. O esporte adaptado promove inclusão e cria espaços de valorização, muitas vezes ignorados por quem está de fora. Ao acompanhar atletas explorando suas capacidades e conquistando reconhecimento, comecei a refletir sobre como poderia contribuir para fortalecer esse movimento.

Meu envolvimento com a paracanoagem me levou a participar de diversos eventos e competições ao longo dos anos, onde pude presenciar de perto a força, a determinação e o espírito de comunidade que unem os atletas com deficiência. Cada competição era mais do que uma exibição de habilidades; representava um verdadeiro testemunho da possibilidade atlética. Um dos momentos mais marcantes foi atuar como classificadora funcional em competições regionais e nacionais. Estar tão próximo desses atletas e contribuir para suas trajetórias foi uma experiência transformadora.

Durante essa trajetória, enfrentei vários desafios nas avaliações, entre eles o receio de cometer erros, o que me levou a buscar constantemente o aperfeiçoamento e o aprofundamento nos estudos. Em alguns momentos, as condições pareciam desfavoráveis, mas o apoio e a colaboração da comunidade do paradesporto sempre foram fundamentais para me fortalecer e motivar a seguir em frente.

Outro aspecto que me marcou profundamente foi a conexão com os paratletas e suas histórias. Cada um traz uma trajetória única, e acompanhar de perto o impacto positivo da paracanoagem em suas vidas é algo que me inspira diariamente. O esporte contribui não apenas para a saúde física, mas também para a confiança e autonomia de cada atleta. Lembro-me de um paratleta que, após um acidente, encontrou na canoagem um novo caminho. Sua recuperação e suas conquistas no esporte refletem o poder inclusivo e enriquecedor do paradesporto.

Hoje, meu trabalho na paracanoagem vai além das competições. Procuo educar, inspirar e apoiar novos paratletas, demonstrando que o esporte é acessível a todos e que, com dedicação e apoio, é possível enfrentar desafios. Acredito que a paracanoagem desempenha um papel essencial, não só no desenvolvimento físico, mas também no fortalecimento da confiança e da autonomia de cada participante.

Para o futuro, meu objetivo é continuar promovendo o esporte adaptado e desenvolver projetos que incentivem mais pessoas com deficiência a explorar o paradesporto, encontrando nele uma oportunidade de expressão e crescimento pessoal. Estou comprometida em trabalhar para que mais oportunidades surjam para todos que desejam construir suas trajetórias através do paradesporto, assim como a paracanoagem contribuiu para a minha própria jornada.



Integrante de la Selección Chilena del equipo Femenino de Canoa Polinésica



Como fundadora de los equipos de Remadoras Rosas, en el Senado exponiendo a las Diputadas



Tamborilera em Brasilia



Seleccionada al mundial de Va'a em Hawaii



Apoyando al equipo de Paracanoaje en la Premmiación del Capeonato Nacional Selectivo de Canotaje organizado por la Federación Chilena de Canotaje.

PROGRAMA PARADESPORTO: EXPERIÊNCIA DE SUCESSO NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.

Milena Pedro de Morais

Introdução

O acesso de pessoas com deficiência às práticas esportivas e atividade física adaptada é garantido pela legislação brasileira em documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, promulgada em 2008 e a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 que institui a Lei brasileira de Inclusão (BRASIL 2008; 2015).

Contudo, observamos que em relação ao desenvolvimento do Paradesporto em âmbito municipal, existe uma porcentagem de municípios brasileiros que apresentam ações e / ou projetos e / ou programas para o atendimento à pessoas com deficiência, somado ao fato de que, grande parte destas ações estão concentradas na região sudeste do país conforme afirmam Lima - Trigo et al. (2023).

Neste contexto, o município de Itanhaém, localizado no litoral sul do Estado de São Paulo tem sido pioneiro na oferta de ações, projetos e programas voltados ao atendimento e iniciação paradesportiva aos estudantes com deficiência, matriculados na rede pública de ensino, sendo o Programa Paradesporto (desenvolvido entre 2014 - 2020), um exemplo de experiência de sucesso para o desenvolvimento de políticas de públicas inclusivas e equitativas.

Este texto apresenta como objetivo relatar a experiência vivenciada por uma professora de Educação Física que atuou na rede pública de ensino do município de Itanhaém (2006 - 2024) com o desenvolvimento do Programa Paradesporto.

Contextualização temporal

Ao refletirmos sobre a elaboração de políticas públicas, cabe salientar que a participação social é de suma importância para a formulação da agenda de discussões e para o planejamento das ações, assim como, a participação de diferentes atores da sociedade e, neste ato específico que corresponde ao ciclo de políticas para o atendimento à pessoas com deficiência, a participação deste público é essencial.

Neste processo de elaboração e implementação do Programa Paradesporto, no ano de 2014, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Itanhaém, identificou que não haviam

ações direcionadas à estas pessoas no município. Este fato ocorreu ao mesmo tempo em que professores e professoras de Educação Física relataram dificuldades em atuar com os estudantes com deficiência, relatando que estes não participavam dos Jogos Escolares municipais, estando, portanto, excluídos desta ação pedagógica.

Desenvolvimento e elaboração do Programa Paradesporto

O Programa Paradesporto iniciou o processo de desenvolvimento e elaboração no ano de 2014, atuando em duas frentes, sendo a realização de encontros de formação com docentes para a elaboração de estratégias de ensino que fossem facilitadoras ao processo inclusivo e participação nas aulas de Educação Física, esta foi a primeira frente. A segunda frente foi o desenvolvimento de ações pedagógicas no sentido da atividade motora adaptada para o trabalho com estudantes com deficiência que à época estavam matriculados nas salas de Educação Especial no município (ITANHAÉM, 2017)

Estas ações formativas foram explicitadas por Moraes et al. (2019), concluindo que apesar de enfrentarem muitas barreiras e dificuldades, estes docentes estavam atuando como agentes transformadores nas instituições de ensino, possibilitando a participação de estudantes com deficiência de forma mais equitativa.

Neste sentido, os Jogos Escolares foram realizados de forma inclusiva no período de 2014 a 2019, considerando formatos de participação que privilegiam a equidade no processo pedagógico, inclusive em relação ao gênero, com maior participação das meninas com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista (MORAIS; RODRIGUES, 2017)

Políticas públicas para o Paradesporto na rede municipal de ensino

Com o sucesso e efetivação das ações de formação e o movimento da comunidade escolar no sentido de efetivar ações pedagógicas inclusivas e equitativas para o desenvolvimento do Paradesporto nas instituições de ensino, a Lei nº 4.027, de 2 de julho de 2015 que aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de Itanhaém para o decênio 2015-2024, traz como objetivo e meta na pág 102, a seguinte afirmação “14. Ampliar as atividades voltadas ao paradesporto, atendendo as necessidades da educação inclusiva”, efetivando a garantia de continuidade do Paradesporto no município (ITANHAÉM, 2015).

Cabe observar que o desenvolvimento de políticas públicas e a efetivação destas nos leva ao compromisso em manter a transparência, o que compete ao processo de avaliação das ações para que o replanejamento seja efetivado, caso necessário e neste contexto específico de Itanhaém, este processo de avaliação com consulta pública tem sido realizado conforme documento público referente à avaliação do

plano municipal de educação, no qual observa -se a continuidade em relação à preocupação com a oferta do Paradesporto no município (ITANHAÉM, 2022).

Considerações finais

Apesar da legislação brasileira, em âmbito federal, garantir o acesso da pessoa com deficiência às atividades esportivas e à prática de atividade física, este fato não é suficiente para que este acesso se faça efetivo em âmbito municipal, pois, faz - necessário a elaboração de políticas públicas com a participação da comunidade, em processo democrático de discussão. Desta forma, o Paradesporto será mais um caminho para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP), Brasília: MEC/SEESP, 2008

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão. Brasília;. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 03 de Agosto de 2024.

ITANHAÉM. Lei Municipal no 4.027, de 02 de julho de 2015. Plano Municipal de Educação – PME de Itanhaém. Disponível em: <https://www2.itanhaem.sp.gov.br/educacao/plano-municipal-de-educacao/>.

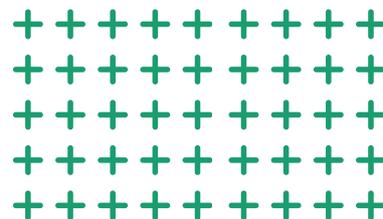
ITANHAÉM. Vídeo institucional sobre o Programa Paradesporto gravado em 29 de Setembro de 2017. Disponível em : <https://youtu.be/AH847N21tN0?si=uZKptxgzsfrtbStO>. Acesso em 03 de Agosto de 2024.

ITANHAÉM. Ata de avaliação do PME - Plano Municipal de Educação no ano de 2022. Disponível em: <https://www2.itanhaem.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/AVALIACAO-DO-PME-3-CICLO-CULTURA-ESPORTE-E-EDUCACAO.pdf> Acesso em 03 de Agosto de 2024.

LIMA-TRIGO, E. Gestão dos municípios: ações esportivas para pessoas com deficiência / Elke Lima-Trigo... [et al.] -- Santos: Paradesporto Brasil + Acessível, 2023.

MORAIS, M.P. et al. Necessidades formativas para a ação docente inclusiva de professores de Educação Física Escolar. Revista Pensar a Prática, v. 22, p. 1-12, 2019.

MORAIS, M. P.; RODRIGUES, G. M. Paradesporto Inclusivo com alunos com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista. In: Simpósio de Atividades Físicas Adaptadas, 2017, São Carlos. Simpósio de atividades físicas adaptadas: desenho universal, acessibilidade e atividade física. São Carlos: Biblioteca comunitária da UFSCar, 2017. v. 1. p. 112-112.



PARADESPORTO

BRASIL + ACESSÍVEL



@paradesportoacessivel



http://

paradesporto.unifesp.br

Apoio

MINISTÉRIO DO
ESPORTE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO